



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIOGO OLIVEIRA BRAZ

**A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL**

Maceió
2023

DIOGO OLIVEIRA BRAZ

**A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães.

Maceió
2023

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Livia Silva dos Santos - CRB 1670

B827p Braz, Diogo Oliveira.
A política cultural da Ufal e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil/ Diogo Oliveira Braz. – 2023.
173 f.:il.

Orientador: Rodrigo Gameiro Guimarães.
Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Público) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 136-150
Apêndice: f.151-173

1. Cultura – Políticas públicas. 2. Políticas culturais – Universidades Federais - Brasil. 3. Política cultural - UFAL. I. Título.

CDU: 316.7 : 37.014.5 (81)

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIOGO OLIVEIRA BRAZ

**A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

Aprovada em:

Maceió, 21 de setembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br **RODRIGO GAMEIRO GUIMARAES**
Data: 21/09/2023 23:33:04-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães (PROFIAP/FEAC/UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br **MILKA ALVES CORREIA BARBOSA**
Data: 22/09/2023 11:50:27-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profª Dra. Milka Alves Correia Barbosa (PROFIAP/FEAC/UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br **JOSE RODOLFO TENORIO LIMA**
Data: 22/09/2023 16:07:50-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. José Rodolfo Tenório Lima (PROFIAP/FEAC/UFAL)

Documento assinado digitalmente
gov.br **DIEGO COSTA MENDES**
Data: 23/09/2023 15:32:01-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Diego Costa Mendes (UFV)

Documento assinado digitalmente
gov.br **LUCAS SANTOS CERQUEIRA**
Data: 28/09/2023 12:25:15-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira (FURG)

– Examinador Externo –

Documento assinado digitalmente
gov.br **ROSIMERI DE FATIMA CARVALHO DA SILVA**
Data: 03/10/2023 07:56:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

1 (UFRGS)

– Examinadora Externa –

Ao meu filho Ian

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ao universo e ao acaso por tanta sorte. Inúmeras pessoas me inspiraram e ajudaram, direta ou indiretamente. Sou imensamente grato a todas elas. Agradeço a minha família, sem a qual não tenho Norte, especialmente a meu pai e minha mãe, por nunca terem poupado esforços para a minha educação: um privilégio, tenho consciência disso, o que me leva a querer entregar o meu melhor enquanto servidor público à sociedade, a quem, na forma de suas instituições, também devo minha gratidão. Sou grato à universidade pública, gratuita e de qualidade, especialmente à UFAL, que me formou jornalista e agora mestre em Administração Pública, 20 anos depois.

Obrigado aos professores e professoras que me ajudaram nesta longa jornada, com destaque aos/às do PROFIAP/UFAL, principalmente ao professor Rodrigo Gameiro, pela paciência, generosidade e primor de sua orientação, sempre uma aula a cada reunião! Espero que este trabalho esteja à altura.

Agradeço também à ajuda inestimável da professora Rosimeri Carvalho da Silva e dos professores Diego Mendes e Lucas Cerqueira, pelo tempo e disponibilidade em contribuir com a pesquisa, fazendo apontamentos que lapidaram este trabalho. Também ao professor José Rodolfo Lima e à professora Milka Barbosa, pela gentileza de sempre ao aceitarem o convite para a suplência na banca.

Obrigado aos companheiros e às companheiras de turma, pela ótima convivência e pelo ambiente de cooperação e parceria, destacando as pessoas de Elaine, Jairo, Alex, Gabriel Viana e Lilian, com quem tive a alegria de fazer trabalhos de disciplinas, e especialmente minha amiga de trincheira Fátima Caroline, a Carol, pela ajuda toda vez que puxou minha mão com aquele “simbora” necessário pra concluir as etapas do curso.

Agradeço a gentileza e paciência das pessoas que responderam ao questionário e das universidades federais que responderam à consulta desta pesquisa, além de Melina Menezes e Thaís Simões, da SECS, pelos dados documentais fornecidos. Também a Luciana Gusmão, Suzana Baccili e todo corpo técnico da FEAC, pelo suporte oferecido durante o curso.

Aos amigos e amigas de trabalho, pela parceria nas demandas laborais cotidianas, especialmente aos doutorandos Jorge André, pelos dados e ajuda, e Anna Rodrigues, pelos livros e dicas; a Tatiana Almeida, pela torcida; e a Íris Danielle, a grande incentivadora da qualificação acadêmica de todo o setor.

Às pesquisadoras e aos pesquisadores, fontes sobre as quais me apoiei para desenvolver este estudo: obrigado por terem percorrido e aberto o caminho desta caminhada.

A quem eu possa ter esquecido aqui, minhas sinceras desculpas e agradecimentos.

Por fim, especialmente à minha esposa Andressa e ao meu filho Ian, por todos os momentos em que se privaram da minha convivência com compreensão, por terem me abastecido de paz e me inspirarem a continuar a caminhada.

Obrigado!

“A cultura é um campo de batalha e um parque de diversões”

Zygmunt Bauman

RESUMO

A universidade se constitui numa instituição relevante no processo de produção e difusão de conhecimento e cultura, que vem se transformando num importante espaço para o desenvolvimento de políticas culturais. Percebe-se uma crescente mobilização de universidades federais brasileiras na formalização de políticas específicas para a área da cultura. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) é uma das instituições que passaram atualmente por esse processo. Considerando que discutir a relação universidade, cultura e política cultural é essencial para a instituição universitária, esta pesquisa teve o objetivo de analisar o processo de formalização da Política Cultural da UFAL e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Para tanto, adotou-se a lente teórica do institucionalismo, por possibilitar uma ampla compreensão das instituições e trazer uma série de constructos importantes de se considerar ao analisar as escolhas envolvidas no processo de formulação de políticas públicas. Foram realizadas pesquisa documental e aplicação de questionário com servidores integrantes da comissão responsável pela formalização da Política Cultural da UFAL, analisadas pelo método da Análise de Conteúdo baseada em Bardin. Confirmaram-se os pressupostos de que há relação entre a formulação da Política Cultural da UFAL e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil e que pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da UFAL. Identificou-se, também, que a universidade no Brasil se caracteriza como uma instituição que tem atuado como um polo de resistência a governos autoritários e que fatores institucionalizados do campo das políticas públicas de cultura serviram como obstáculo ao desmonte institucional da cultura promovido pelo governo Bolsonaro e possibilitaram o avanço de instituições com menos ingerência da política partidária, como as universidades, na elaboração de políticas públicas e na formação de redes profissionais, como o FORCULT.

Palavras-chave: Cultura; Universidade; Políticas Culturais; Institucionalismo

ABSTRACT

The university is an important institution in the process of producing and disseminating knowledge and culture, that has become an important space for the development of cultural policies. Brazilian federal universities are increasingly mobilizing to formalize specific cultural policies. The Federal University of Alagoas (UFAL) is one of the institutions that has recently undergone this process. Considering that discussing the relationship between university, culture and cultural policy is essential for university institutions, this research aimed to analyse the process of formalizing UFAL's Cultural Policy and its relationship with the structuring of the field of public cultural policies in Brazil. To this end, the theoretical lens of institutionalism was adopted, as it provides a broad understanding of institutions and brings a series of important constructs to consider when analyzing the choices involved in the process of formulating public policies. Documentary research and a questionnaire were applied to civil servants who were members of the committee responsible for formalizing UFAL's Cultural Policy, and analysed using the Bardin-based Content Analysis method. They confirmed the assumptions that there is a relationship between the formulation of UFAL's Cultural Policy and the structuring of the field of public cultural policies in Brazil and that isomorphic pressures from the field of public cultural policies in Brazil influenced the process of formalizing UFAL's Cultural Policy. It was also identified that the university in Brazil is characterized as an institution that has acted as a pole of resistance to authoritarian governments and that institutionalized factors in the field of public cultural policies have served as an obstacle to the institutional dismantling of culture promoted by the Bolsonaro government and have enabled the advancement of institutions with less interference from party politics, such as universities, in the elaboration of public policies and in the formation of professional networks, such as FORCULT.

Keywords: Culture; University; Cultural Policies; Institutionalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 - Processos componentes da institucionalização	34
Figura 2 - Órgãos/setores gestores da cultura nas universidades federais	81
Figura 3 - Mapa das Políticas Culturais e Planos de Cultura das universidades federais	84
Figura 4 - <i>Campi</i> , Unidades e Polos UAB da UFAL	87
Figura 5 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFAL	89
Figura 6 - Valores pagos das Ações Orçamentárias 20RK e 20GK no âmbito da UFAL.....	92
Figura 7 - Temas abordados nas respostas do Eixo 1 – Significados	111
Figura 8 - Temas abordados nas respostas do Eixo 2 – Influências	115
Figura 9 - Temas abordados nas respostas do Eixo 3 – Organização	120

QUADROS

Quadro 1 - Quadro sinótico do campo das políticas públicas de cultura no Brasil	72
Quadro 2 - Resoluções relativas à cultura na UFAL (dados enviados pela SECS)	96/ 97
Quadro 3 - Resoluções relativas à cultura na UFAL (dados pesquisa)	97/ 98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Eixos do questionário	44
Tabela 2 – Financiamentos concedidos pelo Programa Mais Cultura nas Universidades ...	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ancine - Agência Nacional do Cinema

Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAC - Coordenação de Assuntos Culturais

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CFC - Conselho Federal de Cultura

CNC - Conselho Nacional de Cultura

CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral

CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa

Conep - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CONSUNI – Conselho Universitário

Covid - Corona virus disease ou doença do Coronavírus

CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Cura - Conselho de Curadores

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

Edufal - Editora Universitária da Universidade Federal de Alagoas

Embrafilme - Empresa Brasileira de Filmes S.A.

ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIES - Fundo de Financiamento Estudantil

FMAC - Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió

FNC - Fundo Nacional de Cultura

FORCULT - Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras

FORPROEX - Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

FUNARTE - Fundação Nacional das Artes

IES – Instituições de Ensino Superior

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior

INC - Instituto Nacional de Cinema

INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

IPES - Instituições Públicas de Ensino Superior

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual e + outras identidades de gênero e orientações.

MEC - Ministério da Educação

MHN – Museu de História Natural da Universidade Federal de Alagoas

MinC - Ministério da Cultura

Mondiacult - Conferência mundial sobre políticas culturais e desenvolvimento sustentável

MTB – Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Plano de Ação Cultural

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura

PPP - Plano Político-Pedagógico

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

PRONFAC - Programa Nacional de Formação Artística e Cultural

PROUNI - Programa Universidade para Todos

PT - Partido dos Trabalhadores

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RIEC - Rede Internacional em Estudos Culturais

SECS - Secretaria dos Conselhos Superiores
Secult - Secretaria Especial da Cultura
SEMA - Superintendência de Educação Musical e Artística
SFC - Sistema Federal de Cultura
Siorg – Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SNC - Sistema Nacional de Cultura
SNT - Serviço Nacional de Teatro
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UFAL - Universidade Federal de Alagoas
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional de Estudantes
Unesco - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. INSTITUCIONALISMO.....	22
2.1. A TEORIA INSTITUCIONAL.....	22
2.2. LEGITIMIDADE.....	26
2.3. AMBIENTE INSTITUCIONAL.....	27
2.4. CAMPO ORGANIZACIONAL.....	28
2.5. ISOMORFISMO INSTITUCIONAL.....	30
2.6. INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	34
2.7. INSTITUCIONALISMO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA....	36
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	39
3.2. COLETA DOS DADOS.....	40
3.2.1. <i>Pesquisa em artigos, livros, publicações e documentos</i>	40
3.2.2. <i>Questionário aberto</i>	42
4. O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL E O LUGAR DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA.....	46
4.1. HISTÓRICO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL.....	48
4.1.1. <i>Era Vargas</i>	49
4.1.2. <i>Período entre 1945 e 1964</i>	51
4.1.3. <i>Ditadura Militar</i>	52
4.1.4. <i>Democratização e neoliberalismo (1985 a 2002)</i>	55
4.1.5. <i>Governos Lula e Dilma</i>	57
4.1.6. <i>Desmonte bolsonarista</i>	64
4.2. SÍNTESE DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL.....	69
5. UNIVERSIDADE: UMA INSTITUIÇÃO CULTURAL.....	78
5.1. POLÍTICAS CULTURAIS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS.....	80
5.1.1. <i>Cultura e Extensão</i>	80

5.1.2. <i>Mapa das Políticas Culturais e Planos de Cultura das universidades federais</i>	83
6. A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL.....	87
6.1. AÇÕES CULTURAIS NA UFAL.....	88
6.1.1. <i>Equipamentos Culturais</i>	90
6.1.2. <i>Orçamento</i>	92
6.1.3. <i>Plano Circuito UFAL de Arte e Cultura</i>	93
6.1.4. <i>Normativos</i>	95
6.2. INDUTORES DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL.....	98
6.3. O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL.....	104
6.3.1. <i>Linha temporal</i>	104
6.3.2. <i>Aspectos gerais e respostas ao questionário</i>	109
6.4. A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS.	125
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A: Cartilha O processo de formalização da Política Cultural da UFAL (PTT)..	151
APÊNDICE B: Política Cultural da UFAL.....	163
APÊNDICE C: Mapeamento das Políticas de Cultura das universidades federais.....	168
APÊNDICE D: Questionário.....	172

1. INTRODUÇÃO

Parte da sociedade que integra, a universidade é uma instituição cada vez mais necessária, não apenas por ser *locus* da produção do conhecimento científico, berço de inovações ou por preparar profissionais qualificados para atuar nas comunidades, mas por representar um papel fundamental para a cultura dos locais onde está instalada.

Desde seu surgimento, a universidade se apresenta como terreno fértil para o fortalecimento cultural da humanidade e vem se configurando como importante espaço de efetivação de políticas de cultura (MOLINA, 2019). Sidoncha (2021) aponta que as universidades são instituições intrinsecamente culturais, que cumprem função cultural intransferível, devido a sua presença marcante nos territórios, a sua extensa capilaridade e ao seu empenho universal. No entanto, o próprio pesquisador revela que a afirmação contrasta com a dificuldade com que essas organizações assumem essa condição para si mesmas.

No dia a dia, as universidades criam, transmitem e desenvolvem uma profusão de atividades culturais, mas não se percebem integralmente enquanto instituição cultural, por não reconhecerem o seu papel cultural em um nível institucional adequado (RUBIM; ROCHA, 2021). Ainda são poucas as instituições universitárias que tratam a cultura de maneira institucionalizada, por meio de políticas específicas, mas são crescentes e evidentes os movimentos na área cultural universitária em diversos países (ARRUDA, 2018), como a aprovação de resoluções que estabelecem as Políticas Culturais de algumas universidades.

De acordo com Calabre (2017), os estudos sobre políticas culturais cresceram de forma significativa a partir do início dos anos 2000, o que pode indicar a importância que a área vem ganhando dentro do campo das políticas públicas. Nas universidades, o debate sobre as políticas de cultura também passa a ser mais notado a partir da primeira década do século XXI (CRUVINEL, 2021). Servem como exemplo os experimentos da Universidade de Antioquia, na Colômbia, que desencadeou a elaboração do Plano de Cultura para a cidade de Medellín e uma proposta para as instituições de ensino superior daquele país (RUBIM, 2019a; CERQUEIRA, 2019); a criação da comissão especializada em cultura do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e da Rede Internacional de Investigadores e Entusiastas da Cultura, fruto da cooperação entre universidades de Portugal, Brasil e Moçambique (SIDONCHA, 2021): iniciativas que têm como contexto outras mais amplas,

como a Nova Agenda Europeia para a Cultura, de 2018; a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (Mondiacult), da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco); os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU); e tantas mais ao redor do globo.

No Brasil, Aragão (2016) destaca o pioneirismo de instituições como a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB), precursoras nessa tentativa de ir além da formação técnico-científica para, também, uma floração cultural e artística. Atualmente, em boa parte das universidades nacionais, observa-se uma efervescência de eventos culturais (MOLINA, 2019) que têm estimulado a comunidade acadêmica a discutir a elaboração de Políticas Culturais e Planos de Cultura para essas instituições (RUBIM, 2019a), como o Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (ENECULT); o Congresso Científico da Rede Internacional em Estudos Culturais - RIEC; o Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e o Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras (FORCULT).

De acordo com o Mapa das Políticas Culturais¹, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 21% das universidades federais já possuíam uma política cultural aprovada em 2019: um número que vem crescendo desde a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC), em 2010 (COSTA, 2019).

Em claro sinal de interdisciplinaridade com o Ensino Superior, o PNC traz entre suas estratégias e ações para universalizar o acesso à arte e à cultura: garantir a criação, manutenção e expansão da rede de universidades públicas, em articulação com pró-reitorias de cultura e extensão no desenvolvimento de políticas públicas específicas para equipamentos culturais universitários, laboratórios, cursos e carreiras que interagem com o campo cultural e artístico; e desenvolver política de apoio à produção cultural universitária, estimulando a aproximação e troca de tecnologias e conhecimentos entre as instituições de ensino superior e as comunidades (BRASIL, 2010).

Autores apontam que o PNC está relacionado, de alguma forma, a uma crescente formalização de Políticas Culturais e Planos de Cultura em universidades (CERQUEIRA,

1 Realizado em 2019, pelo Jornal da Universidade da UFRGS, consultando 63 universidades federais listadas no Portal da Transparência naquele ano, tendo como resultado: 13 universidades tinham diretrizes; 17 estavam implementando suas diretrizes; 28 não tinham diretrizes e 5 não responderam. O mapeamento está disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mapa-das-politicas-culturais/>.

2021; RUBIM, 2019a; COSTA, 2019). Isso chama a atenção para a necessidade de avaliar outros marcos na trajetória das políticas públicas de cultura no Brasil, trajetória essa condensada por Rubim (2007a) nas tristes tradições de ausência, autoritarismo e instabilidade.

Nesse sentido, é preciso considerar acontecimentos importantes para esse campo, como o surgimento de iniciativas do Governo Federal, como o Programa Mais Cultura nas Universidades, de 2013, que serve como base para a elaboração de resoluções de Políticas Culturais e Planos de Cultura para essas instituições (MENCARELLI; COELHO, 2020), bem como a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC)², em 2005, cuja implementação previa o estímulo à formulação de planos e orçamentos participativos para a cultura nos governos subnacionais, e que inspiraram a gestão cultural em geral no país, inclusive nas universidades. Do mesmo modo, é importante levar em conta o que representa a descontinuidade desses programas e políticas e a própria extinção do Ministério da Cultura (MinC), em 2019.

Vale destacar que o campo das políticas públicas de cultura é relativamente novo, com poucos consensos construídos (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, 2019). Conceitualmente, as políticas culturais podem ser entendidas como um conjunto de princípios, objetivos e ações do poder público ou sociedade civil que visam garantir os direitos culturais (CALABRE; BARROS, 2019). Então, nesse sentido, amplo, pode-se entender, por exemplo, que um programa como o Mais Cultura nas Universidades é uma política cultural.

No entanto, quando o texto desta pesquisa se refere aos documentos em si, é necessário considerar a distinção feita por Mencarelli e Coelho (2020): Política Cultural é a resolução que traz o conjunto de princípios legais relativos à cultura na universidade, aprovada nas instâncias superiores de deliberação dentro da estrutura administrativa de cada universidade.

Para melhor definir essa questão terminológica, foram adotadas formas diferentes de grafia: num sentido mais amplo de política cultural, enquanto conjunto de princípios e objetivos, a pesquisa adota a grafia com iniciais minúsculas. Já num sentido mais estrito, de resolução que estabelece as normas relativas à cultura na instituição, a pesquisa adota a grafia de Política Cultural com iniciais maiúsculas.

2 De forma ampla, o SNC é um modelo de gestão da cultura que busca fortalecer institucionalmente a cultura no país, estimulando, inclusive, a intersetorialidade nas políticas públicas (SILVEIRA; FERREIRA; CABRAL, 2018); é também uma tentativa de integrar a informação cultural e acordar padrões de gestão e planejamento de políticas e ações culturais para o desenvolvimento contínuo do setor (MEIRA; GAZZINELLI, 2006), ou seja: ferramentas de gestão como os Planos de Cultura ganham destaque com o SNC, assim como a própria noção de sistema.

Outro ponto a se considerar é que os Planos de Cultura são referidos muitas vezes como a Política Cultural de determinadas Universidades. Algumas universidades, inclusive, possuem apenas Plano de Cultura e sua comunidade, de modo geral, compreende e se refere a esse instrumento como a Política Cultural da instituição³. No entanto, Mencarelli e Coelho (2020) também esclarecem que Plano de Cultura é o instrumento que orienta o planejamento, a implementação, o desenvolvimento, o acompanhamento, a avaliação e a prestação de contas das ações culturais. Esta pesquisa entende Plano de Cultura como um instrumento de planejamento das políticas culturais, o que não se confunde com a Política Cultural em si.

Além da progressiva adoção de Planos e Políticas de Cultura pelas universidades, podem ser percebidos alguns esforços para construção de redes de trocas de conhecimentos, saberes e práticas entre profissionais da cultura dessas organizações, como as reuniões de produtores culturais das universidades, que acontecem anualmente no ENECULT, da UFBA, e deram origem, em 2017, ao FORCULT, que acontece atualmente em edições nacionais e regionais e vem se constituindo em importante espaço de articulação interinstitucional.

Neste contexto, as universidades têm direcionado recursos e estruturas organizacionais especializadas para a realização de atividades culturais. No cenário local, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) tem buscado qualificar profissionalmente sua atuação cultural, com a ampliação do quadro de produtores culturais; a reestruturação da sua Coordenadoria de Cultura; a mudança de nome da Pró-Reitoria de Extensão para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; e especialmente com a formalização da sua Política Cultural, aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUNI) em 15 de agosto de 2023, depois de passar pelas duas Câmaras Temáticas: a Administrativa e a Acadêmica.

A formalização da Política Cultural da UFAL pode ser entendida como parte do processo de formalização das Políticas e Planos de Cultura nas universidades federais. Na UFAL, essa construção começou oficialmente em 2020 – com a publicação da Portaria 398, em 19 de março daquele ano – e deu origem a um documento que visa consolidar a cultura enquanto elemento essencial na constituição de toda comunidade universitária.

Mas o que explica a decisão administrativa de formular uma resolução de Política Cultural para orientar as ações e projetos culturais da UFAL? A perspectiva institucional apresenta-se como uma lente possível para a compreensão desse fenômeno. Chechi e Grisa (2019) destacam a importância da abordagem institucional, em suas diversas vertentes, para

3 Inclusive, o mapa das políticas culturais da UFRGS contabiliza os Planos de Cultura e as resoluções de Política Cultural como “políticas culturais”, sem fazer distinção entre os documentos.

análise de políticas públicas. Borges e Amorim (2019) argumentam que fatores institucionais devem ser observados na análise e execução de políticas públicas, pois ajudam a modelar e definir interesses, preferências e objetivos dos agentes políticos, para além de suas estratégias de ação. Nesse sentido, esta lente teórica possibilita uma compreensão mais ampla das instituições, considerando o contexto ambiental, a relação com os indivíduos e outras instituições, normas, leis: fatores institucionais formais e informais importantes de se considerar ao analisar as escolhas envolvidas no processo de formalização de políticas públicas.

Dentre as várias linhas do institucionalismo, a sociológica sustenta que as organizações modernas adotam formas e procedimentos institucionais não pelo critério racional e de eficiência, mas seguindo o mesmo tipo de processo das práticas culturais, em busca de legitimidade (HALL; TAYLOR, 2003). O autor e a autora também explicam que os institucionalistas da corrente sociológica, em geral, buscam explicar os motivos pelos quais as organizações adotam um determinado conjunto de formas, procedimentos ou símbolos institucionais (*Ibidem*). Assim, torna-se interessante recorrer ao institucionalismo para compreender como ocorreu a formalização da Política de Cultura da UFAL.

Enquanto sistema social complexo, uma organização sempre sofre influência e influencia outras organizações, adaptando-se e inspirando o contexto e o ambiente em que atua (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Dentro desse ambiente, a rede formada por organizações que compõem uma área reconhecida da vida institucional - como fornecedores, consumidores, agências reguladoras e outras organizações que produzem serviços ou produtos semelhantes - é chamada de campo organizacional (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Essas organizações têm interações definidas e são estabilizadas por lógicas de ação compartilhadas (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019).

DiMaggio e Powell (2005) explicam que, nos seus estágios iniciais, um campo organizacional apresenta uma boa diversidade de abordagens e formas. Eles também afirmam que há uma tendência inevitável de homogeneização entre as organizações à medida que esse campo vai se estruturando. Essa tendência à adoção de formas semelhantes recebe o nome de isomorfismo. Jacometti *et al.* (2016) destacam que as organizações se tornam isomórficas em busca de legitimidade e aprovação social. A teoria institucional discorre sobre a legitimidade e o isomorfismo como decisivos para a sobrevivência da organização (CARVALHO; VIEIRA, 2003), essa é uma das bases da perspectiva institucional.

Rubim e Rocha (2021) ressaltam que a universidade necessita estabelecer um complexo enlace com a sociedade, do qual a cultura serve como um dos balizadores. Por isso, o autor e a autora entendem que discutir a relação universidade, cultura e política cultural é essencial para a sobrevivência da instituição universitária.

Dessa forma, é preciso esclarecer que este estudo, embora tenha como foco a recente formalização da Política Cultural da UFAL, não pode deixar de ampliar o olhar para o campo das políticas públicas de cultura no Brasil. É essencial considerar não apenas a relação da UFAL com as demais organizações do campo, mas a influência dos atores sociais, a densidade das organizações, as normas vigentes, as práticas formalizadas, o nível de estruturação desse campo. Assim, formula-se como problema da pesquisa: Como a formalização da Política Cultural da UFAL está relacionada à estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil?

Para responder a esse questionamento, foram delineados os objetivos geral e específicos da pesquisa. O **objetivo geral** é analisar o processo de formalização da Política Cultural da UFAL e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Os **objetivos específicos** são:

- 1) descrever a trajetória da estruturação do campo organizacional das políticas públicas de cultura no Brasil, identificando os fatores institucionais formais (legislação, normas, políticas e diretrizes) e informais (crenças, ideologias, valores);
- 2) descrever o processo de formalização da Política Cultural da UFAL;
- 3) identificar a relação da formalização da Política Cultural da UFAL com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil; e
- 4) produzir uma cartilha em arquivo PDF sobre o processo de formalização da Política Cultural da UFAL, visando contribuir para sua publicização e mais ampla compreensão pela comunidade em geral.

Este último objetivo específico constitui o Produto Técnico/Tecnológico oriundo desta pesquisa: um instrumento informativo e educativo que procura expor de forma direta e dinâmica o processo de elaboração da resolução que estabelece a Política Cultural da UFAL.

Para se alcançar os objetivos propostos pela pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, para compreensão da estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil e de como isso está relacionado às universidades. Também foi preciso fazer uma pesquisa documental para entender como a UFAL está estruturada para a sua atuação cultural,

considerando seu organograma, regimento, resoluções e outros documentos oficiais, bem como para verificar quais universidades federais possuem resoluções de Política Cultural aprovada, além de obter mais dados para compreender a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Por fim, foi aplicado questionário com servidores da UFAL que fizeram parte da comissão estabelecida pela portaria 398/2020, responsável pela elaboração da minuta da Política Cultural da UFAL, para entender como se deu esse processo de formalização. O questionário foi analisado pelo método da Análise de Conteúdo.

Destaca-se que o pesquisador integrou a comissão designada pela Portaria nº 398, de 19 de março de 2020, para elaborar uma proposta de minuta sobre a Política Cultural da UFAL e participou ativamente do processo de formalização da Política Cultural da UFAL, o que faz com que esta investigação adquira características de observação participante. Tal característica é entendida como um ponto a favor do estudo, pois o pesquisador pode observar todo o processo internamente, tendo acesso a informações e documentos que certamente contribuíram para as investigações. Além disso, o trabalho segue o que parece ser uma tendência da área de estudo. Há uma estreita conexão na América Latina entre pesquisadores e fazedores de políticas culturais, pois geralmente os pesquisadores trabalham na implementação de políticas (GAUTIER, 2003, *apud* RUBIM, 2019b).

Nesse sentido, espera-se que os dados gerados por esta pesquisa possam contribuir com os estudos sobre a relação entre cultura, política e universidade. As informações levantadas e as reflexões geradas podem ser úteis para compreender e ajudar na formalização de Políticas Culturais e Planos Plurianuais de Cultura em diversas universidades, inclusive na UFAL. Isso pode contribuir para o reconhecimento da dimensão cultural nessas instituições, estimulando o intercâmbio de conhecimento entre as universidades federais, especialmente em seus setores culturais.

Entende-se que a iniciativa coletiva de construção da Política Cultural da UFAL é um passo importante numa caminhada que prevê ainda a elaboração de um Plano Plurianual de Cultura para a universidade. A possibilidade de registrar esse processo e colaborar com essa construção é a grande motivação desta pesquisa.

2. INSTITUCIONALISMO

Para construir as bases teóricas desta pesquisa, torna-se importante fazer um breve panorama da teoria institucional; distinguir suas correntes mais proeminentes, com especial atenção ao neo-institucionalismo sociológico; e trazer os conceitos que poderão ser mais úteis para compreensão dos dados coletados neste estudo, como: campo organizacional, isomorfismo e a própria concepção de instituição.

Da mesma forma, também será importante trazer as possibilidades da teoria institucional na análise de políticas públicas, principalmente de políticas públicas de cultura; tratar brevemente da discussão acerca dos conceitos de políticas culturais e da estruturação desse campo no Brasil, para depois tratar dessas políticas no contexto das universidades.

2.1. A TEORIA INSTITUCIONAL

Dentre os numerosos desafios enfrentados pelas organizações na atualidade, a diversidade de atores, a complexidade do ambiente e os múltiplos interesses tornam o processo de transformação organizacional em um aspecto fundamental para sua sobrevivência e consolidação (CUNTO *et al.*, 2014). Nascido na transição do século XIX para o século XX, o institucionalismo dá especial atenção a essas mudanças, contrapondo-se à ideia de equilíbrio estático do neoclassicismo (CONCEIÇÃO, 2009; CHECHI; GRISA, 2019), inovando ao considerar a influência da cultura nos processos de mudança, sugerindo que os aspectos técnicos não são os únicos determinantes nas escolhas envolvidas nesses processos, mas também fatores como a busca por legitimidade (CUNTO *et al.*, 2014).

Os primeiros institucionalistas entendiam que é impossível haver deliberação racional totalmente consciente sobre todos os aspectos do comportamento, por isso os seres humanos recorrem a conceitos baseados em suas experiências anteriores, criando mecanismos para tornar rotineiras suas escolhas, para ajudá-los a tomar decisões e a agir (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012). Assim, a relação entre os indivíduos e o ambiente estabelece padrões e regularidades de comportamento, criando um processo retroalimentador de ação e reação chamado pelo economista Thorstein Veblen de causalidade cumulativa: os indivíduos são influenciados pela cultura e rotinas socialmente estabelecidas, instituídas, ao mesmo

tempo que influenciam essas instituições por meio dos seus hábitos e padrões de comportamento (VILAÇA; CONCEIÇÃO, 2021).

O institucionalismo clássico dedicou forte atenção ao empirismo, adotando uma linha analítica mais descritiva, distante do fio condutor de uma teoria (CONCEIÇÃO, 2009; CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012; CHECHI; GRISA, 2019). Isso acabou levando a uma perda de espaço, que só foi recuperado décadas depois, com uma retomada de interesse pelas instituições como elemento determinante para a compreensão da realidade social (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012).

As diversas abordagens que surgem com o neo-institucionalismo não invalidam a existência de um núcleo teórico, pelo contrário: constituem a riqueza do pensamento institucionalista (CONCEIÇÃO, 2009). Mais que as distinções entre velho e novo institucionalismo, é interessante para esta pesquisa ressaltar suas convergências.

O trabalho de Hall e Taylor (2003) tem sido a principal referência sobre as abordagens neo-institucionalistas na discussão de políticas públicas (CHECHI; GRISA, 2019). Nesse texto seminal, são destacados pelo menos três escolas de pensamento diferentes: Histórico, da Escolha Racional e Sociológico.

Os adeptos do **neo-institucionalismo histórico** defendem que a sociedade organiza suas instituições políticas e econômicas por meio do conflito entre grupos pela apropriação de recursos escassos, de tal modo que determinados interesses são privilegiados em detrimento de outros, enfatizando, assim, as assimetrias de poder associadas ao funcionamento e ao desenvolvimento das instituições (HALL; TAYLOR, 2003).

Medeiros, Alves e Farah (2015) explicam que o neo-institucionalismo histórico destaca a importância da “dependência da trajetória” (*path dependence*), ou seja: a forma como decisões políticas se sucedem no tempo, gerando um efeito contínuo sobre a criação subsequente de instituições, já que as decisões tomadas restringem as futuras opções dos criadores de políticas, levando a um determinado padrão institucional, impedindo sua modificação. E é importante destacar que essa dependência está associada às relações de poder inerentes às instituições.

Assim, os neo-institucionalistas históricos concebem um mundo mais complexo que o postulado pelos teóricos da escolha racional (HALL; TAYLOR, 2003).

Para Hall e Taylor (2003), os **neo-institucionalistas da escolha racional** defendem que os atores sociais compartilham suas preferências baseados num cálculo estratégico

fortemente influenciado pelas expectativas que esses atores têm em relação ao provável comportamento dos outros. Assim, a vida política é composta por uma série de dilemas em que os indivíduos agem de forma totalmente utilitária, buscando maximizar a satisfação de suas próprias preferências.

Williamson (1975 *apud* HALL; TAYLOR, 2003, p.203) entende que “o desenvolvimento de uma dada instituição, por exemplo os aspectos organizacionais de uma empresa, podem ser compreendidos como um esforço para reduzir os custos de transação ligados ao fato de empreender a mesma atividade sem passar por essa instituição”. Ou seja, uma instituição, na verdade, surge de uma escolha racional sobre como empreender determinada atividade envolvendo menos custos de transação. É também uma escolha estratégica, já que se avalia que custaria mais realizar determinada atividade de outra maneira que não passando pela instituição. Nesse sentido, essa abordagem enfatiza o papel da interação estratégica na determinação das situações políticas.

De acordo com o **neo-institucionalismo sociológico**, as formas e procedimentos adotados pelas organizações devem ser considerados como “práticas culturais, comparáveis aos mitos e às cerimônias elaborados por numerosas sociedades” (HALL; TAYLOR, 2003, p.207). Assim, essas práticas são incorporadas às organizações, não necessariamente por questões de eficiência, mas pelo mesmo tipo de processo de transmissão que dá origem às práticas culturais em geral (*Ibidem*).

Nessa perspectiva, esta abordagem possibilita compreender a dinâmica do conjunto de forças advindas do contexto, que criam tensões capazes de institucionalizar determinadas práticas nas organizações (SANTOS *et al.*, 2022).

O neo-institucionalismo sociológico tende a definir as instituições de maneira muito mais global, rompendo a dicotomia entre “instituições” e “cultura” e redefinindo “cultura” como sinônimo de “instituições”. Para os teóricos desta abordagem, “cultura é uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento” (HALL; TAYLOR, 2003, p.209).

Hall e Taylor (2003) também ressaltam que a abordagem sociológica explica o surgimento e modificação das práticas institucionais por razões que têm mais a ver com legitimidade do que com o aumento da eficiência das organizações. Desse modo, esta abordagem surge como lente teórica para analisar por que organizações, como as universidades, adotam determinadas formas, procedimentos ou símbolos institucionais.

Pereira (2012) afirma que a teoria institucional ganha espaço nos estudos organizacionais ao buscar explicar como as estruturas e ações organizacionais tornam-se legitimadas. Jacometti *et al.* (2016) reforçam a importância da legitimidade ao estabelecerem que instituições são guias da ação na medida em que são legítimas, e são legítimas na medida em que são aceitas. A legitimidade surge, assim, como o principal objetivo da institucionalização (SCOTT, 2001, *apud* CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Chechi e Grisa (2019) explicam que Veblen definia as instituições como os hábitos estabelecidos pelo pensamento comum dos indivíduos, que, ao se generalizarem e se enraizarem no ambiente, constituem as instituições políticas, sociais ou econômicas. As instituições são padrões de ação coletiva que têm origem num conjunto de hábitos, crenças e padrões de comportamento dos indivíduos (VILAÇA; CONCEIÇÃO, 2021); são sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalentes que estruturam as interações sociais (HODGSON, 2006); mas além disso, são estruturas sociais multifacetadas e duráveis, constituídas por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais, que alcançaram alto grau de resiliência e aceitação social, fornecendo significado coletivo para as ações particulares, definindo limites legais, morais e culturais que distinguem atividades legítimas de ilegítimas (SCOTT, 2001, *apud* CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

De acordo com North (1990 *apud* BRUNOZI JÚNIOR *et al.*, 2016), as instituições correspondem às “regras do jogo” em uma sociedade – imposições formais (leis e contratos) e informais (decorrentes da observação de hábitos, costumes e valores), criadas para estruturar e limitar as interações humanas. Assim, os fatores institucionais seriam esses elementos que instigam ou inibem essas interações, ou seja, influenciam a formação e manutenção de instituições. Para o desenvolvimento e sucesso da cooperação e alianças interorganizacionais é necessária a construção de estruturas rígidas de acordos formais e/ou legais, os fatores institucionais formais (MARKUS; BUI, 2012 *apud* BRUNOZI JÚNIOR *et al.*, 2016), do mesmo modo que aspectos informais, de confiança, credibilidade e legitimidade decorrentes das relações cooperativas também são consideradas como fatores influentes no desempenho dessas alianças e associações entre as organizações.

Hodgson (2006) esclarece que as organizações são um tipo especial de instituição. Especificamente depois da atualização conceitual do institucionalismo, nos anos de 1970, as organizações passaram a ser admitidas como expressão de valores sociais, destacando sua relação com o ambiente (REIS *et al.*, 2017). Assim, tomando os conceitos acima expostos,

pode-se dizer que a universidade é uma instituição enraizada no ambiente, constituída por elementos simbólicos, atividades sociais e recursos materiais, com aceitação social, que estabelece padrões de ação coletiva que estruturam interações sociais, adotando formas, procedimentos ou valores em busca de legitimidade.

2.2. LEGITIMIDADE

Para o institucionalismo, especialmente em sua abordagem sociológica, as organizações se modificam em busca de aceitação, como explicam Jacometti *et al.* (2016, p. 429), na tautologia “o que aceito, é legítimo; e o que é legítimo, é aceito”. Nesse sentido, as organizações não concorrem por recursos e clientes, mas para alcançar legitimidade institucional e aceitação do ambiente (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

A legitimidade de uma organização pode ser definida como a pressuposição generalizada de que as suas ações são desejáveis ou apropriadas dentro de um sistema social de normas, valores, crenças e definições (SUCHMAN, 1995 *apud* CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

Essa busca por legitimidade é um ponto-chave da teoria institucional (CARVALHO; VIEIRA, 2003). Como visto, a criação, permanência ou transformação institucional não é um esforço funcional em busca de eficiência, mas de legitimidade (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Nesse sentido, pode-se até adotar, muitas vezes, uma prática institucionalizada contrária à eficiência, com caráter mais simbólico e cerimonial do que prático (JACOMETTI *et al.*, 2016), o que pode provocar uma relação conflituosa entre eficiência e legitimidade (CARVALHO; VIEIRA, 2003), ou, como afirmam Carvalho e Goulart (2003), terminar por institucionalizar o “faz-de-conta”.

Esse fenômeno recebe o nome de *decoupling* ou cerimonialismo, que é quando as organizações adotam mudanças “no papel”, mas mantêm formas anteriores na prática. Assim, “as organizações criam mecanismos que simulam a adoção de novas práticas legitimadas pelo campo organizacional, por meio da ‘cerimônia’, para lidar com as pressões, mantendo, entretanto, as práticas anteriores (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015, p.1222). Ou seja: como a busca, na verdade, é por legitimidade e não por eficiência, as organizações utilizam recurso cerimonial - uma espécie de encenação ou jogo de cena - para mostrar que adotaram a prática que lhe confere legitimidade, quando, na realidade, mantêm as práticas antigas. Um

exemplo disso poderia ser adotar um Plano de Cultura para captar um determinado recurso e não destinar orçamento para concretizar a realização do que está planejado no documento.

Organizações em busca de legitimidade se apropriam de normas, regras, crenças e valores para terem acesso a recursos (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019). As fontes dessas normas são, prioritariamente, as profissões e seus mecanismos de controle. Nesse sentido, a legitimidade é definida pela adesão da organização a normas e padrões de comportamento em seu ambiente (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012).

Percebe-se, assim, que as instituições buscam por legitimidade no ambiente. E é necessário perceber que, no institucionalismo, o ambiente é um construto que guarda certas especificidades.

2.3. AMBIENTE INSTITUCIONAL

A concepção de ambiente sofreu grandes mudanças ao longo da evolução dos estudos organizacionais. A mais importante delas – uma marca do institucionalismo – é a inclusão de elementos simbólicos na formação dos ambientes organizacionais (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

O institucionalismo põe o foco de suas análises na relação das organizações com o ambiente, ampliando os limites desse ambiente, ao mesmo tempo em que valorizam o papel da cultura na formação das organizações (CARVALHO; VIEIRA, 2003; REIS *et al.*, 2017). Perrow (1990 *apud* CARVALHO; VIEIRA, 2003) avalia, inclusive, que a ênfase no ambiente é a principal contribuição da escola institucional.

A proposta dos institucionalistas é de que, a essa visão de ambiente formado em sua totalidade por fluxos e intercâmbios técnicos, há que acrescentar um sistema de crenças e de normas institucionalizadas que, juntos, reproduzem uma fonte independente de formas organizacionais racionais. Assim, o ambiente institucional representa um enriquecimento do que se compreende como ambiente técnico ampliado ao domínio do simbólico (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 27).

A noção ampliada de ambiente dos institucionalistas ultrapassa os requisitos técnicos que conferem eficiência e eficácia às organizações e contempla os elementos simbólicos e normativos, que conferem legitimidade a suas estruturas e práticas (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012). O ambiente não é concebido exclusivamente por recursos humanos,

materiais e econômicos, mas também por elementos culturais como valores, símbolos, mitos, crenças, programas profissionais (REIS *et al.*, 2017), normas, leis.

Com o neo-institucionalismo, o ambiente passa a ser considerado não somente como fonte de recursos e destino dos resultados das atividades da organização, mas principalmente como grupo de elementos que fornece as crenças que funcionam como “mitos racionais” (VIEIRA; MISOCZKY, 2003).

Os ambientes técnicos e institucionais sustentam diferentes racionalidades. Um ambiente técnico ou “racional” é o que permite às organizações serem eficientes, produzir bens ou serviços aceitos pelo mercado e, assim, lograr os seus objetivos. Num ambiente institucional, por sua vez, a ação racional está representada nos procedimentos capazes de proporcionar legitimidade no presente e no futuro organizacional (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p. 28).

Para Jacometti *et al.* (2016), o ambiente institucional diz respeito a regras e procedimentos socialmente construídos que prevalecem em um determinado contexto social, que servem como guias de ação para proporcionar legitimidade à organização.

No ambiente técnico, as organizações acessam recursos para obter eficiência e buscam a legitimidade no ambiente institucional. Logo, se uma organização como a universidade visa obter apoio e legitimidade do ambiente, deve se conformar a suas normas e exigências, tendo em consideração o contexto relacional e o campo organizacional.

2.4. CAMPO ORGANIZACIONAL

É interessante distinguir ambiente institucional de campo organizacional. Ambiente é o conjunto de fluxos e intercâmbios técnicos acrescido de um sistema de crenças e normas institucionalizadas (CARVALHO; VIEIRA, 2003); campo é o conjunto de organizações que “constituem uma área reconhecida da vida institucional: fornecedores-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.76).

A noção de campo é um conceito seminal da teoria institucional (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012). Trata-se de um conceito-chave, pois permite uma análise mais completa das relações organizacionais, incluindo as dimensões técnica, cultural e social (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019). Chaerki, Ribeiro e Ferreira (2019) avaliam que é mais importante estudar as relações das instituições no campo do que estudar as próprias

instituições, pois as instituições ganham mais força ao participar do campo, já que sem relações não há instituição.

Desde sua definição inicial, surgiu uma multiplicidade de abordagens sobre campo, em alguns casos com diferenciações sutis. Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) identificam até seis perspectivas teóricas sobre a temática, como: arena de poder e de conflito; esfera institucional de interesses em disputa; centro de diálogo e de discussão. Esta pesquisa adota a perspectiva de DiMaggio e Powell, do campo como totalidade dos atores relevantes, na qual campo é entendido como “conjunto de organizações que compartilham sistemas de significados comuns e que interagem mais frequentemente entre si do que com atores de fora do campo, constituindo assim uma área reconhecida da vida institucional” (MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI, 2006, p.162).

Dellagnelo, Salles e Silva (2019) avaliam que essa perspectiva é adequada para a análise de um campo organizacional complexo como o da cultura. Elas também lembram que, nessa perspectiva, DiMaggio e Powell destacam a importância do Estado e das profissões: o Estado enquanto agente coletivo que exerce controle regulatório, estabelecendo leis, alocando recursos-chave e outras formas; e os grupos profissionais, exercendo controle por meio de processos normativos e cognitivos que são monitorados pelos sistemas de crenças definido por eles ao elaborarem tipificações e princípios de conduta e ação. De acordo com as pesquisadoras, “os atores sociais que possuem o controle de um grande volume de recursos ou conhecimento superior podem contribuir fortemente para a criação de uma instituição que influencie o processo de estruturação de um campo” (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p.45).

Nos seus estágios iniciais, um campo organizacional apresenta uma boa diversidade de abordagens e formas, mas, uma vez que o campo se torna bem estabelecido, há um impulso em direção à homogeneização (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Nesse sentido, como já visto, algumas organizações têm maior densidade que outras, o que as faz ter tanta influência sobre as demais quanto o campo organizacional em si, atuando, assim, para homogeneização do campo (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Ou seja: à medida que o campo organizacional vai se estruturando, há uma tendência de que organizações mais densas levem as demais organizações a adotarem suas abordagens e formas, tornando o campo cada vez mais homogêneo.

DiMaggio e Powell (2005, p.76) dizem que o processo de estruturação de um campo consiste em quatro elementos:

um aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum.

Vale ressaltar que, de acordo com Jacometti *et al.* (2016), essa tendência à homogeneização não exclui a competição, existindo, assim, espaço para proatividade das organizações na busca de seus próprios objetivos. Nesse sentido, Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) alertam que os campos organizacionais não devem ser entendidos simplesmente como construtos agregativos. Há de se considerar o componente relacional entre os atores e a composição de estruturas institucionais comuns, construídas num processo de estruturação caracterizado pela tendência ao isomorfismo estrutural. Nesse sentido, “a estruturação de um campo organizacional e sua consequente institucionalização podem ser consideradas indicadores importantes de amadurecimento de qualquer campo social” (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p.45) e o isomorfismo depende do nível de amadurecimento do campo (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

2.5. ISOMORFISMO INSTITUCIONAL

Para abordar a questão da homogeneidade organizacional, a literatura especializada recorre com frequência ao isomorfismo (CARVALHO; VIEIRA, 2003). DiMaggio e Powell (2005) avaliam que o conceito de isomorfismo é o que melhor capta o processo de homogeneização. Para os autores, há dois tipos de isomorfismo: o competitivo, que representa o sistema de competição no mercado, a mudança de nichos e medidas de adequação; e o institucional, pelo qual organizações competem por poder político e legitimação, e não apenas por recursos e clientes. Interessa a esta pesquisa o segundo tipo, o isomorfismo institucional. Sobre esse tema, o trabalho de DiMaggio e Powell constitui uma das mais reconhecidas referências.

Pode-se dizer que o isomorfismo é um processo de restrição que força uma organização a se assemelhar a outras que enfrentam as mesmas condições ambientais

(HAWLEY, 1968 *apud* DIMAGGIO; POWELL, 2005). Ou seja: isomorfismo é “a tendência de as organizações assemelharem-se a outras, dentro de uma população, quando submetidas a um mesmo conjunto de condições ambientais, comportando variações de intensidade” (JACOMETTI *et al.*, 2016, p.430).

Ao se inserirem em um campo organizacional, as organizações passam a sofrer pressões do próprio campo. Geralmente, estas pressões tentam criar homogeneidade, fazendo com que as organizações sejam mais similares (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Como já foi visto, as organizações tendem a adotar linhas de ação definidas e racionalizadas anteriormente, na tentativa de obter legitimidade por meio de processos isomórficos (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012).

Para efeitos práticos, isomorfismo não quer dizer atuação idêntica, presa a um trilho, mas sim seguimento de mesmas trilhas. Logo, por mais que forças isomórficas pressionem no sentido da homogeneização (da estrutura e da ação organizacional) dentro de um mesmo campo organizacional, sempre haverá diversidade em virtude da especificidade dos esquemas interpretativos (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019, p. 71)

O ponto é que as organizações desenvolvem condutas semelhantes, e a similitude facilita as transações entre as organizações, ao incorporar regras socialmente aceitas (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA, 1993 *apud* CARVALHO; VIEIRA, 2003).

De acordo com DiMaggio e Powell (2005), existem três mecanismos de mudança isomórfica institucional, ou três tipos de isomorfismo: coercitivo; mimético; e normativo.

O **isomorfismo coercitivo** decorre de pressões formais e informais exercidas sobre uma organização pelo Estado; por outras organizações mais fortes, das quais elas dependem; e pelas expectativas culturais da sociedade em que essas organizações atuam (CARVALHO; VIEIRA, 2003; DIMAGGIO; POWELL, 2005; JACOMETTI *et al.*, 2016). Esse tipo de isomorfismo se caracteriza pela “conformação a pressões formais ou informais exercidas por organizações que exercem domínio de recursos escassos, especialmente financeiros” (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012, p.487).

Nesse caso, a mudança organizacional geralmente é uma resposta direta a ordens governamentais (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Por exemplo, o governo estabelece uma norma regulatória que define os procedimentos para alguma atividade organizacional e todas as organizações ligadas a essa atividade vão se adequar ao que é estabelecido nessa lei. O papel indutivo de algumas políticas públicas também serve como exemplo de isomorfismo

coercitivo: quando um edital cultural estabelece como critério um percentual de telas de cinema a ser ocupado com programação nacional, estimula-se que os cinemas abram mais espaço para as produções realizadas no país.

Essa pressão não surge apenas do Estado. Carvalho e Vieira (2003) também trazem como exemplo de isomorfismo coercitivo a relação de uma subsidiária que é obrigada a adotar as medidas que sejam adequadas à política da sua matriz.

Em relação ao **isomorfismo mimético**: a incerteza estimula a imitação. Quando uma organização está diante de um problema com causas ambíguas e soluções pouco nítidas, pode vir a tomar outras organizações como modelo (DIMAGGIO; POWELL, 2005). Por isso, o isomorfismo mimético é tido como uma resposta à incerteza.

DiMaggio e Powell (2005) explicam que as organizações tendem a imitar outras organizações percebidas como mais legítimas ou bem-sucedidas dentro de um mesmo campo. Ou seja: quando as organizações estão submetidas a ambientes de incerteza e ambiguidade, entendem que a melhor forma de agir é imitar organizações tidas como modelo de sucesso (JACOMETTI *et al.*, 2016), adotando práticas testadas e bem sucedidas em organizações similares (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012).

O **isomorfismo normativo**, por sua vez, “refere-se, principalmente, a formas comuns de interpretação e de ação frente aos problemas que se põem em evidência na vida organizacional” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.32).

Ele deriva principalmente da profissionalização (DIMAGGIO; POWELL, 2005; CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012; JACOMETTI *et al.*, 2016). DiMaggio e Powell (2005, p.79) definem profissionalização como “a luta coletiva de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho”, além de buscar obter legitimação. Para Carvalho e Vieira (2003, p.32), a profissionalização pode ser entendida como “ter uma determinada ocupação que leve a compartilhar normas e conhecimentos com outros indivíduos”.

É importante salientar que “enquanto diversos tipos de profissionais dentro de uma organização podem diferir uns dos outros, eles apresentam muita semelhança com seus pares profissionais em outras organizações” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80). Isso implica num aspecto importante para a profissionalização ser grande fonte de isomorfismo: a formação e crescimento de “redes profissionais que perpassam as organizações e por meio das quais novos modelos são rapidamente difundidos” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80).

Carvalho e Vieira (2003) explicam que o sistema de ensino, em especial as universidades, além de formar a maior parte dos profissionais, são “veículos privilegiados dos conjuntos de normas, regulamentos e práticas comuns a uma profissão” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.32). Nesse sentido, DiMaggio e Powell (2005) explicam que as universidades acabam sendo importantes centros de desenvolvimento de normas organizacionais, assim como as associações profissionais.

Na medida em que gerentes e funcionários-chave são escolhidos nas mesmas universidades e selecionados a partir de um grupo comum de atributos, eles tenderão a enxergar os problemas da mesma maneira, a considerar como normativamente sancionados e legitimados os mesmos procedimentos, estruturas e políticas, e tomarão decisões de maneira similar (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80).

Os autores afirmam também que um ponto importante sobre o isomorfismo institucional, em seus três tipos, é que se espera que ele aconteça mesmo com a ausência de evidências de que isso aumenta a eficiência organizacional. Ao mesmo tempo, a similaridade pode conferir respeito e legitimidade às organizações, mas nada disso assegura que elas serão mais eficientes do que aquelas que não agem dessa maneira.

Eles também trazem hipóteses que despertam a atenção para pontos interessantes sobre a adoção de formas institucionais semelhantes pelas organizações: “quanto mais ambíguas as metas de uma organização, maior o grau em que esta se moldará a outras organizações que considera bem-sucedidas” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.83). Nesse sentido, as metas estabelecidas pelas organizações em planejamentos como, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de universidades; e em políticas públicas, como a Política de Cultura dessas instituições, podem favorecer a influência de pressões isomórficas.

Os autores também hipotetizaram que, “quanto mais um campo organizacional depende de uma única fonte (ou muitas fontes, mas similares) de fornecimento de recursos vitais, maior o nível de isomorfismo” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.83). Isso acontece com as universidades federais brasileiras, dependentes quase que totalmente de recursos do Governo Federal. Nesse sentido, torna-se importante analisar a possibilidade de influência de pressões isomórficas no processo de institucionalização de formas e práticas adotadas por uma universidade diante de tão forte dependência. Até mesmo por isso, entende-se que a ideia de implementar Políticas Culturais e Planos de Cultura surge, também, como uma tentativa de diversificar as fontes de financiamento, minimizando essa dependência.

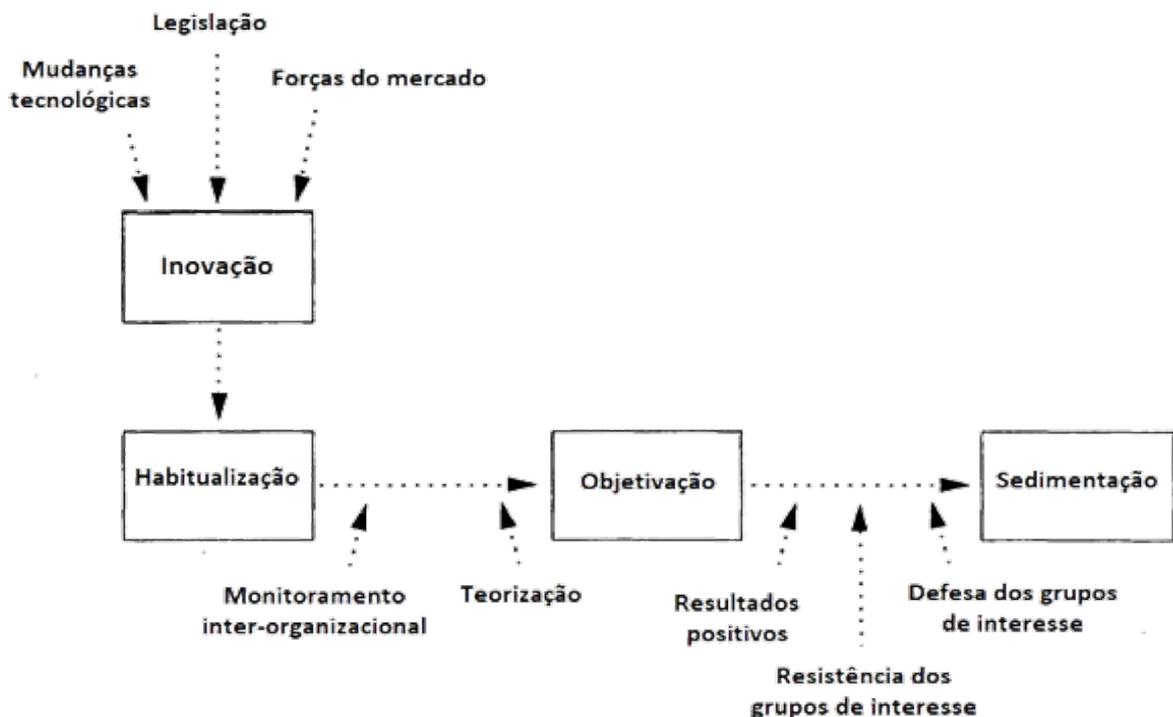
2.6. INSTITUCIONALIZAÇÃO

A institucionalização é um processo central na concepção e perpetuação de grupos sociais perduráveis (TOLBERT; ZUCKER, 1996) e pode ser compreendida como o “processo social, recorrente e dinâmico, cujas novas práticas organizacionais emergem e, ao serem legitimadas, são assimiladas, compartilhadas e disseminadas ganhando significado compartilhado intersubjetivamente” (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019, p.70). Nesse sentido, é o processo pelo qual práticas sociais, obrigações ou circunstâncias alcançam o *status* de norma no pensamento e na ação sociais (MEYER; ROWAN, 1977 *apud* CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012).

Tolbert e Zucker (1996) desenvolveram o modelo mais difundido para explicar o processo de institucionalização. Para as autoras, quando uma prática está institucionalizada num dado campo organizacional, em tese, sua estrutura foi propagada a todos os atores pertencentes ao campo de forma prolongada (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

O modelo de Tolbert e Zucker, publicado originalmente em 1983, prevê três etapas sucessivas: **habitualização, objetificação e sedimentação**.

Figura 1 - Processos componentes da institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1996)

O hábito precede toda instituição (BERGER; LUCKMANN, 2005 *apud* CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019). Assim, a primeira etapa no processo de institucionalização decorre do processo de tornar habitual novas práticas ou formas. Tolbert e Zucker (1996) esclarecem que a **habitualização** envolve a criação de novos arranjos estruturais em resposta a um problema ou conjunto de problemas e a formalização desses arranjos nas políticas e procedimentos de uma organização ou conjunto de organizações que enfrentam os mesmos problemas ou problemas semelhantes. Desse modo, Santos *et al.* (2022) destacam que a habitualização decorre da necessidade de inovação frente a forças externas ao ambiente organizacional, como mudanças tecnológicas, legislação e forças de mercado. Raramente uma inovação será adotada por imitação nesta etapa, mas essas inovações tendem a sair de um mesmo núcleo de conhecimento e ideias, compartilhado pelos tomadores de decisão das organizações (TOLBERT; ZUCKER, 1996).

A segunda etapa do modelo de Tolbert e Zucker é a **objetivação**, caracterizada como o estágio de semi-institucionalização. Nessa etapa, as estruturas passam a ser melhor definidas, pois resultam de um grande esforço de teorização, pelo qual gera-se sua homogeneização, decorrente do isomorfismo (SANTOS *et al.*, 2022). Ou seja: o ímpeto de difusão ultrapassa a simples imitação para uma base mais normativa, refletindo a teorização das estruturas.

“A objetivação envolve o desenvolvimento de algum grau de consenso social entre os tomadores de decisão organizacional no que diz respeito ao valor de uma estrutura e a adoção crescente pelas organizações com base nesse consenso” (TOLBERT; ZUCKER, 1996, p.182).

Os autores afirmam que, para se chegar a esse consenso, as organizações podem utilizar evidências de uma ampla gama de fontes para avaliar os parâmetros de risco da adoção de uma nova estrutura. Inclusive, os resultados obtidos por uma organização na implementação de uma inovação são percebidos como determinantes para a decisão de adoção dessa estrutura por outras organizações, já que se espera que os resultados da mudança sejam generalizados. Nesse sentido, a objetivação é uma consequência parcial do monitoramento das organizações concorrentes: “Existe algum grau de incerteza nos resultados das diferentes escolhas, e os tomadores de decisão utilizam a observação das escolhas dos outros, bem como suas próprias avaliações subjetivas, para determinar a melhor escolha” (TOLBERT; ZUCKER, 1996, p.183).

O estágio de total institucionalização está relacionado à etapa de **sedimentação**, que representa a perenidade das mudanças estruturais implementadas e a sua adoção por sucessivas gerações de gestores da organização (SANTOS *et al.*, 2022).

Tolbert e Zucker (1996, p.184) explicam que a sedimentação se baseia na “continuidade histórica da estrutura e especialmente em sua sobrevivência através de gerações de membros regionais organizados”. Assim, a sedimentação se caracteriza pela extensão praticamente completa das estruturas junto aos atores e pela perpetuação dessas estruturas por um longo período de tempo.

Assim, a institucionalização completa depende razoavelmente de haver baixa resistência de grupos opostos, contínuo apoio cultural de grupos de defesa, além de correlação positiva com os resultados esperados (*Ibidem*). Assim, fica claro que as interações são decisivas em todos os processos de institucionalização, pois é por meio delas que os atores podem decidir entre conformar, combinar ou gerar novas práticas (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

É importante destacar que a institucionalização não é um processo binário de ser ou não ser, mas sim uma questão de grau (OWEN-SMITH, 2011 *apud* ALVES; CASTRO; SOUTO, 2014). Assim, por exemplo, a política cultural de uma universidade pode estar em maior ou menor grau de institucionalização. Pelo modelo de Tolbert e Zucker, é possível compreender que a institucionalização apresenta estágios, é um processo gradativo.

2.7. INSTITUCIONALISMO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

O institucionalismo, em suas diversas abordagens, tem sido cada vez mais utilizado em diversas análises, contemplando diferentes momentos da política pública (CHECHI; GRISA, 2019). A respeito de política pública, Souza (2006 *apud* JACOMETTI *et al.*, 2016) a define como quadro normativo que intenta colocar o governo em ação para produzir resultados ou mudanças no mundo real, desdobrando-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas, posteriormente submetidas a acompanhamento e avaliação.

O conceito de política cultural mais utilizado ainda hoje nos estudos sobre políticas culturais é o do argentino Néstor García Canclini (RUBIM, 2019b):

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (GARCÍA CANCLINI, 2019, p.56).

García Canclini associa as políticas culturais à disputa de consensos na sociedade, sem definir que esse consenso seja a favor da manutenção ou da transformação da sociedade (RUBIM, 2019b). Nesse sentido, pode-se entender essa disputa de consensos na sociedade como uma busca por legitimidade, e que os processos de institucionalização das políticas culturais estão relacionados a esses movimentos de manutenção ou transformação social. Como já foi visto, a criação, permanência ou transformação institucional não é um esforço funcional em busca de eficiência, mas de legitimidade (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015). Desse modo, percebe-se a importância das relações sociais na análise das políticas culturais, essenciais para se buscar entender, por exemplo, por que organizações, como as universidades, adotam determinadas formas, procedimentos ou símbolos institucionais, como uma Política Cultural.

Ao ampliar o nível de análise da organização para o campo, o institucionalismo incorpora a cultura simbólica como dimensão explicativa das organizações, o que favorece um “delineamento mais preciso da configuração de uma área específica de atividade e, assim, a elaboração e a implementação de políticas públicas mais apropriadas para o desenvolvimento de setores específicos que concorram para o desenvolvimento local” (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.38).

Atualmente, o institucionalismo revela diversas possibilidades de análise importantes, como: formação de novas instituições; mudança institucional; relação entre organizações dentro de um campo; etapas da institucionalização; graus de isomorfismo; estruturação de campos organizacionais; legitimidade; entre outras (CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019).

[A] abordagem institucional amplia consideravelmente as possibilidades de ação gerencial no que se refere, por exemplo, à compreensão e à intervenção em processos de mudança organizacional ao introduzir a noção de movimento e de dinâmica de conjuntos de organizações por meio do conceito de isomorfismo (...) A possibilidade de introdução de elementos simbólicos na definição e implementação das estratégias alarga a margem de ações realizáveis das organizações, o que lhes amplia a possibilidade de sobrevivência, ao serem capazes de realizar um ajuste mais adequado às demandas ambientais (CARVALHO; VIEIRA, 2003, p.38).

Assim, considera-se que a perspectiva institucional possibilita uma compreensão mais ampla das instituições, trazendo possibilidades de análises para avaliar as escolhas envolvidas no processo de formalização de políticas públicas. Ao considerar, também, o contexto em que acontecem, a teoria institucional pode ajudar a entender, por exemplo, a relação do campo das políticas públicas de cultura com os processos de transformação organizacional em instituições como as universidades.

Constructos como a legitimidade, cerimonialismo, campo organizacional, isomorfismo e outros trazidos pela teoria institucional podem ser utilizados nas análises para explicar transformações e permanências geradas por uma Política Cultural.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo seguiu os procedimentos metodológicos descritos a seguir. Buscou-se utilizar mais de um tipo de fonte de dados, visando uma análise com mais confiabilidade. Por isso, foram realizadas pesquisa documental e aplicação de questionário, na expectativa de que o cruzamento dos dados obtidos em cada etapa pudesse revelar uma visão mais ampla e consistente da formalização da Política Cultural da UFAL e sua relação com o campo das políticas públicas de cultura no Brasil.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa teórico-empírica de abordagem qualitativa. É importante destacar, novamente, que o pesquisador integrou a referida comissão e participou do processo de formalização da Política Cultural da UFAL, tendo atuado em reuniões e debates, colaborado na redação do documento e na operacionalização do processo em si. Isso faz com que esta pesquisa tenha características de observação participante, já que houve a interação e atuação direta do investigador com a realidade que está investigando.

De acordo com Schmidt (2006), o termo “participante” sugere inserção do pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, chamado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor, ressaltando que, no caso específico deste estudo, a inserção do pesquisador se deu efetivamente na dimensão laboral da vida social de um grupo de pessoas envolvidas com a formalização do objeto desta pesquisa: a Política Cultural da UFAL.

Além disso, o trabalho segue o que parece ser uma tendência da área de estudo. Há uma estreita conexão na América Latina entre pesquisadores e fazedores de políticas culturais, pois geralmente os pesquisadores trabalham na implementação de políticas (GAUTIER, 2003, *apud* RUBIM, 2019b).

Santos (2017 *apud* CID; DOMINGUES; PAULA, 2022) também observa esse fenômeno no Brasil e avalia que um dos traços das pesquisas dedicadas às políticas culturais no país é o contágio da rede de pesquisa com a tarefa da gestão da cultura, o que produz “uma espécie de ciência implicada, empreendida por agentes de certa forma envolvidos com o fazer que investigam” (CID; DOMINGUES; PAULA, 2022, p.2).

Esse envolvimento pode ser entendido como resultado natural da necessidade de agentes de compreender o campo ainda em estruturação em que atuam. Costa e Rocha (2021) realizaram uma análise dos microdados das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas no Brasil entre os anos de 1987 e 2019 e entenderam que há um recente esforço de articulação de pesquisadores de um campo de estudos em busca da formação de consensos.

Entende-se como positivo o fato de se tratar de uma pesquisa com essa característica participante, pois a participação do pesquisador na comissão possibilitou uma compreensão mais profunda de todas as etapas do processo, facilitando o acesso a informações e documentos que puderam guiar as investigações de maneira mais direta.

3.2. COLETA DOS DADOS

Conforme explicado anteriormente, esta pesquisa utilizou mais de uma técnica de coleta de dados, buscando realizar um cruzamento deles. Nesse sentido, teve-se como fontes a literatura científica; documentos; e questionário respondido por servidores da UFAL que fizeram parte da comissão que atuou na formalização sua Política Cultural.

3.2.1. Pesquisa em artigos, livros, publicações e documentos

A primeira etapa deste estudo foi realizar uma pesquisa em artigos científicos, livros e teses, enquanto fonte histórica do trajeto histórico de estruturação do campo das políticas públicas de cultura no país, para reunir dados que pudessem dar conta justamente do primeiro objetivo específico da pesquisa: descrever a trajetória da estruturação do campo organizacional das políticas públicas de cultura no Brasil, identificando os fatores institucionais formais (legislação, normas, políticas e diretrizes) e informais (crenças, ideologias, valores), considerando uma significativa produção a respeito do tema.

A pesquisa foi feita em repositórios de universidades; em bases como o *Portal Periódicos CAPES*; e em livros acadêmicos, cartilhas e outras publicações referentes às temáticas da pesquisa: publicações realizadas por órgãos como o MinC e representações como o FORCULT, e grupos de pesquisa como o Observatório da Realidade Organizacional.

Para tanto, adotou-se o protocolo de Marconi e Lakatos (2010 *apud* BATISTA; KUMADA, 2021), que conta com oito etapas: 1) escolha do tema; 2) elaboração do plano de

trabalho; 3) identificação dos documentos; 4) localização dos documentos; 5) compilação dos dados; 6) fichamento; 7) análise e interpretação dos dados; e 8) redação.

Nesse sentido, estabeleceu-se protocolo escolhendo como tema a relação da formalização da Política Cultural da universidade com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Assim, elaborou-se o plano de trabalho para a investigação, que continha as seguintes etapas: definição de palavras-chave; escolha de bases de dados; e estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, tudo isso de acordo com um cronograma.

As palavras-chave para as buscas iniciais foram: Cultura; Universidade; Políticas Culturais; Institucionalismo; políticas públicas; campo organizacional. As bases de dados escolhidas inicialmente foram: *Portal Periódicos CAPES*; *Spell*; *Scopus*; e *Web of Science*. O critério de inclusão foi o de aderência ao tema, independente do idioma, ano de publicação ou formato (artigo, capítulo de livro, ensaio, etc). Como critérios para exclusão, adotou-se a falta de identificação da autoria ou não ter sido publicado por revista, editora ou órgão oficial. Ou seja: se o texto encontrado não foi oficialmente publicado, foi devidamente descartado.

Em linhas gerais, foram encontrados textos que tratavam do caráter transversal da cultura na universidade, a importância de políticas culturais para o ambiente universitário, a trajetória histórica das políticas culturais no Brasil, e relatos de experiências sobre a atuação cultural em universidades específicas.

A partir da leitura desses primeiros textos, foram buscados outros textos neles referenciados, trabalhos de pesquisadores citados, publicações em repositórios de instituições como a UFBA ou a FGV, e outros. Um texto foi levando a outros, constituindo o que Ribeiro (2014) caracteriza como Revisão Narrativa: “estudos apropriados para descrever e discutir o desenvolvimento ou o ‘estado da arte’ de um determinado assunto, tanto do ponto de vista teórico como do ponto de vista contextual” (RIBEIRO, 2014, p. 676).

Com a localização e identificação do material a ser utilizado na pesquisa, foram realizadas as leituras, os fichamentos e a compilação dos dados, para análise e interpretação, e posterior redação do trabalho.

Numa segunda etapa, foi realizada uma pesquisa documental junto à UFAL, para entender como a instituição está estruturada para a atuação cultural, considerando seu organograma, regimento, resoluções e outros normativos. Para tanto, foi enviado e-mail solicitando à Secretaria dos Conselhos Superiores (SECS) a listagem dos normativos relacionados à cultura da UFAL. A SECS é o órgão responsável pelo assessoramento técnico e

apoio administrativo dos Colegiados Superiores da UFAL: o Conselho Universitário (CONSUNI) e o Conselho de Curadores (Cura), sendo o CONSUNI a instância de discussão e deliberação da política geral da universidade.

A solicitação foi atendida e a relação dos normativos foi enviada. A seleção dos documentos foi feita por meio da leitura das ementas, considerando a pertinência à pesquisa. Aliado a isso, foi realizada pesquisa no ementário das resoluções do CONSUNI, para buscar outras resoluções que esta pesquisa pudesse entender como relacionadas à cultura.

Em relação à estrutura organizacional, foi tomado como referência o organograma da UFAL presente no *site* da instituição, bem como o Relatório de Gestão de 2022, o mais atualizado disponibilizado.

Por fim, também foi realizado um levantamento nos *sites* das sessenta e oito (68) universidades federais do Brasil, constantes no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), no intuito de identificar quais delas possuem resolução de Política Cultural formalizada, para contextualizar o ambiente ao qual a UFAL está integrada, em cenário nacional. Posto que a UFAL é uma universidade pública federal, foi escolhido um recorte que buscasse formar um panorama com as organizações com características mais semelhantes a ela: as universidades da esfera federal.

Entende-se que os *sites* das universidades se constituem como local oficial dessas instituições na *Internet*, onde buscar esses documentos e informações relativas informações sobre essas resoluções de Políticas Culturais. Para tanto, foram acessados todos os *sites* para coleta de informação. Para confirmar os dados desse levantamento, foram enviados *e-mails* para os setores responsáveis pela gestão da cultura nas 68 universidades, consultando sobre a existência de normativo específico de Política Cultural. Os dados coletados sobre as universidades constituem um Mapeamento das Políticas de Cultura das universidades federais, que figura no Apêndice C desta pesquisa. 19 universidades não responderam à consulta. De toda forma, o mapeamento levou em consideração as informações presentes nos *sites*, tendo a consulta sido feita apenas para ratificação das informações dos portais das universidades na *Internet*.

3.2.2. Questionário aberto

Para coletar informações mais específicas a respeito da formalização da Política Cultural da UFAL, foi aplicado questionário aberto com os participantes desse processo. O

projeto foi, então, submetido à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFAL (CEP), por meio da Plataforma Brasil, e, após a sua aprovação, foram selecionadas aleatoriamente, por sorteio, 5 (cinco) pessoas dentre 11 (onze) servidores e servidoras da UFAL que fizeram parte da comissão estabelecida pela portaria 398/2020, publicada em 15/04/2020, no Boletim de serviço/pessoal Ano 4 – No. 60, responsável pela elaboração da minuta da Política Cultural da UFAL. Esse grupo foi escolhido justamente por ser o grupo mais diretamente envolvido no processo de formalização da Política Cultural da UFAL.

Definiu-se a quantidade de 5 respondentes, por representar justamente a metade do grupo de servidores e servidoras que compuseram a comissão, excluído o pesquisador. Considerou-se a amostra suficiente para obtenção das informações necessárias à pesquisa, além de contribuir para garantir o anonimato dos participantes. A técnica de amostragem escolhida foi a aleatória simples, onde há a “escolha aleatória dos elementos que farão parte da amostra. Existe uma igual probabilidade, de cada elemento da população ser escolhido por meio de sorteio” (OLIVEIRA, 2011, p.34). Devido à dificuldade logística para o agendamento de horário com as pessoas participantes, foi definido que o questionário seria enviado por e-mail, visando viabilizar a coleta das respostas dentro do prazo de realização da pesquisa. Entendeu-se que a escolha não prejudicou a pesquisa, visto que as informações almejadas teriam caráter de avaliação técnica sobre práticas relacionadas ao ambiente laboral. Uma das pessoas sorteadas inicialmente aceitou participar da pesquisa, mas não retornou com as respostas em tempo hábil, ficando assim excluída da amostra a ser analisada.

As análises foram realizadas pelo método da Análise de Conteúdo, baseada em Bardin, que se constitui em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos das mensagens” (BARDIN, 2016). A **análise de conteúdo** constitui-se de algumas etapas, organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na **pré-análise**, o objetivo é sistematizar as ideias iniciais e desenvolver um plano de análise. Bardin (2016) indica que nesta fase são escolhidos os documentos a serem analisados, as hipóteses ou pressupostos são formulados e os objetivos definidos, e são elaborados os indicadores que vão fundamentar a interpretação final. A autora reforça que essas etapas não se sucedem obrigatoriamente numa ordem cronológica e que a pré-análise é composta por

atividades não estruturadas, abertas. Assim, a partir de uma primeira leitura do material colhido na pesquisa bibliográfica, foram formulados os pressupostos e posteriormente foram definidos os objetivos a serem atingidos com o questionário.

Os pressupostos foram: 1) A formalização da Política Cultural da UFAL está relacionada com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil; e 2) Pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da UFAL.

O questionário teve foco especialmente em: descrever o processo de formalização da Política de Cultura da UFAL e identificar a relação da formalização da Política Cultural da UFAL com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil, por entender que os outros objetivos teriam mais subsídios nas pesquisas bibliográfica e documental, enquanto estes seriam melhor atendidos pelo questionário, já que não há ainda publicação sobre a formalização da referida Política e a documentação desse processo ainda é escassa.

Assim, foi elaborado o questionário aberto (*Apêndice D*), dividido em três eixos: o primeiro busca avaliar a questão dos significados envolvidos na formalização da Política Cultural, tanto para a instituição quanto para a comunidade, quais poderiam ser os efeitos práticos e simbólicos dessa formalização, o que representa e poderia representar a aprovação da Política Cultural da UFAL, na avaliação das pessoas respondentes; o segundo eixo busca investigar as influências envolvidas na construção da minuta, bem a percepção dessas pessoas sobre o contexto e sua relação com todo o processo; e o terceiro eixo busca entender a percepção das pessoas respondentes sobre a organização da UFAL para a sua atuação cultural. Assim, as perguntas ficaram divididas em:

Tabela 1 – Eixos do questionário

	Eixo 1 (Significados)	Eixo 2 (Influências)	Eixo 3 (Organização)
Perguntas	1; 7; 8; 9; 12	2; 5; 6; 6.1; 10; 10.1; 11	3; 3.1; 4; 4.1

Fonte: O autor (2023)

Após a aplicação do questionário aberto, foi feito o que Bardin (2016) denomina de “leitura flutuante”, para tomar contato com o material a ser analisado, deixar as impressões e orientações emergirem e as teorias adaptadas sobre o material se projetarem.

O passo seguinte foi a escolha dos documentos, que seria a seleção das partes do material a serem utilizadas para análise. No caso desta pesquisa, optou-se por considerar a

totalidade das respostas ao questionário, respeitando os critérios estabelecidos por Bardin (2016) de: exaustividade (esgotar a totalidade da comunicação, e esta pesquisa analisou todo o material colhido); representatividade (os documentos selecionados devem conter informações que representem o universo a ser pesquisado, e entende-se que a amostra representa a comissão da portaria 398/2020); homogeneidade (os dados devem referir-se ao mesmo tema, e o pesquisador seguiu o roteiro de perguntas com foco no tema da pesquisa); e pertinência (os documentos devem ser adequados aos objetivos da análise, e entende-se que são condizentes).

Então, seguindo as etapas propostas por Bardin (2016), foi escolhido o *tema* como unidade de registro. O tema é uma unidade de significação complexa, que pode ser constituído tanto por uma afirmação como uma alusão, desenvolvido em várias afirmações ou qualquer fragmento que possa a ele remeter (D'UNRUG, 1974 *apud* BARDIN, 2016). Uma análise temática significa revelar os núcleos de sentido de uma comunicação, e ela é geralmente utilizada para estudar motivações de opiniões, de tendências, de crenças, de atitudes e outras (BARDIN, 2016).

Foram listados como índices os principais temas surgidos nas respostas. Estes foram dispostos em árvores temáticas, para possibilitar uma melhor visualização do encadeamento de temas e uma melhor compreensão dos sentidos a serem deduzidos, buscando atender, também, aos objetivos de “descrever o processo de formalização da Política de Cultura da UFAL” e “Identificar a relação da formalização da Política Cultural da UFAL com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil”.

4. O CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL E O LUGAR DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA

Para se tratar do campo das políticas públicas de cultura, é importante considerar inicialmente as relações de interpenetração entre as esferas da política e da cultura ao longo da história. Canclini (2019) avalia que seria legítimo considerar a **origem das políticas culturais** nos projetos fundadores dos países, pois há manifestações do que se chama hoje de política cultural que remontam, por exemplo, ao período colonial. No entanto, o autor criva que a fórmula política cultural surge apenas no século XX. Até então, essa relação entre os campos político e cultural gerava atos isolados, não necessariamente tratados como política cultural (CALABRE, 2007).

No Brasil, o obscurantismo da monarquia portuguesa perseguia e restringia a cultura, proibindo a instalação de imprensas e impedindo o desenvolvimento da educação, em especial das universidades (RUBIM, 2012).

Se examinarmos o Brasil da época colonial, uma sociedade pré-capitalista (ainda que articulada com o capitalismo através do mercado mundial), veremos facilmente a completa inexistência de uma sociedade civil. Não tínhamos parlamento, nem partidos políticos, nem um sistema de educação que fosse além das escolas de catequese; não tínhamos sequer o direito de imprimir livros ou publicar jornais. Em suma: a organização da cultura, se é que se pode falar de ‘organização’ nesse caso, era tosca e primitiva (COUTINHO, 2011, p.19).

Não se concebe, também, a inauguração das políticas culturais nacionais durante o Império, mesmo com a postura de mecenas de Pedro II (BARBALHO, 2013), pois “falar em políticas culturais implica, dentre outros requisitos, em, pelo menos: intervenções conjuntas e sistemáticas; atores coletivos e metas” (RUBIM, 2007a, p. 102), o que não existiu no período, nem no momento seguinte, com a proclamação da República.

A oligárquica república brasileira dos finais do século 19 até os anos 1930 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural (RUBIM, 2007a, p.103).

Apesar da antiga relação entre as esferas da cultura e da política, diversos autores convergem em situar o surgimento das políticas culturais no século XX, a partir do advento de novas relações entre política e cultura. Segundo Rocha (2016, p. 679), trata-se de uma

mudança de paradigma: a política passa a ser um meio para desenvolver a cultura, diferente da tradicional instrumentalização da cultura para fins políticos. “A constituição de um campo de estudos dedicado a uma análise das relações entre cultura e política, sob a égide da terminologia política cultural, remonta, portanto, a essa nova perspectiva”.

Esta pesquisa considera as políticas culturais sob a perspectiva inaugurada no Século XX e entende ser essencial ter em conta a relação prévia entre cultura e política para compreender as políticas culturais que vieram a surgir no Brasil nos anos de 1930, mesmo período em que surgem as primeiras universidades no país⁴: dois campos acionados por Vargas em seu projeto de Estado-Nação.

Considerando o conceito de García Canclini (2019) para políticas culturais, pode-se dizer que o campo das políticas públicas de cultura no Brasil é constituído pela soma de atores sociais que se entrecruzam, interagindo na realização de um conjunto de intervenções a fim de orientar o desenvolvimento simbólico e satisfazer as necessidades culturais da população. Isso amplia a noção dos agentes responsáveis pela elaboração das políticas culturais, o que até então era geralmente restrito ao Estado. Assim, o Estado tem posição central na elaboração das políticas públicas culturais, mas sem desconsiderar os vários atores envolvidos, como movimentos sociais, grupos de arte, organismos internacionais (RUBIM, 2019b).

O Estado também é um dos principais responsáveis pela definição do que a sociedade entende por cultura (SIMÕES; VIEIRA, 2009). Por isso, é importante buscar entender **como se constituem os Estados**, pois “a ideia de processos de formação de Estado ajuda a compreender o processo de institucionalização da cultura na administração pública” (DIAS, 2015, p.55). Nesse percurso, a cultura conquistou espaço político próprio, exigindo a criação de uma complexa estrutura administrativa para reunir diversos atores com interesses distintos, interesses que sempre imbuíram as políticas culturais e que, ao longo do tempo, apresentaram diversos matizes, muitas vezes caracterizados pela ausência e pelo desinteresse (SIMÕES; VIEIRA, 2009). Dessa forma, é importante considerar uma série de relações subjacentes aos marcos de formalização das políticas públicas de cultura no Brasil.

Para Chauí (2008), o Estado brasileiro tradicionalmente tem uma abordagem antidemocrática em relação à cultura, apoderando-se e vertendo a criação social em cultura

4 Em comparação com outros países da Europa e América Latina, as universidades surgem no Brasil com alguns séculos de atraso. As primeiras universidades brasileiras datam do século XX. Os registros históricos consideram como primeiras experiências a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, e a Universidade do Brasil, em 1937, no Rio de Janeiro (MARQUES, 2018).

oficial, para transformá-la em doutrina e espalhá-la na sociedade. Isso se evidenciou em governos autoritários, quando as políticas culturais foram acionadas para criar uma identidade nacional, miscigenada e pacífica. Darcy Ribeiro (1995) aponta que essa construção se revela num profundo abismo que separa os estratos sociais de maneira intransponível, cristalizada num *modus vivendi* em que os privilegiados procuram ignorar ou ocultar a miséria dos pobres numa espécie de miopia social, que perpetua essa assimetria.

Chauí (1995, p.81) considera que as relações sociais, orientadas pelo mito da não-violência, dissimulam uma estrutura social autoritária e violenta, que é resquício da sociedade colonial escravocrata e hierarquizada. “No caso específico da política cultural, não é possível deixar na sombra o modo como a tradição oligárquica autoritária opera com a cultura, a partir do Estado”. Essa profunda estratificação de classes enraizada no processo de formação da sociedade se faz presente ainda hoje na relação do Estado com a cultura (RIBEIRO, 1995).

Essa relação do Estado com a cultura acontece por quatro principais modalidades: 1) Liberal, pela qual se identifica a cultura com as belas-artes, privilégio de uma elite consumidora; 2) Populista, que estabelece a cultura popular como uma versão das belas-artes identificada com o pequeno artesanato e o folclore; 3) do Estado autoritário, que se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade; e 4) Neoliberal, que identifica cultura com evento de massa e tende a privatizar instituições culturais públicas, deixando-as sob responsabilidade da iniciativa privada. Esse padrão pode ser percebido no histórico da formalização das políticas públicas de cultura no país (CHAUI, 1995).

4.1. HISTÓRICO E ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL

Para compreender a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no país, é necessário realizar uma breve incursão pela construção histórica dessas políticas, trazendo interseções com o surgimento e evolução da instituição universitária no país, objeto principal desta pesquisa.

Como um campo organizacional permanece em constante construção ao longo do tempo, a historicidade deve ser analisada. Não é possível compreender o processo de formação e institucionalização de um campo sem a prévia verificação dos fatos históricos que lhe deram origem (VIEIRA; HOLANDA, 2006, p. 5).

“A história das políticas culturais do Estado nacional brasileiro pode ser condensada pelo acionamento de expressões como: autoritarismo, caráter tardio, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios” (RUBIM, 2007a, p. 11). Para o autor, a relação entre autoritarismo e cultura segue como um dos principais desafios das políticas públicas para o setor.

Pode-se dizer que a universidade enfrenta desafio semelhante. Sendo uma instituição social que realiza e exprime a sociedade da qual participa, a universidade é, portanto, parte integrante e constitutiva do tecido social oligárquico, autoritário e violento que marca a sociedade do Brasil (CHAUI, 2001).

4.1.1. Era Vargas

A trajetória das políticas culturais no Brasil tem início na Era Vargas, diante do que Calabre (2013) identifica como uma conjuntura latino-americana de fortalecimento e modernização dos Estados nacionais, que tornou o campo da cultura em objeto de elaboração de políticas públicas.

Não por acaso, a universidade brasileira surge no mesmo período, vinculada à ideia de Estado-nação, com a missão de formar mão de obra para atender aos interesses do Estado (MARQUES, 2018). Essa visão marca o início da universidade pelo controle do governo e por uma busca de padronização do ensino superior no país (MENDONÇA, 2000), o que ratifica o autoritarismo e a centralidade do governo varguista.

Sob a mesma perspectiva, foi implantado um sistema articulado e centralizador das políticas culturais em nível federal, transformando o Estado no principal responsável pelo campo, criando diversos órgãos públicos de cultura encarregados de preservar, documentar, difundir e produzir diretamente bens culturais (BOTELHO, 2007): Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA); o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); Instituto Nacional do Livro (INL), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE); Serviço Nacional de Teatro (SNT); Conselho Nacional de Cultura (CNC); e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que coordenava áreas como radiofusão, teatro, cinema, turismo e imprensa, além de exercer censura, buscando reprimir e cooptar o meio cultural, intelectuais, artistas e criadores (RUBIM, 2012).

Simões e Vieira (2009) realizaram estudo sobre a trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil de 1920 a 2002, trazendo a relação entre a concepção de cultura em

momentos da história do país e a organização do campo da cultura. De 1920 a 1945, tem-se o *Campo da cultura como identidade*: quando havia um consenso no campo em torno da ideia de construção da identidade nacional, com centralidade do Estado. Nesse cenário, os autores destacam a importância do SPHAN e dos intelectuais (artistas e arquitetos).

Lima, Ortellado e Souza (2013) realizaram uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura e propuseram um modelo para a sistematização do campo das políticas culturais, defendendo uma tipologia de três grandes gerações de políticas públicas de cultura: 1ª Geração, de formação da identidade e preservação do patrimônio; 2ª Geração, de intervenção e regulação econômica; e 3ª Geração, de produção e difusão cultural.

De acordo com o esquema, as políticas desenvolvidas durante a Era Vargas foram de identidade nacional, de 1ª Geração, com o objetivo de consolidar a identidade nacional e preservar o patrimônio cultural do país. As políticas de identidade e patrimônio “são uma estratégia adotada como parte da própria construção dos Estados modernos” (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 6).

Calabre (2013) ratifica que uma das questões centrais do governo do período era a formação de uma identidade nacional. Buscava-se unir o país em torno do sentimento de “brasilidade”, reunindo a dispersa população em torno de uma nova visão do homem brasileiro (BARBALHO, 2007). Assim, “a elaboração de uma política cultural foi vista como alicerce para o desenvolvimento do país” (GUIMARÃES, 2020, p.413) e caberia aos intelectuais de então elaborar essa identidade nacional, criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite e difundi-la (BARBALHO, 2007).

A mescla de culturas, pretendida pelo discurso nacionalista se daria sob o mito da democracia racial, onde aparentemente, no Brasil todas as culturas e raças conviviam harmoniosamente. Tal afirmação em um discurso fortemente conciliador, apagava a origem de opressão e violência (SANTOS, 2021, p. 145).

Os mesmos valores guiaram a formatação da universidade, em seu surgimento. Mendonça (2000) lembra que os projetos educacionais que estabeleceram um sistema de educação de massa foram fruto de uma série de propostas das elites brasileiras, que reorganizaram a escola secundária e o ensino superior do país. De acordo com Palma Filho (2005), a Reforma do Ensino Secundário e do Ensino Superior de 1931, capitaneada pelo recém-criado Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública com apoio de setores ligados ao meio agrário e à Igreja, teve forte caráter conservador e elitista não apenas pelo

conteúdo curricular enciclopédico, que favorecia alunos das camadas mais abastadas, mas também pelo sistema de avaliação, que tornou a seletividade na tônica de todo o sistema.

Resquícios desses projetos educacionais são percebidos até hoje. A universidade brasileira, em seu curto espaço de existência de pouco mais de cem anos, enfrenta ainda os complexos desafios da “democratização do acesso, da articulação com as outras etapas da formação escolar e do provimento de educação com qualidade ligada com os demais setores da sociedade, incluindo-se aí o campo cultural” (NUNES, 2019, p.20).

4.1.2. Período entre 1945 e 1964

Mesmo com a criação de diversos órgãos públicos, não foi possível reverter a baixa institucionalidade da cultura (RUBIM, 2017). Com o desgaste do governo e o fim do Estado Novo, em 1945, o mercado assumiu o protagonismo das políticas e ações culturais, antes concentradas nas mãos do regime autoritário (GUIMARÃES, 2020). Esse movimento segue uma tendência da América Latina, de fortalecimento da Indústria Cultural e de investimentos privados na área (CALABRE, 2013). Entre 1945 e 1964, o Estado não promoveu ações culturais de destaque. “Em linhas gerais a estrutura montada no período anterior foi mantida” (CALABRE, 2007, p.3).

Para Simões e Vieira (2009, p.8), o período de 1945 a 1964 representa o *Campo da cultura como ideologia*, marcado pela crença no desenvolvimento, no progresso e na mudança. “A questão desenvolvimentista seria uma nova ideologia e a industrialização representaria a força do consumo, oriundo de mudanças na sociedade”, destacando-se os intelectuais, o SPHAN e a imprensa escrita.

As universidades se expandiram nesse período, crescendo de 5, em 1945, para 37, em 1964, principalmente pela agregação de escolas profissionalizantes ou pela federalização de faculdades estaduais ou particulares (MENDONÇA, 2000). Os debates, até 1964, convergiam no diagnóstico de que era necessário modernizar e produzir mais conhecimento nas universidades, embora discordassem sobre o rumo a seguir (MOTTA, 2014). As mobilizações, ações e disputas do período configuraram a universidade como um espaço heterogêneo, de projetos opostos (MATTOS, 2013). De toda forma, a ação estudantil parece se encontrar no centro das grandes crises de regime que percorreram a história política das sociedades latino-americanas desde a década de 1930 (ALBUQUERQUE, 1977 *apud* MATTOS, 2013).

Albino e Lindinalva Rubim (2004) destacam que a universidade havia se estabelecido até então como o circuito cultural dominante no país, embora altamente elitista e excludente – como a própria instituição universitária e a sociedade da qual é parte integrante.

[A]pesar desse caráter problemático, a cultura brasileira – em especial aquela produzida entre os anos 20 e, principalmente, em torno dos 60 – foi perpassada pela instituição universitária. Como pensar as grandes manifestações político-culturais da década de 60, especialmente, sem olhar o papel dos movimentos universitários, tendo à frente os estudantes. Por exemplo, o Centro Popular de Cultura da UNE, o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, o Cinema Novo, o Cinema Marginal, a Bossa Nova, a música popular brasileira, a música de protesto, o Tropicalismo, além de nomes como Vianinha, Glauber Rocha, Cacá Diegues, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré – para citar apenas alguns poucos – não poderiam sequer ser construídos, quanto mais compreendidos, sem considerar o circuito escolar-universitário (RUBIM; RUBIM, 2004, p.19).

4.1.3. Ditadura Militar

O período da ditadura militar, iniciado com o golpe de 1964, representa um novo ciclo de governos autoritários, com o Estado retomando o protagonismo do campo, com um viés centralizador na gestão pública da cultura, operando uma (re)configuração da cultura no Brasil, que transitou da predominância do circuito cultural escolar-universitário para a dinâmica de uma cultura midiaticizada, reprodutora da ideologia oficial, sob a lógica da indústria cultural com a qual os militares integraram simbolicamente o país, exercendo rígido controle dos meios audiovisuais (RUBIM, 2007a; RUBIM, 2017).

Para Simões e Vieira (2009, p.10), os anos de 1964 a 1985 representam o *Campo da cultura como estratégia*: “a questão estratégica do Estado era transformar a cultura como uma ferramenta para consolidação de um regime político autoritário”. Nessa configuração, estavam na centralidade do campo a recém-criada Fundação Nacional de Arte (Funarte), as secretarias estaduais e o Ministério da Educação e Cultura.

A “Mitologia Verde-Amarela”, trabalhada pelas elites, apropriou-se da cultura sob o lema ‘Proteger e Integrar a Nação’ (BARBALHO, 2007), fazendo com que a cultura fosse vista como questão da Doutrina de Segurança Nacional. Assim, pôs-se em prática um complexo sistema repressivo para suprimir qualquer tipo de atividade considerada suspeita, subversiva ou potencialmente perturbadora da ordem (SANTOS, 2019). Esse padrão se

observa especialmente no contexto das universidades⁵, “um dos espaços sociais mais hostis à ditadura, em que ocorreram muitas lutas e ações de resistência” (MOTTA, 2014, p.25).

Havia uma pressão acumulada para reformar o ensino superior, agravada pelo número de excedentes, que a universidade não conseguia abarcar. Assim deu-se a reforma universitária de 1968, com a tarefa de expandir as vagas, adaptando os conteúdos da educação superior às metas do desenvolvimento nacional. Foram tomadas uma série de medidas para obter o máximo de atendimento da demanda, envolvendo o menor custo financeiro possível, abrindo espaço para a participação de empresas privadas, cabendo ao Estado estimular a criação de universidades particulares, prestando-lhes auxílio, a fim de assegurar vagas para alunos com poucos recursos financeiros (MARTINS, 2009). Para servir aos interesses da classe dominante, os militares praticamente destruíram as escolas públicas a longo prazo, limitando o acesso à universidade pública para a alta classe média e burguesia, o que reforça uma institucionalização de forma a repetir os aspectos autoritários da sociedade (CHAUI, 2001).

A ditadura reafirmou a triste tradição do vínculo entre políticas culturais e autoritarismo. Os militares reprimiram, censuraram, perseguiram, prenderam, assassinaram, exilaram intelectuais, artistas, cientistas e criadores populares, mas, ao mesmo tempo, constituíram uma agenda de “realizações” nada desprezível para a (re)configuração da cultura no Brasil (RUBIM, 2012, p.34).

O governo militar atuava como produtor cultural, ditando o que seria produzido e consumido pela população (RUBIM; ROCHA, 2020). Assim, o projeto de institucionalização da cultura foi empreendido com o fortalecimento de instituições de caráter nacional (CALABRE, 2013). A criação de órgãos, planos de ação e financiamento da cultura é considerada uma característica marcante do período (GUIMARÃES, 2020). Foram criados o Conselho Federal de Cultura (CFC); o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA); o Conselho Nacional de Cinema; a Funarte; o Centro Nacional de Referência Cultural; o Instituto Nacional de Cinema (INC); e a Embrafilme; elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC); e a primeira Política Nacional de Cultura.

5 Pode-se citar, entre os casos arbitrários e violentos de repressão da ditadura militar nesse período, especificamente em relação às universidades: invasão militar, em 29/08/1968, da Universidade de Brasília (UnB), que resultou no espancamento, prisão e tortura de diversos estudantes e funcionários; a aposentadoria compulsória e cassação de direitos dos dez cientistas do então Instituto Oswaldo Cruz (atual Fiocruz), em 1970, no episódio conhecido como Massacre de Manguinhos; o Decreto 4.464/64, que extinguiu a UNE; o Decreto 477/69, que impôs punições a estudantes, professores ou funcionários que desenvolvessem atividades consideradas hostis ao regime militar; a criação de uma divisão de segurança e informação no MEC para fiscalizar as atividades políticas de professores e estudantes nas instituições, entre outros.

Pode-se dizer que as políticas de educação superior e cultura no Brasil tiveram uma primeira interação com a atuação da Funarte, no final dos anos 1970 (SOUZA *et al.*, 2021). Os autores lembram que, mesmo que houvesse Ministério da Educação e Cultura, ações da Fundação como o Projeto Universitário (1977), o Projeto Festivais de Arte e o Projeto Fazendo Arte (1980) surgem como as primeiras políticas transversais entre cultura e educação, avaliadas como positivas, ainda que experimentais, descontinuadas e sob regime autoritário. Essa relação surge embasada na Política Nacional de Cultura, de 1975, que previa apoio à formação de profissionais da cultura, para profissionalizar o setor (*Ibidem*).

A Funarte foi o órgão que trabalhou mais sistematicamente com as instituições de ensino superior. Desde a sua constituição, havia uma demanda vinda de grande número de universidades com solicitações de apoio a suas atividades, para as quais o MEC não designava recursos. Toda essa demanda foi reunida no originalmente chamado Projeto Universidade (...) O Projeto Universidade trabalhava basicamente com a área de extensão cultural das universidades, com o objetivo de auxiliá-las a se tornar polos irradiadores de cultura para a comunidade, por meio da promoção de atividades artísticas não eventuais, estimulando a participação efetiva do corpo discente, de forma a constituir um calendário anual e permanente (BOTELHO, 2011, p.97-98).

É interessante perceber que a avaliação do projeto concluiu, no final da década de 1970, que a falta de coordenação entre as diversas áreas das universidades trazia prejuízos ao projeto. “Havia dispersão de recursos e também se perdia em qualidade, na medida em que a área de extensão cultural reduplicava aquilo que a própria universidade já fazia e podia também oferecer enquanto atividade extracampus” (BOTELHO, 2011, p.98).

Botelho (2011) também destaca que, por causa dessa avaliação, mais tarde, em 1982, a Funarte passou a exigir das instituições que buscavam financiamento um Plano Diretor de Cultura, para que as universidades pudessem refletir suas respectivas estratégias para a área. Percebe-se aí uma atuação indutora do Estado, que, ao condicionar o acesso a um recurso financeiro à adoção de um documento por parte das IES, acaba por estimular a homogeneização entre as universidades. Esse é um caso de isomorfismo coercitivo e vale lembrar que esse tipo de isomorfismo se caracteriza pela “conformação a pressões formais ou informais exercidas por organizações que exercem domínio de recursos escassos, especialmente financeiros” (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012, p.487).

A Política Nacional de Cultura, instituída em 1975, é fundamental para compreender as políticas culturais dos governos militares. Com base no ideário da segurança e do desenvolvimento, essa política buscava estruturar a indústria cultural, promovendo um

vultoso investimento em telecomunicações e difusão da produção cultural (AZEVEDO, 2016). A autora também aponta que havia um cuidado em montar um discurso de que a Política Nacional de Cultura teria como sua maior contribuição o engrandecimento do homem brasileiro, enquanto, na verdade, buscava-se amenizar e ocultar a divisão e diferenças sociais existentes: trata-se da revisão do discurso trabalhado no período de Vargas. Esse homem brasileiro concebido pela elite brasileira é o elemento central de uma ideologia amplamente reforçada nos meios de comunicação.

De acordo com o esquema de Lima, Ortellado e Souza (2013), pode-se identificar as políticas culturais desenvolvidas na ditadura militar como políticas essencialmente de 2ª Geração, de proteção da indústria cultural nacional, um tipo de política de intervenção e regulação econômica que visa estimular a produção doméstica e garantir o controle do repertório simbólico produzido e emitido. As outras políticas de 2ª Geração trazidas por Lima, Ortellado e Souza (2013) são as políticas de economia criativa, que viriam a surgir apenas recentemente, com o discurso sobre a economia pós-industrial, com o objetivo de intervir e regular as atividades econômicas do setor.

Com o fim do regime militar, em 1985, e a reabertura política, surge novamente mais um ciclo em que o Estado abre mão do protagonismo das políticas culturais, gerando um vácuo preenchido pela iniciativa privada (GUIMARÃES, 2020).

4.1.4. Democratização e neoliberalismo (1985 a 2002)

A grande questão das políticas culturais nos anos 1980 foi a democratização, em sintonia com a conjuntura que se estabelecia com o fim das ditaduras militares no continente Sul-americano (CALABRE, 2013). A institucionalidade da cultura passou a se configurar num processo mais integrado, com a criação de instrumentos de coordenação entre atores públicos e privados, tendo como exemplos a criação do MinC, em 1985, a própria Constituição Federal de 1988 e os instrumentos de política que a ela vão sendo integrados (SILVA; ZIVIANI, 2020).

Especialmente por sua importância na luta contra o Regime Militar, a cultura ganhou destaque na Constituição de 1988 (REIS, 2010). “Cultura e educação são considerados direitos universais resguardados pelo Estado a partir da Constituição Federal de 1988 e, portanto, passíveis de programas que garantam a concretização das demandas sociais que lhe concernem” (MARQUES, 2018).

A ideia de um Estado centralizador e autoritário – experimentado no período anterior, da ditadura – passa a ser rejeitada pela sociedade, especialmente com a Carta Magna de 1988 e sua ênfase no federalismo e na descentralização do poder. Isso abriu espaço para a atuação de empreendedores privados, que assumiram o papel de norteadores da cultura na redemocratização (GUIMARÃES, 2020).

Em 1986 foi sancionada a Lei Sarney, primeira experiência federal de incentivo fiscal à cultura, representando uma “ruptura radical” na forma de apoiar a cultura no país: em vez do financiamento direto, o Estado estava propondo que os recursos fossem captados no mercado, embora o dinheiro decorresse de renúncia fiscal (RUBIM, 2017). Com a publicação da Lei Rouanet, em 1991, fortaleceu-se uma política de incentivo à cultura, fomentando a criação de mecanismos semelhantes em estados e municípios (CESNIK, 2012). Somado ao contexto de grande inflação e baixo crescimento econômico do período, marcado pela reorganização do setor público e da economia, essas leis se tornaram importantes no incremento de fontes de financiamento (SILVA; ZIVIANI, 2020). “O estabelecimento da Lei Rouanet três anos após a elaboração da Constituição de 1988 é um reflexo da mentalidade vigente de diminuição das atribuições da União em favor da abertura ao mercado privado” (GUIMARÃES, 2020, p. 419).

Para Simões e Vieira (2009), no período de 1985 a 2002, configura-se o *Campo da cultura como mercado*, quando se constata a “centralidade de organizações ligadas ao mercado como agentes centrais de decisão do campo” (SIMÕES; VIEIRA, 2009, p. 13), passando a ganhar destaque os produtores culturais, o Centro Cultural Banco do Brasil, as secretarias estaduais de cultura e o ministério/secretaria de cultura.

No que diz respeito às políticas voltadas à educação, Godin e Johann (2021) apontam que o neoliberalismo impactou no sucateamento das IFES e na finalidade e identidade das universidades públicas. “Nos governos liberais e conservadores, a universidade perde o sentido público, se tornando um espaço elitista e privado, passando por processos de sucateamento e ameaças de privatização” (RODRIGUES, 2021, p.2). É por meio do neoliberalismo que “se materializam as formas de gestão das políticas públicas educacionais marcadas pela lógica da descentralização, que contribuem gradativamente com a abdicação da educação pública pelo governo”⁶ (GODIN; JOHANN, 2021, p. 87).

6 Vale lembrar que as bases da expansão do ensino superior privado estão fundadas na reforma universitária de 1968, quando os militares abriram brechas para a participação do ensino privado no processo de expansão das universidades no Brasil (MARTINS, 2009).

O mesmo acontece à cultura. Sob o *slogan* “Cultura é um bom negócio”, houve um aprofundamento do uso das leis de incentivo fiscal no governo FHC e o mercado tomou o lugar do Estado nas políticas culturais (RUBIM, 2017), tornando-se praticamente a única política cultural do governo federal.

O período de domínio das leis de incentivo à cultura se estendeu até o início dos anos 2000, deslocando o eixo decisório das políticas culturais do Estado para as empresas que patrocinavam atividades culturais, por meio de isenção fiscal (CALABRE, 2013). “O debate público sobre o planejamento das políticas do setor foi sobrepujado pela discussão acerca dos modelos de financiamento das atividades culturais” (SILVA; ZIVIANI, 2020, p.52).

4.1.5. Governos Lula e Dilma

Com o início do primeiro mandato presidencial de Lula da Silva e da gestão de Gilberto Gil à frente do MinC (2003-2008), inaugurou-se outro momento para a cultura no País. Já em seu discurso de posse, o ministro defendeu uma ampliação profunda do conceito de cultura (REIS, 2020), passando a reivindicar uma noção “antropológica”, buscando incluir setores até então não contemplados por uma ideia vigente, limitada à “alta cultura” ou “belas artes” (BRASIL, 2018). Essa nova concepção é fundamental para dar transversalidade à atuação do MinC e ampliar o público-alvo das políticas de cultura, que passam a abarcar a totalidade da população (e não somente os artistas), retomando, assim, o papel constitucional de órgão formulador e executor de uma política cultural para o país (*Ibidem*).

Além desses avanços, Soto *et al.* (2010) apontam outras conquistas para as políticas culturais nos dois primeiros governos de Lula: a ampliação do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura como um dos princípios basilares da cidadania; a participação social passar a ser um elemento essencial para as políticas para a área; e a valorização da divisão de responsabilidades entre os níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade.

No modelo de Lima, Ortellado e Souza (2013), as políticas desenvolvidas no período dos governos *petistas* podem ser caracterizadas como políticas de 3ª Geração, de produção e difusão cultural. Elas são o cerne da política cultural da segunda metade do século XX e se dividem em: políticas de democracia cultural, que “buscavam dar subsídio e acesso a diferentes manifestações culturais no espírito de uma sociedade plural e diversa” (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013, p. 4), distribuindo apoio estatal para produções diversas, fruto de uma sociedade multicultural, o que pode ser identificado como o período; e políticas de

democratização da cultura entendida como belas artes, que foram acionadas com mais ênfase em períodos anteriores, buscando universalizar a cultura das classes ilustradas, promovendo a democratização da cultura consumida geralmente pelas elites.

A questão da democracia cultural se torna um dos princípios orientadores das políticas públicas de cultura, o que representa uma mudança paradigmática, já que, até então, sempre se trabalhou a cultura sob a ótica da identidade, buscando características identitárias comuns a todos (MOTA; MOREIRA, 2019), numa sociedade multicultural como a brasileira, passa-se a adotar a diversidade como inerente às políticas de cultura.

Em relação às interseções das políticas de educação e de cultura, pode-se citar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto N.º 6.096/2007, como “uma das principais políticas responsáveis pela criação de inúmeros cursos vinculados ao campo da cultura e das artes em todo Brasil” (SOUZA; ACCO, 2018, p.5), além de ter financiado reformas que contemplaram os setores de artes e cultura das instituições (SOUZA *et al.*, 2021).

Souza e Acco (2018) também citam as Conferências Nacionais de Cultura de 2005 e 2010, por indicarem a urgência da reaproximação das agendas de educação e cultura, especialmente pela influência na consolidação das metas relacionadas a essas áreas no PNC. São sete metas relacionadas a *Educação e Produção de Conhecimento*, cinco ligadas ao ensino superior e técnico, voltadas à formação de agentes e gestores culturais (*Ibidem*).

Instituído pela Emenda Constitucional n. 48/2005 e aprovado em dezembro de 2010, o PNC é um dos principais indutores de políticas públicas de cultura nas universidades. “É evidente a ascensão da preocupação das IES com a elaboração de suas políticas culturais em consonância com o PNC, usando-o como base para refletir dentro das instituições os mesmos conceitos que são seguidos pelos entes federativos” (CERQUEIRA, 2019, p.4). Corroborando esse entendimento, Costa (2019) avalia que o número de universidades federais que formalizaram sua política cultural, seja em forma de resolução de Política ou Plano de Cultura, vem crescendo desde a criação do PNC, em 2010.

A aprovação do Plano Nacional de Cultura (2010-2020) igualmente serviu para animar as interações entre cultura e educação no país. Além de inúmeras metas voltadas para a área de formação em cultura, inscritas no plano, a própria existência do PNC e sua previsão federativa de desenvolvimento de planos setoriais, estaduais e municipais de cultura, parece configurar um fator estimulante para que as instituições universitárias começassem a antever igualmente a necessidade da construção de planos de cultura, agora em níveis universitários (RUBIM, 2019a, p.11).

Calabre (2013) considera que a gestão cultural nos governos de Lula incluiu a cultura na agenda política do país e pontua como avanços: as Conferências de Cultura, uma inovação no campo da participação social no Brasil; a reformulação da Lei Rouanet, praticamente a única fonte de financiamento da cultura naquele momento; e a reformulação do MinC.

O MinC dos primeiros governos da década de 2000 foi se organizando para ser um órgão de planejamento, coordenação e avaliação das políticas, mas também de execução de programas como já vinha sendo praticado, porém com sentidos e formas políticas muito diferenciadas. [...] foram acrescentadas preocupações importantes e relevantes no período, como a questão da participação social, com realização de seminários, estímulo ao funcionamento de grupos de trabalho, consultas públicas, conferências locais e nacionais (SILVA; ZIVIANI, 2020, p. 33).

Rubim (2010) avalia que as gestões de Gilberto Gil e de seu sucessor Juca Ferreira, nos dois primeiros mandatos de Lula, conquistaram avanços, recriando e reinaugurando efetivamente o MinC em bases condizentes com a riqueza cultural brasileira. O período representou uma mudança na política cultural, um novo modelo de gestão compartilhada de um Estado mais democrático, com mais participação da sociedade civil nas construções das políticas culturais (REIS, 2020).

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) iniciou com a expectativa de continuidade das políticas culturais implementadas nos governos Lula (*Ibidem*). Em relação às interseções com as políticas de educação superior, pode-se destacar algumas iniciativas importantes.

Em 2013, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), o MinC e a UFBA realizaram o “I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma política nacional de cultura para as Instituições de Ensino Superior”⁷, espaço para debater uma política intersetorial, envolvendo diretamente os gestores culturais das universidades, coordenadores de cursos e chefes de departamentos associados às artes (SOUZA; ACCO, 2018). O trabalho empreendido no seminário resultou no Programa Mais Cultura nas Universidades (CERRETI; BEZERRA, 2016). Molina (2019) lembra que tal proposição foi fruto de lutas das IES, articuladas especialmente por FORPROEX e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

7 O MinC havia realizado seminário de mesma temática em 2003, também em Salvador, mas sem registro. Assim, a edição de 2013 foi nomeada “I Seminário Cultura e Universidade” (CERRETI; BEZERRA, 2016).

Com a Portaria interministerial MEC/MinC nº 18, publicada em dezembro de 2013, o Programa Mais Cultura nas Universidades integrou o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural (PRONFAC), em paralelo ao Programa Mais Cultura nas Escolas e ao Programa ProExt Cultura e Arte. A primeira fase do Mais Cultura nas Universidades aconteceu em 2014, com a criação da “Comissão interministerial - Cultura e Educação” e o lançamento do Edital Mais Cultura nas Universidades (CERRETI; BEZERRA, 2016).

O programa tinha entre os objetivos estimular e difundir a produção cultural e artística da academia em diálogo com a sociedade, conforme as diretrizes do PNC e do Plano Nacional de Educação, além de conceder apoio financeiro às IFES e Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mediante a criação de seus Planos de Cultura (BRASIL, 2014).

Vale destacar o papel indutor do Estado para a adoção de Planos e Políticas Culturais nas IFES, replicando modelos de gestão adotados pelo Estado, por meio do PNC e SNC.

O grande incentivo para que as IPES instituíssem seus próprios “sistemas de cultura”, com a implementação de políticas e planos de cultura institucionalizados, veio com a implementação do programa Mais Cultura nas Universidades, que previa a criação destas ferramentas como requisitos para a concorrência pela verba que estava sendo ofertada (CERQUEIRA, 2021, p.2).

O SNC é um marco para o campo das políticas culturais no país. De acordo com o art. 216-A da Constituição, ele institui um processo de gestão e promoção de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade. Ou seja: um sistema para organizar a gestão pública de cultura em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa.

Com a crise política instaurada após a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, cinco meses depois da publicação do resultado final do edital, o Mais Cultura nas Universidades não teve continuidade. De acordo com Alves (2019), o recurso previsto de quase 20 milhões de Reais, que seria destinado a 18 IFES, não foi pago em sua totalidade. Das seis IFES que receberam algum repasse, apenas uma universidade (UFRN) recebeu 100% do valor previsto, enquanto as demais receberam valores parciais. 12 IFES não receberam nenhum recurso. Não bastasse, houve atraso na liberação orçamentária e a falta de resposta oficial por parte dos ministérios. Desse modo, a execução dos Planos de Cultura foi prejudicada, comprometendo a implementação do Programa.

Tabela 2 - Financiamentos concedidos pelo Programa Mais Cultura nas Universidades

Instituições contempladas	Solicitado	Contemplado	Executado	
			R\$	%
IFAP	R\$1.356.117,54	R\$1.017.088,16	-	-
IFF	R\$874.950,83	R\$656.213,12	-	-
IFG	R\$1.498.908,00	R\$1.124.181,00	-	-
IFRN	R\$1.495.051,20	R\$1.121.288,40	-	-
IFSul	R\$945.464,64	R\$709.098,48	-	-
IFTM	R\$1.498.888,30	R\$1.124.166,23	-	-
UFAM	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	-	-
UFOP	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	R\$667.590,00	59%
UFPB	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	-	-
UFPR	R\$1.399.570,48	R\$1.049.677,86	R\$294.377,90	28%
UFRA	R\$1.490.216,00	R\$1.117.662,00	-	-
UFRB	R\$1.489.934,40	R\$1.117.450,80	-	-
UFRN	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	R\$1.125.000,00	100%
UFTM	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	-	-
UFV	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	R\$466.440,00	41%
UnB	R\$1.500.000,00	R\$1.125.000,00	R\$354.030,00	31%
UNILA	R\$1.445.877,28	R\$1.084.407,96	R\$195.343,22	18%
UNILAB	R\$1.491.320,50	R\$1.118.490,38	-	-
Total	R\$25.486.299,17	R\$19.114.724,39	R\$3.851.520,04	20%

Fonte: ALVES (2019)

Para além da descontinuidade, Marques (2018) pontua que não há consenso sobre a importância do programa, especialmente pela forma como o edital se estruturou e chegou às universidades. De acordo com a autora, há críticas sobre o curto prazo que foi dado para a elaboração do plano, já que o Plano de Cultura de uma universidade não poderia ser feito em meses. Cerqueira (2021) considera que o prazo dado para a construção dos planos implicou em instrumentos pouco discutidos com as comunidades acadêmicas. O autor lembra que muitas das instituições que propuseram planos para o edital retomaram as discussões posteriormente, propondo revisões desses documentos, de forma horizontal, com a participação de setores da sociedade que seriam impactados por eles.

Corroborando essa última afirmação, Alves (2019, p.61) considera que o Programa contribuiu para o planejamento institucional de cultura em algumas IFES, pois houve um esforço para a construção de um planejamento cultural para toda a instituição, ou potencializou-se ações já existentes na instituição. “Em alguns casos, IFES que não receberam

recursos financeiros perceberam as consequências positivas do Programa graças à alteração política-administrativa da condução da cultura na instituição”.

Por sua vez, Rubim (2019a, p.11) avalia que:

colocar como exigência anexa a elaboração de um plano universitário de Cultura, mesmo sem ter essa intenção, tornou a obrigatoriedade mera formalidade, muitas vezes cumprida de modo burocrático e não democrático-participativo, como requer um verdadeiro Plano de Cultura universitário.

Alves (2019) entende que uma falha do Programa Mais Cultura nas Universidades foi que seus formuladores não criaram mecanismos que viabilizassem sua realização diante das mudanças governamentais e das pressões de propostas concorrentes às políticas culturais. Fato é que, com o processo de *impeachment* de Dilma, em 2016, esse importante programa foi descontinuado.

De todo modo, a mudança de paradigma acontecida nos governos do Partido dos Trabalhadores instigou debates sobre a cultura enquanto política pública, de forma geral, o que acabou também ecoando no contexto da Universidade. É no governo de Dilma Rousseff que há uma maior aproximação entre cultura e educação: um dos pontos altos da gestão de Marta Suplicy na pasta da cultura (2012-2014) (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021).

A respeito desse histórico afastamento entre MinC e Ministério da Educação (MEC), Botelho (2017) pontua que a área cultural sempre foi apartada do restante do MEC, mesmo antes da criação do MinC, em 1985. “As universidades e escolas técnicas federais se socorreram junto às instituições federais de cultura e arte para financiar suas atividades nesse campo, desde os anos 1970” (BOTELHO, 2017, p.76). É somente a partir de 2013 que MinC e MEC superam o distanciamento que existia desde a separação do Ministério da Educação e Cultura em dois ministérios, em 1985, e passam a desenvolver iniciativas conjuntas (RUBIM, 2019a). Apesar disso, a gestão Dilma não conseguiu avançar tanto quanto o governo de seu antecessor: “Se comparada à gestão anterior do PT, a política cultural após a eleição de Dilma Rousseff teve perda significativa do simbolismo e de sua centralidade política” (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p. 223).

Vale citar, ainda, como realizações das gestões Lula e Dilma: o Instituto Brasileiro de Museus (2009); a Rede de Pontos de Cultura e Saúde (2009); Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (2010); Lei da TV por assinatura (2011); Vale Cultura (2012); Política Nacional de Cultura Viva (2014); e o Programa Brasil de Todas as Telas (2014).

A partir dessa construção histórica, é possível identificar que o processo de estruturação do campo das políticas públicas de cultura se intensificou nos governos Lula e Dilma, com base nos indicadores de DiMaggio e Powell (2005).

Houve um **aumento na amplitude da interação entre as organizações no campo**: embora boa parte das organizações tenha surgido em períodos históricos anteriores, os fatores institucionais de interação vêm a se consolidar neste momento. Educação e cultura se entrelaçaram em programas interinstitucionais; universidades contribuíram com a formulação de Planos de Cultura de entes subnacionais; o SNC envolveu entes da federação e sociedade para a ação conjunta por meio de políticas públicas; as conferências locais e nacionais reuniram os atores do campo para formulações para setor; fóruns das mais diversas representatividades se estabeleceram nas três esferas; os conselhos de cultura, criados ou reformulados em diversos municípios, ganharam papel importante no controle social dessas políticas ao redor do país.

Há de se considerar que a interação entre os atores do campo nos períodos Vargas e da Ditadura militar era limitada pela centralização autoritária estatal: o Estado atuava como produtor, difusor e censor do que deveria ser consumido pelo público. Não havia abertura, por exemplo, para a participação social na elaboração de políticas públicas de cultura. Com o fim do regime militar e a quebra dessa centralização, no entanto, percebe-se que as organizações privadas ganham protagonismo no campo, provocando uma mudança no padrão de interação, mediada especialmente pelas leis de incentivo fiscal, já que o financiamento das atividades culturais passa a ser definido pelos incentivadores privados em última instância.

Também se desenvolveram **estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos** diferentes daqueles que existiam em períodos autoritários. Silva e Ziviani (2020) destacam o papel do MinC enquanto órgão aglutinador, de planejamento, coordenação e avaliação das políticas de cultura especialmente nesse período. Além da própria noção de sistema que a gestão cultural ganha com o SNC, estabelecendo um modelo que estimula o planejamento e controle social das políticas, além da descentralização de recursos, com articulação dos investimentos junto a estados e municípios.

Do mesmo modo, houve um **aumento na carga de informações circulando no campo**. Uma prova disso é que, em 2004, foi celebrado um convênio entre IBGE e MinC para desenvolver o Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), uma base consistente e contínua de informações relacionadas ao setor cultural. Durante o período petista foram

empreendidas várias inovações institucionais, sejam de ordem formal – legislação (inclusive emenda à Constituição), órgãos, políticas, projetos, etc – ou de ordem informal, como a inserção no campo de valores como a participação social, uma concepção mais ampliada de cultura, diversidade, etc.

Finalmente, desenvolveu-se uma **conscientização mútua entre os atores do campo de que estão envolvidos em um negócio comum**. A ampliação da concepção de cultura e a valorização da divisão de responsabilidades entre os níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade (SOTO *et al.*, 2010) foram essenciais para esse entendimento. Pode-se dizer que, em outros períodos, tenha prevalecido a concepção de que as políticas públicas de cultura eram um negócio centralizado pelo Estado (Era Vargas e Ditadura Militar); ou um “negócio” relacionado ao mercado, apenas (1945-1964 e anos 1980 e 1990).

A partir do governo de Temer, em 2016, foi iniciado um processo nacional de desmonte institucional da cultura. É natural pensar que tal orientação contaria com movimentos de resistência e, no contexto universitário, uma iniciativa se destacou: o FORCULT, como se verá a seguir.

4.1.6. Desmonte bolsonarista

Logo após o *impeachment* de Dilma Rousseff, o sucessor Temer chegou a extinguir o MinC e voltou atrás, devido a uma forte articulação nacional de resistência, envolvendo artistas, trabalhadores da cultura e sociedade em geral (SILVA; ZIVIANI, 2020). O ambiente para ataques à cultura, no entanto, já estava criado. Num contexto de polarização política, os discursos das novas direitas brasileiras passam a ter como campo semântico o *antipetismo*, o conservadorismo moral e princípios neoliberais, tudo articulado em uma retórica de guerra cultural (DUMAS e VASCONCELOS, 2021). Freitas, Targino e Granato (2021) pontuam que a polêmica criada em torno de uma exposição sobre diversidade no Espaço Santander Cultural de Porto Alegre, em 2017, foi o marco de um movimento ideológico e religioso extremamente conservador que derivou das chamadas Jornadas de Junho de 2013 e foi decisivo para instaurar uma crise no campo das políticas culturais no país.

Impulsionado, entre outras coisas, por essas mobilizações conservadoras, Jair Bolsonaro venceu as eleições de 2018 e, como uma de suas primeiras medidas, rebaixou o MinC a Secretaria Especial de Cultura, vinculada inicialmente ao Ministério da Cidadania e depois ao do Turismo, com a sua estrutura de cargos reduzida a pouco mais de um terço da

equipe que existia em 2016, de acordo com dados do relatório final do Gabinete de Transição Governamental 2022.

Embora nenhum órgão vinculado ao MinC tenha sido extinto, todos enfrentaram definhamento de orçamento e corpo técnico, além de sofrerem com a nomeação de gestores incompatíveis com as suas missões (MATA-MACHADO, 2021). Vale destacar negativamente os secretários Rodrigo Alvim, que fez um pronunciamento oficial emulando o ministro da propaganda da Alemanha nazista Joseph Goebbles⁸, e Mário Frias, que fragilizou o setor com ataques aos mecanismos de incentivo durante sua gestão⁹.

Devido ao destacado papel das leis de incentivo à cultura entre as políticas culturais brasileiras, a Lei Rouanet foi transformada em alvo de polêmicas, principalmente a partir de 2016, quando os debates ficaram mais “acalorados” (PICOLLI, FERREIRA e SIQUEIRA, 2020), sempre pautados pelo conservadorismo, que ataca produções envolvendo temáticas LGBTQIA+, feministas e antirracistas (DUMAS; VASCONCELOS, 2021). Inicia-se um processo de restrição a “projetos que não condiziam com o lema de sua campanha presidencial, o qual defendia ‘a moral, a família tradicional e os bons costumes’” (FREITAS; TARGINO; GRANATO, 2021, p.226). A guerra cultural foi o eixo do projeto autoritário de poder de Jair Bolsonaro e a adaptação truculenta da Doutrina de Segurança Nacional é um de seus pontos-chaves, representando um projeto de aniquilamento total das instituições criadas pela Constituição de 1988 (ROCHA, 2021).

Calabre (2020) avalia que houve um processo contínuo e planejado de desmonte das políticas, programas e ações culturais construídas a partir do início dos anos 2000. Nesse sentido, Silva e Ziviani (2020, p. 9) analisam que se construiu uma conjuntura para a cultura de “ruptura das orientações político-constitucionais, de desconstrução institucional e fragilização ainda maior dos instrumentos de coordenação federativa”.

Mesmo diante dos retrocessos, a área demonstrou contar com um forte tecido social, o que faz com que instituições e agentes sigam resistindo, “afinal de contas, em tempos de retrocesso, cultura e resistência podem ser consideradas sinônimos” (MOTA; MOREIRA, 2019, p.48). Embora o campo das políticas públicas de cultura tenha sido afetado diretamente

8 Declaração transcrita na matéria “Secretário nacional da Cultura, Roberto Alvim faz discurso sobre artes semelhante ao de ministro da Propaganda de Hitler”, do G1, de 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/17/secretario-nacional-da-cultura-roberto-alvim-faz-discurso-sobre-artes-semelhante-ao-de-ministro-da-propaganda-de-hitler.ghtml> .

9 Na matéria de João Perassolo, publicada em março de 2022, na Folha de São Paulo, profissionais da área fazem balanço da gestão do ex-secretário. Em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/03/mario-frias-deixa-heranca-de-setor-cultural-arrasado-e-lei-rouanet-enfraquecida.shtml> .

na forma que em havia consolidado a sua estruturação – principalmente nas gestões Lula e Dilma, de acordo com os quatro elementos estabelecidos por DiMaggio e Powell (2005) –, esse processo de desmonte não conseguiu desestruturar o campo. Houve retração da interação entre as organizações e um prejuízo em relação à estrutura e aos padrões de coalizão, mas a carga de informação compartilhada entre as organizações e a conscientização de que as políticas públicas de cultura é uma temática comum a todas se manteve.

O SNC foi desarticulado principalmente com a extinção do MinC, que teve sua atuação diminuída ao ser reduzido a Secretaria, causando uma **retração da interação** entre o Estado – até então em posição de centralidade – e os demais atores do campo. Organizações que sofreram menos ingerências da política partidária, no entanto, atuaram como polos de resistência e conseguiram avançar, como foi o caso de universidades públicas como a UFAL, que conseguiu manter, com poucos recursos, ações culturais, lançamento de editais culturais e o pagamento de bolsas de extensão, além de ter iniciado o processo de formalização de sua Política Cultural.

As **estruturas e padrões de coalização** foram prejudicadas, quando não pela extinção de órgãos articuladores, pela redução de orçamento e pela nomeação de gestores incompatíveis (MATA-MACHADO, 2021). No entanto, as estruturas não foram extintas.

A despeito da quebra de algumas instituições e das interações entre as organizações, pode-se dizer que a **carga de informação compartilhada dentro do campo** não diminuiu: com a pandemia e o aumento de eventos virtuais e redes de compartilhamento, pode-se dizer que o setor lidou com um grande volume de informação. Foram aprovadas as leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo, duas importantes leis emergenciais para a cultura, que demandaram um amplo conjunto de dados, seja para as suas formulações ou para o acesso aos benefícios que elas previam. Do mesmo modo, foram feitas muitas alterações à Lei Rouanet e à legislação e surgiram instâncias de representação que mobilizaram um fluxo de informação cada vez maior ao campo, como é o caso do FORCULT, que surge em 2017 em movimento contrário e de resistência a esse processo de desmonte, entendendo que essas políticas são “**negócio de todos**”, uma noção não compartilhada pelo Estado. Esse é um indicativo de que os fatores institucionais do campo das políticas públicas de cultura, devidamente institucionalizados, formaram uma resistência aos ataques do governo federal às instituições culturais.

No caso específico dessa resistência nas universidades, o FORCULT surge enquanto entidade de natureza propositiva e consultiva, destinada à articulação entre agentes culturais

para promover a reflexão crítica, a orientação e o acompanhamento de políticas culturais e da gestão de cultura (FORCULT, 2020). É “um espaço de compartilhamento de saberes acerca da gestão e da produção cultural nas instituições, criando e fortalecendo processos comuns que facilitassem o desenvolvimento deste campo” (CERQUEIRA, 2021, p.7), tendo se consolidado como importante espaço de articulação, integrando trabalhadores da cultura de todas as instituições de ensino superior (MENCARELLI, 2021).

Ao longo desses pouco mais de cinco anos, o Fórum produziu elaborações importantes como o “Instrumento para Implementação de Política Cultural e Planos de Cultura nas IPES”, publicado em 2020, que vem sendo adotado nos debates sobre a formalização de Políticas Culturais para as IPES, inclusive tendo sido utilizado como documento de referência na construção da Política Cultural da UFAL, **representando um fator institucional que indica a estruturação do campo especificamente nas universidades, além de apontar para uma possível homogeneização entre as IPES, na medida em que vai sendo adotado nos debates e processos de formalização de suas Políticas Culturais.** Como o nome sugere, o instrumento é uma espécie de cartilha, onde constam recomendações, elementos a serem observados, além de uma compilação de resoluções de Políticas Culturais aprovadas em algumas universidades.

Para Rubim (2020), o governo Bolsonaro escolheu a cultura como inimiga, junto com a educação, as universidades públicas, os temas relacionados às chamadas minorias, as ciências. Em sua gestão, o governo federal adotou postura anticultural, que impõe um autoritarismo, que exacerba a intolerância e destrói valores democráticos. O Governo Bolsonaro exprime, assim, uma curiosa contradição: “[...] ao mesmo tempo em que coloca a cultura nos últimos lugares de uma lista de prioridades, vê também nela um espaço de disputa constante no qual se esforça para realizar seus ideais antidemocráticos” (DOARTE e TKAC, 2020, p. 05).

Calabre (2020) pontua que a pandemia de Covid-19 e a suspensão de atividades presenciais afetaram ainda mais o setor, que já estava desprovido de recursos, devido às restrições impostas pelo governo federal. Abandonados pelo poder executivo, foi pela mobilização do próprio setor junto a parlamentares da oposição – e não por proposição do governo – que foi elaborado o PL1.075/2020, aprovado sob o nome de Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que foi essencial no socorro dos trabalhadores da cultura nesse período, assim como a Lei Paulo Gustavo, aprovada em julho de 2022, também em decorrência dos

efeitos econômicos e sociais da pandemia.

A arte e a cultura do país vêm sofrendo ataques sistemáticos de outros vírus, como o da intolerância, o do autoritarismo, o do obscurantismo, o do conservadorismo, todos propagados no fértil ambiente criado por um grupo que ascendeu ao poder, em especial ao governo federal, na gestão que teve início em 2019 (CALABRE, 2020, p. 9)

As eleições de 2022 determinaram o terceiro mandato presidencial de Lula, iniciado este ano com o restabelecimento do MinC e a promessa da retomada de políticas públicas de cultura e o maior orçamento da história do ministério: mais de 10 bilhões de Reais¹⁰.

O relatório do Gabinete de Transição Governamental, divulgado em dezembro de 2022, revelou números do desmonte promovido pela gestão Bolsonaro na cultura. De acordo com o diagnóstico, foi o maior retrocesso dos últimos 20 anos na execução do orçamento destinado à cultura: a execução orçamentária da área cultural foi reduzida em quase metade; desde 2016, acumulou-se uma perda de 85% no orçamento da administração direta e de 38% no da administração indireta; o Fundo Nacional de Cultura (FNC) teve redução de 91% do seu orçamento, inviabilizando qualquer atividade finalística; em relação à participação social, dos 25 colegiados associados às políticas culturais, 10 foram extintos, 3 estão paralisados/aguardando composição, 1 está ativo, mas com problemas de composição, restando 11 em funcionamento, o que representa uma restrição à participação social nas políticas públicas de cultura (GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL, 2022).

Ainda conforme o documento, o SNC – instituição que é central na estruturação do campo – foi negligenciado e parcialmente desmantelado: editais foram cancelados, políticas extintas, projetos descontinuados, levando a um quadro de sucateamento, com redução de orçamento, perseguição de servidores, e publicação de atos autoritários (*Idem, Ibidem*).

Diante desse quadro, a ministra Margareth Menezes assumiu o recriado MinC em 2 de janeiro de 2023, com a tarefa de reestruturar o setor cultural, tão atacado pelo governo Bolsonaro.

10 Em matéria de Marcelo Hailer, de 27 de dezembro de 2022, para a revista Fórum, explica-se que o valor anunciado para o orçamento do MinC é resultado da soma de diversas fontes: R\$ 5,7 bilhões já aprovados no orçamento para 2023, R\$ 3,8 bilhões da Lei Paulo Gustavo, R\$ 1,2 bilhão da Condecine, além do teto de incentivo da Lei Rouanet. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/cultura/2022/12/27/ministerio-da-cultura-tera-maior-oramento-de-sua-historia-no-novo-governo-lula-129306.html> .

4.2. SÍNTESE DO PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL

O debate sobre as políticas públicas de cultura também está intimamente associado aos atores das políticas culturais. “Na perspectiva das políticas públicas, a governança da sociedade, na atualidade, transcende o estatal, impondo a negociação como procedimento usual entre os diferentes atores sociais” (RUBIM 2007b, p.42).

Como já visto, DiMaggio e Powell (2005) pontuam que o processo de estruturação de um campo organizacional é afetado principalmente pelo Estado e pelas categorias profissionais. No caso do campo das organizações culturais, Reis (2003 *apud* MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015) destaca que ele envolve: os criadores culturais, os agentes intermediários culturais, as instituições culturais, a iniciativa privada e o próprio Estado. De certa forma, as organizações culturais se relacionam com as políticas culturais e compartilham entre si sistemas de significados comuns a respeito dessas políticas, mas não se pode dizer que o campo das políticas públicas de cultura é o campo das organizações culturais, ou vice-versa.

Em estudo que busca delimitar um horizonte de pertença e abrangência das políticas culturais, Rubim (2007b) elencou dez dimensões analíticas inerentes às políticas culturais. Vale destacar três delas para esta pesquisa: a delimitação e caracterização dos atores das políticas culturais; análise das interfaces dessa política, em especial com áreas afins à cultura, como a educação; e os momentos do sistema cultural acionados por essas políticas.

A respeito dessa última dimensão, o autor considera que um sistema cultural possui um complexo conjunto de momentos que se complementam e dinamizam a vida cultural. “O desenho da cartografia de abrangência das políticas culturais remete, de imediato, ao funcionamento das atividades essenciais que fazem da cultura um sistema articulado” (RUBIM, 2007b, p.43). Assim, o autor estabelece uma divisão desses momentos numa configuração didática, que pode ajudar a relacionar os atores às principais atividades do campo das políticas culturais. Os momentos são: 1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura.

No momento dos criadores, inventores e inovadores, Rubim (2007b) cita artistas, cientistas e intelectuais. No segundo momento, tem-se os professores e comunicadores, tidos como os principais tradutores dos momentos de divulgação, transmissão e difusão da cultura.

No terceiro, o autor destaca os dispositivos de circulação, troca, intercâmbio e cooperação. No quarto momento, cita analistas, críticos, estudiosos, investigadores e pesquisadores. No quinto momento, indica que todos os cidadãos são potencialmente público-alvo dessas políticas. No momento de preservação e conservação, estão os museus de todos os gêneros. No último momento, estão formuladores, dirigentes, gestores e produtores: as instituições e profissões.

Vale observar que os modelos abordados neste capítulo propõem uma forma de organização dos campos da cultura e das políticas culturais, considerando: a concepção de cultura de acordo com a historicidade (SIMÕES; VIEIRA, 2009); os objetivos da política pública (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013); e os momentos do sistema cultural acionados por essas políticas (RUBIM, 2007b). Tendo em consideração todos esses modelos, e levando em conta a trajetória histórica da formalização das políticas públicas de cultura no Brasil, bem como as questões subjacentes a esse processo, a partir da constituição do Estado e de sua relação com a cultura e com a instituição universitária, esta pesquisa identificou um desenho do campo das políticas públicas de cultura, cabendo caracterizá-lo como um campo em (re)estruturação, no qual se destacam como atores:

1) O **Estado**, por meio da figura central do MinC e suas instituições vinculadas; por meio do MEC, especialmente com os institutos e universidades federais, com seus cursos de arte, políticas e projetos de extensão e políticas de cultura, seus equipamentos culturais, grupos artísticos e programas para desenvolvimento de atividades culturais, bem como suas editoras e rádios universitárias, que difundem essa produção cultural; secretarias de cultura estaduais e municipais (integrantes do SNC), com suas leis de incentivo à cultura e editais de fomento; os equipamentos culturais públicos; centros culturais, como o Centro Cultural Banco do Brasil; e Instituições de fomento, como o BNDES.

2) As **profissões**, como gestores, produtores culturais; artistas e coletivos artísticos, cientistas e intelectuais, mobilizados pelas políticas de fomento a criação de bens e serviços culturais; professores e comunicadores, os “principais tradutores dos momentos de divulgação, transmissão e difusão da cultura” (RUBIM, 2007b, p.44), além de curadores e críticos de arte; associações culturais; pontos de cultura, trabalhadores técnicos (de som e luz, cenógrafos, *designers*, figurinistas e outros), envolvidos com as políticas de fomento ao setor; mestres/as de cultura e grupos de folguedos, que representam o patrimônio vivo.

3) A **iniciativa privada**, por meio das empresas patrocinadoras via Lei de Incentivo à Cultura; empresas de comunicação, enquanto concessões públicas; veículos independentes e

especializados de imprensa; espaços de exposição, como galerias, espaços de espetáculos como teatros, casas de show, auditórios; livrarias; museus e coleções privadas; empresas realizadoras de eventos culturais; ONGs e Institutos culturais.

4) A **sociedade em geral**, em tese, o público que se beneficia com o usufruto da cultura objeto de políticas públicas.

Assim, pode-se dizer que o campo das políticas públicas de cultura é formado por um conjunto complexo de atores estatais e particulares, lembrando que: “Os atores sociais que possuem o controle de um grande volume de recursos ou conhecimento superior podem contribuir fortemente para a criação de uma instituição que influencie o processo de estruturação de um campo” (DELLAGNELO; SALLES; SILVA, 2019, p.45). Nesse sentido, vale destacar novamente o Estado e as profissões como atores de maior influência dos campos organizacionais, como explicam DiMaggio e Powell (2005): o Estado enquanto agente coletivo que exerce controle regulatório, estabelecendo leis, alocando recursos-chave e outras formas; e os grupos profissionais, exercendo controle por meio de processos normativos e cognitivos monitorados pelos sistemas de crenças definido por eles ao elaborarem tipificações e princípios de conduta e ação.

A trajetória histórica das políticas públicas de cultura no Brasil mostra avanços e recuos do campo, em sintonia com as trajetórias do Estado e da sociedade: Chauí (2001), Coutinho (2011) e Ribeiro (1995) explicam como a sociedade brasileira se constituiu de forma autoritária e elitista, e como as políticas culturais foram utilizadas nesse processo. É possível perceber ciclos e padrões, sublinhando a importância dos contextos, da legitimidade, das relações interinstitucionais e das pressões isomórficas no processo de estruturação do campo.

Para ilustrar o processo de estruturação do campo de 1930 a 2022, elaborou-se o quadro sinótico do campo das políticas públicas de cultura no Brasil, no intuito de identificar e destacar, do que foi colhido na literatura: uma breve caracterização do campo; os fatores institucionais informais e formais; e acontecimentos relevantes em relação à instituição universitária. Isso possibilita comparar, em cada período, quais valores, crenças e ideologias guiavam as interações no campo, quais os órgãos, legislação, políticas e diretrizes estabeleciam os acordos formais e/ou legais de cada época, e observar a relação desses fatores com a caracterização do campo e com as universidades.

Quadro 1 - Quadro sinótico do campo das políticas públicas de cultura no Brasil

1930-1945	1945-1964	1964-1985	1985-2002	2003-2016	2016-2022
Políticas públicas de cultura					
<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Primeiras políticas públicas de cultura: Políticas de identidade nacional - 1ª Geração (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013) ➔ Predomínio do Estado no campo ➔ Sistema articulado e centralizador das políticas culturais ➔ Importância dos intelectuais ➔ Campo da cultura como identidade (SIMÕES; VIEIRA, 2009) <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Construção da identidade nacional ➔ Unir o país pela "brasilidade": cultura do consenso em torno de valores da elite ➔ Mito da democracia racial, que invisibiliza a opressão e violência ➔ Política cultural como alicerce para desenvolvimento do país ➔ Viés centralizador, autoritário; repressão, censura <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública ➔ SEMA; SPHAN; INL; INCE; SNT; CNC; DIP 	<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Mercado no protagonismo das políticas e ações culturais ➔ Campo da cultura como ideologia, destacando-se os intelectuais, o SPHAN e a imprensa escrita (SIMÕES; VIEIRA, 2009) <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Crença no desenvolvimento, no progresso e na mudança ➔ Ideologia desenvolvimentista ➔ Tendência de fortalecimento da Indústria Cultural e de investimentos privados na América Latina <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Estrutura montada no período anterior foi mantida ➔ Criação do Ministério da Educação e Cultura (1953) 	<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Estado no protagonismo do campo ➔ Estado atuava como produtor cultural, ditando o que seria produzido e consumido pela população. ➔ Campo da cultura como estratégia (SIMÕES; VIEIRA, 2009); cultura para a consolidação do regime, com centralidade na Funarte, secretarias estaduais e Ministério ➔ Políticas de proteção da indústria cultural nacional - 2ª Geração (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013) <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Viés centralizador, autoritário e violento; repressão e censura ➔ (Re)configuração do circuito cultural escolar-universitário para cultura midiática, reprodutora da ideologia oficial ➔ Mitologia Verde-Amarela, retrabalhada pelas elites; ocultar a divisão sociais ➔ Cultura como questão da Doutrina de Segurança Nacional <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ CFC; CNDA; Conselho Nacional de Cinema; Funarte; INC; Embrafilme; Centro Nacional de Referência Cultural; PAC; 1ª Política Nacional de Cultura 	<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ A questão nos anos 1980: democratização ➔ Institucionalidade da cultura passou a se configurar num processo mais integrado ➔ Empreendedores privados assumiram papel de norteadores da cultura ➔ Campo da cultura como mercado (SIMÕES; VIEIRA, 2009); mercado é o agente central de decisão do campo <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Cultura em destaque na CF/1988, pela sua importância na luta contra a Ditadura. ➔ Concepção da cultura como um direito ➔ Ênfase no federalismo e descentralização do poder ➔ Rejeição ao autoritarismo ➔ Ascensão do modelo neoliberal: Estado mínimo e transferência dos centros decisórios para a iniciativa privada ➔ Processo de mercantilização do espaço público <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Criação de instrumentos de coordenação ➔ Criação do MinC ➔ Lei Sarney ➔ CF/1988 (art 215) ➔ Lei Rouanet ➔ LDB ➔ Ancine; Lei do Audiovisual, criação da Condecine 	<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Público-alvo das políticas culturais passa a ser a população e não apenas os artistas ➔ Estado assume posição de principal agente na execução das políticas culturais ➔ Políticas de democracia cultural, que são políticas de produção e difusão (3ª Geração); (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013) <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Ampliação do conceito de cultura (concepção antropológica) ➔ Direito à cultura: princípio base da cidadania ➔ Participação social passar a ser essencial na formulação de políticas culturais ➔ Divisão de responsabilidades entre níveis de governo, OS e a sociedade na gestão cultural <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Reestruturação do MinC ➔ Conferências Nacionais de Cultura ➔ PNC; SNC; Política Nacional de Cultura Viva; Pontos de Cultura; reformulação da Lei Rouanet; Vale Cultura; Programa Brasil de Todas as Telas; Lei da TV Paga; ProCultura; Instituto Brasileiro de Museus; Mais Cultura nas Universidades; PRONFAC 	<p>Campo</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Crise no campo ➔ Desmonte das políticas e instituições culturais federais <p>Fatores Inst. Informais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ Polarização política ➔ Movimento ideológico e religioso conservador (Jornadas de Junho de 2013) ➔ Guerra cultural: antipetismo, conservadorismo moral e neoliberalismo (releitura da Doutrina de Segurança Nacional) ➔ Leis de incentivo fiscal se destacam e passam a ser alvo de ataques ➔ Ataque a artistas e a gentes culturais, restrição, perseguição de produções LGBTQIA+, feministas e antirracistas. ➔ Projeto autoritário e conservador: Ataques à democracia ➔ Resistência ao desmonte institucional ➔ Crise acentuada pela Pandemia de Covid-19 <p>Fatores Inst. Formais</p> <ul style="list-style-type: none"> ➔ MinC vira Secult; ➔ Redução de orçamento e servidores dos órgãos culturais ➔ Redução de 91% do orçamento do FNC ➔ Portarias limitaram o alcance de mecanismos de incentivo ➔ Extinção de 10 dos 25 colegiados associados às políticas ➔ Leis Aldir Blanc e Paulo Gustavo. ➔ Editais cancelados, políticas tintas, projetos descontinuados.
<ul style="list-style-type: none"> ➔ Surgem as primeiras universidades ➔ Vinculada à ideia do Estado-nação ➔ Formar mão de obra para atender aos interesses do Estado ➔ Controle do Estado ➔ Padronização do ensino superior ➔ Reforma de 1931: Proposições das elites (sistema de educação de massa; caráter conservador e elitista; seletividade como tônica do sistema) 	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Universidade tornou-se o o circuito cultural dominante no país ➔ Mobilizações para modernizar e produzir mais conhecimento nas universidades ➔ Disputas do período acionavam pautas de esquerda e a oposição ao comunismo 	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Lutas e resistência ➔ Reformas educacionais atacaram escolas públicas a longo prazo, limitando o acesso à universidade pública para a alta classe média e burguesia. ➔ Primeira interação das políticas de educação superior e cultura no Brasil, com atuação da Funarte: Projeto Universitário; Projeto Festivais de Arte e Projeto Fazendo Arte. 	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Neoliberalismo impactou no sucateamento das IFES e na finalidade e identidade das universidades públicas. 	<ul style="list-style-type: none"> ➔ REUNI; Mais Cultura nas Universidades; Seminário Cultura e Universidade; Portaria MEC/MinC nº 18; PRONFAC ➔ A partir do PNC, as universidades passaram a desempenhar papel decisivo no fortalecimento do setor cultural ➔ Reaproximação das agendas de educação e cultura 	<ul style="list-style-type: none"> ➔ Resistência à onda conservadora e ao desmonte institucional ➔ I Fórum Interuniversitário de Cultura do Rio de Janeiro; ➔ Corredor Cultural ➔ Forproex Sudeste; ➔ Fórum Gestão e Produção Cultural e Políticas Públicas de Cultura; ➔ FORCULT
					Universidades

Fonte: O autor (2023)

É importante considerar o que os fatores institucionais formais e informais indicam a respeito da estruturação do campo, tendo como referência os quatro elementos do processo de estruturação de um campo organizacional, estabelecidos por DiMaggio e Powell (2005).

Os fatores institucionais de 1930 a 1945, a Era Vargas, indicam que as *interações entre as organizações do campo* ainda se iniciavam, assim como as *estruturas de dominação e padrões de coalizão interorganizacional* ainda se construíam. De todo modo, já se pode perceber um sistema federal articulado e centralizador das políticas culturais, com diversos órgãos públicos de cultura encarregados de preservar, documentar, difundir e produzir diretamente bens culturais (BOTELHO, 2007). Havia certa *carga de informação*, principalmente a respeito desse sistema centralizador e autoritário e sobre as questões de identidade nacional, já que as mobilizações da época envolviam criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite e difundi-la (BARBALHO, 2007) para atender aos interesses do Estado Nacional: *uma questão comum* ao Estado e intelectuais da elite. Assim, o campo surgiu e avançou em sua estruturação.

De 1945 a 1964, a estrutura permanece a mesma em linhas gerais, apesar do incremento do MEC. Percebe-se uma desmobilização dos *padrões de coalizão interorganizacional*, a iniciativa privada ganha protagonismo no campo, seguindo tendência da América Latina, de fortalecimento da Indústria Cultural e de investimentos privados na área (CALABRE, 2013). Nesse sentido, entende-se que o setor cultural volta suas atenções para o mercado, aos investimentos privados, o que diminui o *fluxo de informações* a respeito de políticas públicas de cultura entre os atores do campo, que o concebem como *um tema comum* a Estado e intelectuais, com incremento do SPHAN e da imprensa escrita, além da universidade, que se tornou o circuito cultural dominante da época. Nesse período, pode-se dizer que o campo estagnou em sua estruturação e se manteve pouco *mobilizado*.

Durante a ditadura militar (1964 a 1985), há um avanço na estruturação, com a retomada de centralização do Estado no campo das políticas públicas de cultura. Há a formação de uma *estrutura de dominação e padrões de coalizão interorganizacional* claramente definidos, com a criação de diversos órgãos de gestão, que realizaram um rígido controle da produção e difusão cultural, novamente para construir uma identidade nacional, em sintonia com os valores da elite, para a consolidação do regime. As *interações entre os atores do campo* eram controladas pelo Estado, centralizador. Devido ao incremento de organizações no polo do Estado, identifica-se que essas interações aumentaram, mas quando

se avalia em relação a outros polos, pode-se afirmar que o período foi marcado pela repressão e censura, o que diminuiu a amplitude dessas interações. O momento gerou diversas transformações no campo levando a um *aumento na carga de informação compartilhada*. No entanto, percebe-se uma atuação estatal no sentido de difundir que as políticas públicas de cultura era assunto do Estado. Percebem-se movimentos de resistência especialmente nas universidades e entre os artistas. De todo modo, pode-se dizer que houve avanço considerável na estruturação do campo das políticas públicas de cultura durante a ditadura militar.

O intervalo de 1985 a 2002, influenciado pela luta pela democratização, foi de rejeição ao autoritarismo e à ideia de que as políticas públicas de cultura eram “negócio” do Estado. Com base nisso, as instituições privadas assumiram novamente o protagonismo no campo e, com a aprovação e consolidação das leis de incentivo fiscal, dominaram o papel norteador das políticas públicas de cultura. O campo se reconfigurou num processo mais integrado de institucionalização com base nos direitos culturais e nos instrumentos trazidos pela Constituição Cidadã, o que indica uma nova estrutura de *concentração e padrões de coalizão*, mais democráticos. Houve um aumento na *amplitude da interação entre as organizações no campo*, do mesmo modo que um aumento na *carga de informação* dentro do campo. No entanto, apesar de a cultura ser considerada um direito universal, não se pode afirmar que se desenvolveu uma *conscientização mútua* de que as políticas públicas de cultura eram um “negócio de todos”.

Como já se falou, de 2003 a 2016, período dos governos Lula e Dilma, houve uma transformação estrutural no campo. A cultura passou por uma ampliação conceitual que conferiu verdadeiramente o significado de universal para as políticas públicas do setor: elas eram um tema de e para todos. Essa *conscientização* foi trabalhada pelos instrumentos de participação social na formalização de políticas e no controle social das mesmas; pela descentralização e cooperação na gestão do SNC; pelos valores da democracia cultural ligada à diversidade; pelo *desenvolvimento de uma estrutura de dominação e padrões de coalizão claramente definidos*. Ao mesmo tempo, houve um aumento na *amplitude da interação* e na *carga de informações* compartilhadas entre os atores do campo, conscientes que estão envolvidos num assunto comum a todos. Assim, configura-se a estruturação do campo, indicada pelos quatro elementos de DiMaggio e Powell (2005).

Nos últimos anos, de 2016 a 2022, intervalo de tempo que contempla os governos Temer e Bolsonaro, houve deliberado ataque à institucionalização das políticas culturais

desenvolvidas no período anterior, o que Calabre (2020) caracteriza como desmonte. No entanto, pode-se afirmar que o campo resistiu aos ataques, imposições ideológicas, restrição orçamentária, diminuição de pessoal e outras ações deliberadas. Isso aconteceu devido ao padrão de estruturação do campo consolidado nos governos Lula e Dilma, tanto na estrutura (SNC, PNC, Conselhos Estaduais e Municipais de Cultura, etc) quanto nos valores (participação social, democracia cultural, universalização das políticas de cultura, etc) que foram capazes de resistir porque já estavam sedimentados.

Considerando o modelo de Tolbert e Zucker (1996) sobre os **processos componentes da institucionalização**, durante os governos de Lula e Dilma foram criados novos arranjos estruturais e procedimentais para responder a demandas do setor, como a necessidade de ouvir a sociedade durante o processo de formalização de políticas públicas de cultura, por exemplo. Assim, são realizadas conferências nacionais de cultura e desenvolvidos outros mecanismos de participação social, como as consultas públicas.

Esse novo arranjo de estruturas e procedimentos é adotado como prática habitual e, a partir de sua **habitualização**, é adotado por organizações, avaliado, aperfeiçoado, adquire um grau de consenso social e, com sua **objetivação**, passa a ser crescentemente adotado pelas organizações, com base em evidências de uma gama de fontes para avaliar os parâmetros de risco da adoção desse novo arranjo. A perenidade das mudanças implementadas e a sua adoção por sucessivas gerações de gestores da organização é o processo de **sedimentação**, que representa a institucionalização propriamente dita (SANTOS *et al.*, 2022).

A partir da ampliação do conceito de cultura, com então ministro Gilberto Gil, foi trabalhado um padrão de políticas públicas de cultura, em um processo de construção e de participação da sociedade desde as conferências estaduais e municipais, o PNC, a estruturação do SNC e tantos outros processos que puderam ser adotados, testados e consolidados, e que se mostraram resistentes, de forma geral, aos ataques sofridos após o *impeachment* de 2016.

Assim, por exemplo, a participação social, valor amplamente trabalhado nas políticas públicas de cultura do período, apresenta-se como uma instituição, devidamente aceita pelas organizações do campo: boa parte entende a participação social como elemento essencial às políticas públicas de cultura, compreende e aceita como correta e indispensável a participação da sociedade para se fazer uma política legítima. Isso não significa que a participação social não seja desconsiderada na realidade, o governo Bolsonaro alterou a Lei Rouanet sem

qualquer consulta ao setor¹¹, e isso foi alvo de críticas, justamente porque a participação social tornou-se um valor institucionalizado no campo das políticas públicas de cultura, logo: as transformações dentro do campo são reivindicadas a passar por mecanismos de participação social para serem legitimadas, aceitas pela sociedade e demais atores do campo.

Fatores institucionais formais com força constitucional, como por exemplo o SNC, também não conseguiram ser extintos pela gestão Bolsonaro, justamente por estarem devidamente institucionalizados. As instituições são “as regras do jogo” (NORTH, 1990 *apud* BRUNOZI JÚNIOR *et al.*, 2016), estabelecem padrões de ação coletiva (VILAÇA; CONCEIÇÃO, 2021) que estruturam as interações sociais (HODGSON, 2006). Nesse sentido, as instituições definem os limites legais, morais e culturais que distinguem atividades legítimas de ilegítimas (SCOTT, 2001, *apud* CHAERKI; RIBEIRO; FERREIRA, 2019). Assim, esses fatores institucionalizados possibilitaram a resistência do campo das políticas públicas de cultura aos ataques do governo Bolsonaro.

No contexto universitário, além de resistência, pode-se perceber uma movimentação oposta ao desmonte institucional das políticas públicas de cultura, com crescente estruturação administrativa nas IPES e aprovação de seus Planos de Cultura e resoluções de Políticas Culturais, além da criação e fortalecimento de redes de troca entre os profissionais dessas instituições. A história do ensino superior no Brasil configurou as IPES como um ambiente de resistência a períodos de autoritarismo e isso se confirmou durante o último governo.

Ao analisar como o estado de estruturação do campo das políticas públicas de cultura está relacionado às Políticas Culturais das universidades, considerando os elementos propostos por DiMaggio e Powell (2005), pode-se citar como indício do *aumento na amplitude da interação entre as organizações*, a existência, por exemplo, de convênios e projetos realizados em parceria entre universidades e entre outros órgãos e universidades; a criação do FORCULT; a existência de uma cadeira reservada às universidades no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió.

Como exemplo do surgimento de *estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais*, pode-se citar a Portaria Interministerial como a que estabeleceu o Programa Mais Cultura nas Universidades e a existência de Fóruns como o FORPROEX,

11 Editorial da Nonada jornalismo, organização sem fins lucrativos de jornalismo cultural, sobre a forma autoritária que a gestão Bolsonaro tratou a Lei Rouanet: <https://www.nonada.com.br/2021/11/editorial-governo-usa-lei-rouanet-como-vetor-ideologico-contra-artistas/>.

além do fato levantado por esta pesquisa de que 83,82% das universidades federais têm a gestão da cultura sob responsabilidade de setor ligado à extensão, como será visto adiante.

Em relação ao aumento na *carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar*, pode-se citar como exemplo os Fóruns de Cultura dos quais as universidades fazem parte, com seus Grupos de Trabalho. O aumento do fluxo de informação vem sendo observado por diversos pesquisadores como Rubim (2019a), que cita a vertiginosa mutação do conhecimento na contemporaneidade como um novo componente na vivência universitária.

A respeito do desenvolvimento de uma *conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio comum*, pode-se considerar a criação do FORCULT como um indício do fortalecimento da conscientização de que a universidade é uma instituição cultural e da ideia de que as políticas públicas de cultura também é um tema da universidade. De todo modo, não se entende a estruturação do campo como um processo binário de estar ou não estruturado, o campo está em permanente dinâmica, o que permite considerar estágios de avanços e recuos nessa estruturação.

Para se compreender melhor a relação da universidade com o campo das políticas públicas de cultura, é importante buscar entender a universidade como instituição, além das atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas principalmente de educação e produção de conhecimento, especificamente pelo âmbito da produção e difusão cultural. É o que se pretende realizar no capítulo a seguir.

5. UNIVERSIDADE: UMA INSTITUIÇÃO CULTURAL

Tendo em consideração o difícil contexto no qual surge e se desenvolve a universidade brasileira, é importante reconhecê-la enquanto instituição cultural, afinal, cultura e educação se influenciam, tornando-se indissociáveis (CERRETI; BEZERRA, 2016). Quando pensada enquanto dimensão estratégica, no centro do processo de formação nas universidades, a cultura é entendida como vetor de desenvolvimento, que possibilita a valorização de uma visão integradora, ampliando o horizonte de conhecimento das pessoas (MOLINA, 2019).

A profusão de atividades culturais realizadas na universidade ressalta a importância de seu papel no fortalecimento cultural da humanidade. Devido a características especiais como a sua presença marcante nos territórios, extensa capilaridade e o seu empenho universal, a universidade mostra seu caráter intrinsecamente cultural (SIDONCHA, 2021) e se configura como importante espaço de efetivação de políticas públicas de cultura (MOLINA, 2019).

A cultura na universidade não se resume à realização de apresentações artísticas sazonais no ambiente dos *campi*. Além desses eventos, que possibilitam acesso a arte e a criação de espaços de entretenimento importantes para o cotidiano das instituições, a dimensão da cultura também delinea a formação integral do estudante e da comunidade universitária (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI, 2019). Em um sentido amplo, a formação discente implica na transmissão da herança cultural e no acionamento de culturas humanísticas e técnicas, quaisquer que sejam as áreas de conhecimento. Nesta perspectiva ampliada da noção de cultura, toda atividade educativa é cultural, pois transmite aos alunos saberes gerais e especializados, próprios dos respectivos cursos (RUBIM, 2019a).

Além de ter importante papel na formação discente, a dimensão cultural colabora com a sociedade onde essas instituições estão instaladas. “Há inúmeras cidades em que o campus universitário representa o principal, senão o único, equipamento cultural do município ou da região (...) Assim, a vida cultural dessas cidades ou regiões perpassa a universidade” (POZZER; LEON, 2019, p.80). “as universidades não estão apartadas das sociedades, ao contrário, recursivamente elas se integram, coexistem, de modo que uma alimenta a outra naquilo que ambas têm de melhor ou mesmo de problemático” (ALVES *et al.* 2019, p.19).

Na década de 1970, a Unesco propôs um novo viés para o ensino superior, enfocando a cultura como elemento de identidade e de diminuição de desigualdades para os indivíduos e

as nações (ARRUDA, 2018). Assim, em contexto internacional, a cultura ganhou importância na interlocução e articulação entre universidade e sociedade, com uma proposta para além da formação profissional, apontando para a aproximação da universidade com o campo da arte e da cultura.

Marques (2018) destaca que, no Brasil, o reconhecimento sobre a importância do ensino superior será respaldado somente em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96). A LDB é o primeiro marco jurídico institucional para a mudança do entendimento de um ensino superior prioritariamente voltado à preparação para o trabalho (ARRUDA, 2018). É a LDB que traz, em seu artigo 43, entre as finalidades da educação superior: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional; promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

De acordo com Arruda (2018), essas mudanças de concepção têm aumentado as exigências e cobranças sobre as universidades em todo o mundo. Hoje, são evidentes os movimentos na área cultural universitária em inúmeros países, buscando uma abertura do espaço da universidade, por meio da cultura, para acolhimento da sociedade, numa forma de justificar a sua existência. A contemporaneidade exige das universidades, enquanto instituições educacionais e culturais, uma integração local e o comprometimento com o desenvolvimento e a democracia de sua sociedade (RUBIM, 2019a).

Esses movimentos abrem espaço para que a educação superior se estabeleça como importante protagonista na formação e na produção nesse campo, influenciando a criação e o trabalho artístico, as possibilidades da arte e da cultura como transformadoras da sociedade e a busca de métodos que permitam avançar na construção das políticas culturais, especialmente pelo estímulo à inventividade de seu corpo discente (ARRUDA, 2018, p. 266).

Assim, fica claro o potencial cultural da universidade, posto que, dentre as mais variadas áreas com o qual a cultura se relaciona, é com a educação que ela encontra sua vinculação mais pujante (SOUZA *et al.*, 2021). “Sendo a universidade o locus, por excelência, da produção crítica de conhecimento, é seu papel impulsionar os processos culturais que nela ocorrem e também lhe incluem” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA

BAHIA, 2015, p.25). A questão das políticas culturais das universidades passa, assim, pela disposição das próprias universidades de se encararem enquanto instituições culturais (RUBIM, 2019a).

5.1. POLÍTICAS CULTURAIS DE UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

As reflexões sobre o papel social da universidade indicam a necessidade de desenvolvimento contínuo de políticas específicas para essa instituição, especialmente na gestão cultural (NUNES, 2020). Embora a vocação cultural da universidade se mostre nítida e algumas iniciativas tenham se mostrado positivas, parece ainda haver um longo caminho a percorrer para o reconhecimento da cultura no dia a dia dessa instituição.

A finalidade cultural mais ampla da universidade (...) parece evaporar e ser tratada apenas como um adereço institucional. Seu esquecimento significa grave ameaça à instituição universitária, à sua legitimação social e ao desenvolvimento cultural civilizatório da sociedade (RUBIM, 2016, p. 148).

A ausência de políticas consistentes e estruturantes se apresenta como um desafio para a gestão cultural das universidades. Molina (2019) entende como essencial que haja regulações específicas – reconhecidas pelas instâncias superiores dessas instituições – para a estruturação e funcionamento dos setores responsáveis pela sua gestão cultural, que estabeleçam os princípios e diretrizes propostos pelas universidades, que orientarão as suas ações culturais.

As Políticas Culturais contribuem para a implementação de uma efetiva gestão no campo da cultura, que tem sido desempenhada geralmente pelas Pró-Reitorias de Extensão, que também têm abarcado a missão de desenvolver ações extracurriculares que proporcionam o enriquecimento mais amplo da vida cultural dos estudantes (BOTELHO, 2017).

5.1.1. *Cultura e Extensão*

É interessante perceber como a cultura ainda é entendida como um ramo da extensão no contexto universitário brasileiro e essa relação se revela na organização administrativa das universidades. Arruda (2018) localiza que esse vínculo mais forte teve início em 1992, no VI

Encontro do Forproex¹², que tratou exclusivamente do tema Universidade e Cultura, abordando questões pertinentes à gestão do setor artístico-cultural nas IES.

No Brasil, a gestão cultural nas universidades, em sua maioria, está sob responsabilidades das pró-reitorias de extensão, porém com dimensões de atuação limitadas, circunscritas basicamente ao âmbito gerencial, pois nem sempre há articulação suficiente para pensar o potencial cultural dessas instituições (MARQUES, 2018, p.42).

Em levantamento realizado por esta pesquisa nos portais das 68 universidades federais do Brasil constantes no cadastro e-MEC, a gestão da cultura nas IFES está distribuída de acordo com a Figura 2, logo abaixo:

Figura 2 - Órgãos/setores gestores da cultura nas universidades federais



Fonte: o autor (2023)

¹² A semente do FORPROEX foi o Iº Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em maio de 1987, em Aracajú, para implementação do Projeto CUCA. Circuito Cultural Universitário (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 1991).

Ou seja, em 83,82% dos casos, a cultura está sob gestão de algum setor ligado à extensão, como é o caso específico da UFAL, com sua Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. E em 38,23% das vezes, em setores que não contêm sequer a palavra cultura no nome.

A respeito dessa predominância da cultura em estruturas ligadas à extensão universitária, Molina (2019) alerta para o risco de, nesse tipo de organização administrativa, a cultura ser sobreposta pela extensão.

O autor também aponta uma impertinência da cultura na extensão: está nas Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira que as ações extensionistas envolvem diretamente as comunidades externas às Instituições de Educação Superior (IES), então, se não houver envolvimento externo, as ações culturais não podem ser consideradas extensionistas. E fica claro no dia a dia das universidades que, obrigatoriamente, “as ações de cultura não necessitam do envolvimento direto do público extrauniversitário para sua efetivação” (MOLINA, 2019, p. 90).

Corroborando essa concepção, Cerqueira (2019) lembra que nem sempre as ações culturais das IES se encaixam nas definições de extensão universitária, sendo realizadas de forma interna, por exemplo, voltadas a integração ou fortalecimento de laços de identidade. O autor destaca que, embora a interação entre extensão e cultura seja fundamental para gerar conhecimentos e formas de relações com a sociedade, persiste um debate na academia sobre a subordinação da cultura às práticas extensionistas, gerando um movimento dentro das universidades para deslocar as produções culturais universitárias do guarda-chuva da extensão, com uma proposta conceitual própria, enfatizando seu importante papel dentro da formação integral da comunidade.

Gomes (2017), também destaca que ainda há um impasse a respeito do significado dessa frequente fusão entre cultura e extensão. O autor avalia que a presença do termo cultura no nome do órgão ou setor não se traduz obrigatoriamente em maiores investimentos na área. Nesse sentido, afirma que a terminologia do setor importa menos que a valorização, pois a força da cultura está na sua fundamentação conceitual, investimento em equipamentos e projetos, profissionalização e formação de pessoal, o que, na prática, não depende de órgãos específicos.

De todo modo, a questão passa pelo reconhecimento institucional da cultura e revela uma concepção de cultura muito associada às práticas extensionistas, o que parece não contribuir para a sua efetiva institucionalização, já que nem todas as possibilidades de atuação

cultural da universidade podem ser abarcadas por recursos destinados para extensão, como é o caso de ações culturais destinadas à própria universidade, sem envolvimento da comunidade externa, como argumentam Cerqueira (2019) e Molina (2019); também porque, na ausência de estruturas administrativas específicas para a cultura (como possuem o ensino, a pesquisa e a extensão), o trabalho técnico que poderia ser empreendido de forma dedicada para a cultura acaba se dissipando em projetos e ações extensionistas dos mais variados perfis, nas mais diversas áreas de conhecimento.

Souza *et al.* (2019) pontuam que defender a autonomia da cultura em relação à Extensão não significa romper ou negar a trajetória conjunta de ambas. É preciso entender que a cultura ultrapassa o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e se vincula a outras dimensões da experiência universitária, da vida em si.

[A]creditamos que é preciso repensar o lugar da Cultura nas IES. É preciso que a Cultura emergja enquanto política estruturante, capaz de conduzir as Instituições de Ensino Superior a um processo de desenvolvimento que reconheça o fator cultural como um de seus principais vetores, tornando-se polos irradiadores de uma ampla política que deve alinhar-se, cada vez mais, às estratégias locais de desenvolvimento social, humano, educacional, cultural e econômico (SOUZA; SEVERO; CARVALHO, 2019. p.128).

5.1.2. Mapa das Políticas Culturais e Planos de Cultura das universidades federais

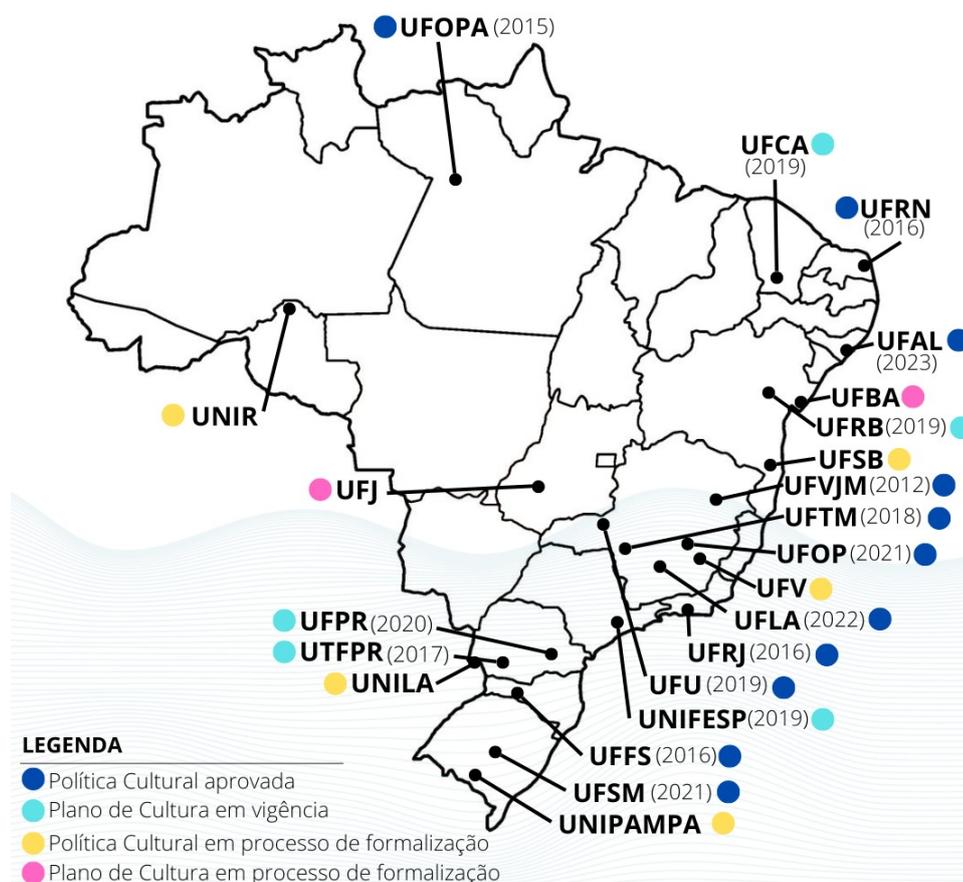
No levantamento realizado por esta pesquisa, foi constatado que, em maior ou menor grau, todas realizam ações culturais. Isso foi percebido em notícias, em anúncios de editais ou projetos, em seções dos *sites* e no próprio organograma dessas instituições. De forma geral, elas se organizam para a cultura, criando setores, cargos e funções específicas, mobilizando pessoal; mantendo grupos, equipamentos e espaços culturais; lançando editais, custeando bolsas; difundindo produções; criando cursos ou disciplinas, realizando pesquisas e atuando em diversas outras frentes relacionadas à área, confirmando o que Rubim (2019a, p.10) afirma: a atuação da universidade, por sua complexidade e envergadura, pode incidir em todos os momentos da dinâmica cultural: “criação, transmissão, difusão, distribuição, veiculação, preservação, consumo, pesquisa, crítica, curadoria, organização e legitimação”.

Pode-se afirmar que as universidades federais, sem exceção, têm atuação cultural, embora em diferentes etapas de institucionalização¹³. Por mais que boa parte empreenda um

13 Os diferentes graus de institucionalização da atuação cultural das universidades federais surge como um tema para estudos futuros, envolvendo a avaliação dos processos de habitualização, objetivação e sedimentação (TOLBERT; ZUCKER, 1996) pertinentes para a realização de suas ações culturais.

conjunto de intervenções a fim de satisfazer as necessidades culturais da sua comunidade – o que pode ser identificado como política cultural, conforme o conceito de Canclini (2019) – “todo esse potencial de múltiplas atividades culturais não tem sido capaz, na grande maioria das universidades brasileiras, de ensejar uma atuação mais coordenada, conformando políticas culturais específicas” (RUBIM, 2019a, p.10).

Figura 3 – Mapa das Políticas Culturais e Planos de Cultura das universidades federais



Fonte: o autor (2023)

O levantamento revelou que, das 68 universidades federais, onze (16,17%) possuem resolução específica de Política Cultural, como é o caso da UFAL; e cinco (7,35%) possuem Plano de Cultura vigentes. Vale citar, também, que uma (1,47%) possui Política de Artes. Outro dado importante é que cinco (7,35%) estão em processo de elaboração de suas Políticas Culturais; e duas (2,94%) estão em processo de elaboração do seu Plano de Cultura.

Vale lembrar que, embora esta pesquisa adote o conceito de Canclini¹⁴ (2019) para a definição de política cultural, quando trata do documento da Política Cultural em si, adota-se o conceito de Mencarelli e Coelho (2020): Política Cultural é a resolução que traz o conjunto de princípios legais relativos à cultura na universidade, aprovada nas instâncias superiores de deliberação dentro da estrutura administrativa de cada universidade.

Para fazer a distinção desses conceitos, a pesquisa adotou a estratégia de utilizar as iniciais minúsculas quando tratar de políticas culturais no sentido mais amplo, enquanto conjunto de intervenções realizadas a fim de satisfazer as necessidades culturais da população, e iniciais maiúsculas quando tratar do documento que representa o normativo específico que orienta a cultura nas universidades.

Nesse sentido, para este levantamento, foram consideradas Políticas Culturais apenas as resoluções específicas. Não foram incluídas normas de cultura contidas em PDIs ou em documentos do tipo regulamentos para a extensão, atividades ou equipamentos artísticos e culturais. Igualmente, foi considerado Plano de Cultura o instrumento que orienta o planejamento, a implementação, o desenvolvimento, o acompanhamento, a avaliação e a prestação de contas das ações culturais, também conforme definição de Mencarelli e Coelho (2020). Vale lembrar que esta pesquisa entende Plano de Cultura como um instrumento de planejamento das políticas culturais, o que não se confunde com a Política Cultural em si.

No caso específico da UFAL, vale lembrar que está prevista na própria Política Cultural a formulação de um Plano Plurianual de Cultura, com característica mais operacional, no sentido de ser um instrumento de gestão guiado pela Política Cultural, que estabeleça metas e estratégias: o planejamento da atuação cultural, em resumo. A Política Cultural tem, assim, o papel de tratar da organização, dos princípios, diretrizes e orientações gerais da atuação cultural da UFAL.

De acordo com o histórico de interações entre políticas públicas de cultura e de educação, percebe-se um papel indutor do Estado na formalização de políticas culturais nas universidades, com especial atenção a instrumentos de gestão como os Planos de Cultura e as resoluções de Política Cultural. Seja nos anos de 1982, quando a Funarte estabelecia como critério para a concessão de financiamento às IES a criação de um Plano Diretor de Cultura ou com o edital do Programa Mais Cultura nas Universidades, em 2014, o Estado atuou como o

14 Política cultural como o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (GARCÍA CANCLINI, 2019, p.56).

ator de maior densidade do campo, no sentido de homogeneizar as organizações, por meio de uma pressão isomórfica de ordem coercitiva. Há uma dinâmica de padronização, induzindo um processo de institucionalização das ações culturais nas universidades, num primeiro momento, para um reconhecimento de que a produção e difusão cultural é uma atividade do contexto universitário, transversal à produção do conhecimento e à educação. E, num segundo momento, estimulando a adoção de ferramentas de gestão, com a questão da institucionalização de um Plano de Cultura ou uma resolução de Política Cultural.

O levantamento realizado permite inferir que há uma tendência na adoção de resoluções de Política Cultural nos últimos 10 anos, especialmente na região Sul e Sudeste, com destaque para Minas Gerais. As causas dessa concentração não puderam ser analisadas, visto que seria necessário um estudo mais completo, que tivesse como foco estudar o processo de formalização das Políticas de Cultura nas universidades dessas regiões. No mais, vale destacar que as universidades mineiras, em especial a UFMG, têm atuação reconhecida entre as universidades federais, configurando-se em referências do campo.

Do mesmo modo, entende-se que a atuação do FORCULT é um exemplo da influência que a profissionalização exerce nesse reconhecimento da universidade enquanto instituição cultural, no aumento da conscientização de que as políticas públicas de cultura também são assunto da universidade; além da influência que a profissionalização exerce nessa tendência de formalização de resoluções de Políticas Culturais para as IPES, o que representa uma pressão isomórfica normativa.

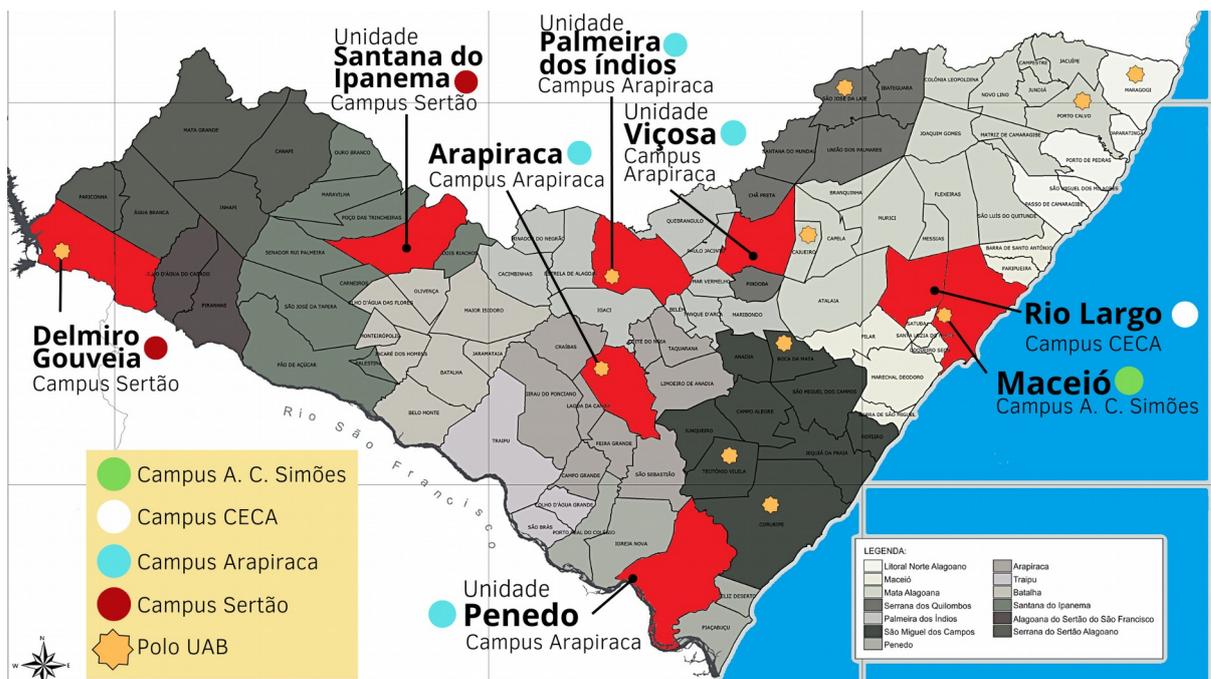
No caso específico da UFAL, é importante entender como essas pressões influenciaram no processo de formalização da sua Política Cultural, compreendendo como a universidade está organizada para desenvolver suas ações culturais, quais os elementos indutores de ordem interna e do campo, como se deu esse processo e como ele se relaciona com o campo das políticas públicas de cultura no país. É o que se pretende desenvolver a seguir.

6. A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL

Criada em 25 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.867, a Universidade de Alagoas reunia as Faculdades de Direito (1949), Medicina (1953), Odontologia (1957), Ciências Econômicas (1957), Engenharia (1959) e Filosofia, Ciências e Letras (1961). A partir do Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966 (que estabeleceu os princípios e normas de organização para as universidades federais), a instituição passou a ter seu nome atual: Universidade Federal de Alagoas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019).

Com 62 anos de história, pode-se dizer que, além de primeira universidade pública de Alagoas, a UFAL é a maior instituição de ensino superior do estado, instalada hoje no *Campus A.C. Simões*, em Maceió, no *Campus* de Engenharias e de Ciências Agrárias (Ceca), em Rio Largo, no *Campus* Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e no *Campus* do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e unidade em Santana do Ipanema, além dos 11 Polos EAD da Universidade Aberta do Brasil (UAB) nos municípios de Maceió, Arapiraca, Boca da Mata, Palmeira dos Índios, Cajueiro, Coruripe, Delmiro Gouveia, Porto Calvo, São José da Laje, Teotônio Vilela e Maragogi.

Figura 4 – Campi, Unidades e Polos UAB da UFAL



Fonte: o autor (2023)

São 20.022 pessoas matriculadas¹⁵ nos cursos de graduação da universidade. De acordo com o Relatório de Gestão 2022 da UFAL, publicado em abril de 2023, a universidade conta com 120 cursos de graduação, 05 cursos técnicos e 55 cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Além do ensino superior, a instituição também oferta 5 cursos técnicos na Escola Técnica de Artes, em Maceió. Na sua relação *extracampi*, foram realizadas 916 ações de extensão em 2022, envolvendo 4.825 discentes e atingindo 105.273 pessoas. Nesse universo, foram 116 ações culturais e 74 projetos de extensão na área temática da cultura (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2023).

Esses números são significativos para um local com população estimada de 3.365.351 de pessoas, em 2021¹⁶, ocupando uma das últimas posições do *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹⁷. E eles revelam um esforço para cumprir sua missão institucional, conforme consta em seu PDI 2019-2023 (2019, p.52), de “produzir e socializar conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais, a partir do ensino, da pesquisa e da extensão, de modo a formar acadêmica e profissionalmente sujeitos capazes de atuar de forma ética, inclusiva e democrática na sociedade”.

6.1. AÇÕES CULTURAIS NA UFAL

Seguindo a tendência de 83,82% das universidades federais, a gestão da cultura na UFAL está sob responsabilidade de um setor ligado à extensão, no caso: a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o que demonstra uma certa homogeneidade estrutural entre as universidades federais. O Estatuto da UFAL, no inciso II do parágrafo 2º do seu artigo 16, diz que compete à Pró-Reitoria de Extensão planejar, coordenar e supervisionar as atividades artístico-culturais da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2006).

Há certo impasse sobre a nomenclatura da Pró-Reitoria. Apesar de não haver um normativo específico estabelecendo a troca do nome da Pró-Reitoria de Extensão para Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, a implantação do **Sistema de Organização e Inovação**

15 Número relativo ao período letivo 2022.2. Dados atualizados em 10/02/2023, disponíveis no painel UFAL em números, acessado em 30/04/2023, pelo link: <https://numeros.ufal.br/>

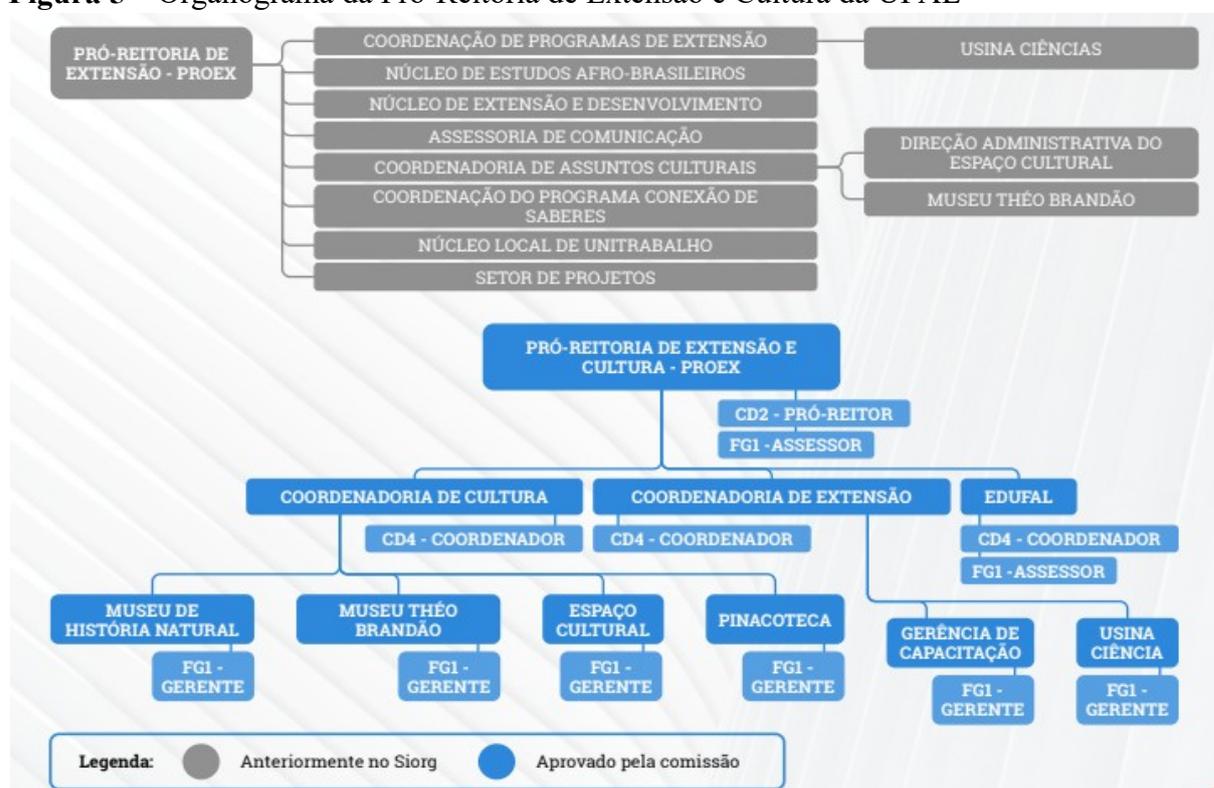
16 Dado do agregador de informações IBGE Cidades@, disponível pelo link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama> acessado em 01/05/2023.

17 O IDH de Alagoas é 0,684, o segundo pior do *ranking*, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/pesquisa/37/30255?tipo=ranking> acessado em: 02/08/2023.

Institucional do Governo Federal (Siorg)¹⁸ implicou em uma reformulação do organograma da instituição, com uma nova estruturação da Pró-Reitoria, dando mais destaque à cultura.

Considerando que o Ministério da Economia define o Siorg como a fonte oficial de informações sobre a estrutura organizacional das instituições do Poder Executivo Federal¹⁹, esta pesquisa adota como fonte o organograma da UFAL a partir da implantação do Siorg, que estabelece a nomenclatura **Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)**, e que se configura como o organograma adotado nos relatórios de Gestão a partir de 2020.

Figura 5 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFAL



Fonte: Relatório técnico da comissão para estruturação da minuta que regulamenta o ingresso da UFAL no Siorg (2020)

Nessa nova estrutura, a PROEX conta com três setores, um deles diretamente envolvido nas questões culturais da universidade: a Coordenadoria de Cultura, sob a qual

18 O Siorg é regulamentado pelo Decreto 9.739, de 28 de março de 2019. O processo que trata da implantação do SIORG na UFAL é o 23065.004082/2020-13. Como consequência dele, foi instituída comissão para estruturar minuta de ingresso da UFAL no Siorg (Resolução 10/2020- CONSUNI/UFAL). A comissão produziu relatório técnico aprovado pela Câmara Administrativa do CONSUNI/UFAL, e *Ad Referendum* pelo Reitor da UFAL, Josealdo Tonholo, em 22 de maio de 2020 (Resolução 19/2020 - CONSUNI/UFAL).

19 Definição encontrada no *site* do Ministério da Economia, em seção que apresenta os sistemas estruturadores da Administração Pública Federal: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/sistemas-estruturadores>, acessado em 05 de maio de 2023.

aparecem Museu de História Natural (MHN), Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB), Espaço Cultural Professor Salomão de Barros Lima e Pinacoteca Universitária da UFAL, quatro equipamentos culturais da universidade. Em termos práticos, poucos aspectos se alteram no que se refere à gestão da cultura, apenas o reconhecimento e a inclusão de dois equipamentos culturais na estrutura: Pinacoteca e MHN.

6.1.1. Equipamentos Culturais

A questão dos equipamentos culturais também é fonte de impasses e indefinições. Não há normativo que estabeleça critérios de elegibilidade ou definição sobre o que se configura como um equipamento cultural da UFAL, do mesmo modo que não há uma definição sobre o que a universidade entende por equipamento cultural, qual o papel institucional desses equipamentos, as formas da universidade mantê-los e desenvolver suas atividades coordenadamente.

Sob o aspecto da macrodinâmica cultural, por equipamento cultural entende-se tanto edificações destinadas a práticas culturais (teatros, cinemas, bibliotecas, centros de cultura, filmotecas, museus) quanto grupos de produtores culturais abrigados ou não, fisicamente, numa edificação ou instituição (orquestras sinfônicas, corais, corpos de baile, companhias estáveis, etc.) (COELHO, 1997, p.164).

Embora o tema não seja tratado no Relatório de Gestão 2022, a edição de 2021 do Relatório lista oito equipamentos culturais da UFAL: Usina Ciência, Orquestra Sinfônica Universitária (OSU), Coro da Universidade Federal de Alagoas (Corufal), Corpo Cênico, Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé, e os já citados: MTB, MHN e Pinacoteca, tendo deixado de fora o Espaço Cultural Professor Salomão de Barros Lima, que figura no organograma atualizado em função da implantação do Siorg. Vale destacar que a Usina Ciência está sob gerência da Coordenadoria de Extensão (e não de Cultura) e o Corpo Cênico encontra-se desativado: seu último edital foi lançado em 2019.

Algumas questões valem destaque: equipamentos oficialmente reconhecidos ficaram fora do organograma da PROEX (OSU, Corufal, Abí Axé Egbé); e grupos e projetos que constavam, até 2019, em relatórios de gestão enquanto equipamentos culturais deixaram de ser reconhecidos como tal, como é o caso do Centro de Documentação e Memória Artístico-Cultural (atual Núcleo de Memória Artística); da Cozinha do campo, de Arapiraca; e do Centro de Cultura e Extensão Universitária, de Penedo. Como não há normativo que trate da

criação ou extinção de equipamentos culturais, entende-se que essas inovações ficam principalmente a critério discricionário da gestão da universidade.

De todo modo, por meio de seus equipamentos, a UFAL tem desenvolvido trabalhos artísticos e culturais junto à população alagoana. “Em 2018, esses equipamentos culturais beneficiaram cerca de 71.578 pessoas” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2019, p. 59). Ao considerar, também, outros projetos e grupos da universidade, que desempenham trabalho permanente de extensão, como é o caso, por exemplo, do Núcleo de Percussão (NUP); do Laboratório de Violino; do Coro Universitário do Sertão; do Grupo de Saxofone; do Laboratório de Performance Musical (LP Musical); da Camerata Acadêmica da Escola Técnica de Artes; e de eventos culturais tradicionais de grande alcance de público, como a Bienal Internacional do Livro de Alagoas (em sua décima edição), o Festival Internacional de Música de Penedo (na décima quarta edição) e o Circuito Penedo de Cinema (na décima terceira edição), pode-se afirmar que a UFAL tem presença marcante na vida cultural da sociedade alagoana, em especial da comunidade universitária.

A V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018, realizada pela ANDIFES e pelo Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, buscou mensurar o impacto que as relações acadêmicas e intelectuais produzem nas práticas e hábitos de consumo artístico-culturais de estudantes, após o ingresso na universidade. Os dados da pesquisa referentes à UFAL foram publicados no livro *Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) estudantes da UFAL*²⁰. De acordo com o levantamento, o ingresso na UFAL propiciou uma transformação cultural para estudantes, um incremento cultural na vida dessas pessoas.

“É notável o aumento nas práticas de consumo artístico-culturais por parte dos (as) estudantes após o ingresso no ensino superior. O aumento do consumo de obras literárias chegou a 59,8%, assim como o consumo de filmes, que alcançou o percentual de 46,1%” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2020, p.174). Ainda de acordo com a pesquisa, houve também aumento de 11,7% na frequência dos discentes a peças de teatro e 15,8% a shows. Isso reforça o papel transversal da cultura no ambiente acadêmico, a atuação cultural da UFAL, especialmente em seus equipamentos culturais, e a importância de se pensar em políticas que favoreçam esse consumo.

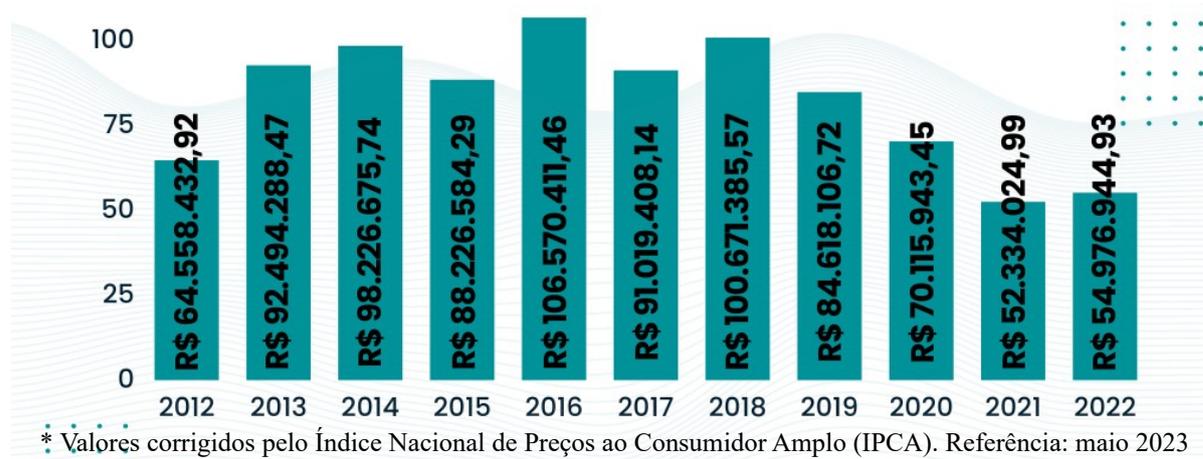
20 A pesquisa foi publicada em formato físico e *e-book* pela EDUFAL, em 2020, e está disponível no link: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/6953>.

6.1.2. Orçamento

O que pode significar, na prática, ser um equipamento cultural dentro do organograma da PROEX? De acordo com a Portaria nº 190/2023/GR/UFAL, de 7 de abril de 2023, o orçamento total geral da UFAL para 2023 será de R\$ 886.597.794,00, dos quais R\$ 350.123,00 – 0,0394% do orçamento – são destinados para PROEX e equipamentos culturais, sendo que apenas os quatro equipamentos que constam no organograma estão discriminados na Portaria: Espaço Cultural, com R\$ 3.659,00; MTB, com R\$ 12.811,00; MHN, com R\$ 31.888,00; e Pinacoteca, com R\$ 29.558,00, todos pela ação orçamentária 20RK. Completam o montante a própria PROEX, com R\$ 10.641,00 (20RK), 144.400,00 (Ação 20GK) e R\$ 74.800,00 (Ação 4002, para auxílio financeiro a estudante), além da Edufal, com R\$ 12.135,00 (20RK).

Diante da inexistência de Ação Orçamentária específica para a cultura na UFAL, identifica-se como relacionadas, de alguma forma, à cultura a Ação Orçamentária 20GK, destinada a concessão de bolsas de pesquisa, extensão e monitoria aos estudantes, por meio da qual são pagas as bolsas para os projetos culturais de extensão; e a Ação Orçamentária 20RK, direcionada a despesas diversas para funcionamento das IFES, por meio da qual são pagas despesas para o funcionamento dos equipamentos culturais. A Ação 4002 é dedicada a auxílio estudantil, em geral.

Figura 6 – Valores pagos das Ações orçamentárias 20RK e 20GK no âmbito da UFAL²¹



Fonte: Painel do Orçamento Federal (2023)

21 Valores atualizados. Cálculo realizado na Calculadora de Correção Monetária Online Grátis do *site* Cálculo Jurídico: <https://calculojuridico.com.br/atualizacao-moneteria/> no dia 06/06/2023, tomando maio de 2023 como mês de referência, considerando o IPCA como índice de correção. Os dados dos valores pagos às Ações Orçamentárias 20RK e 20GK no âmbito da UFAL foram acessados no Painel do Orçamento Federal, em: https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orca%2Fmentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06, no dia 05/06/2023.

Os dados do Painel do Orçamento Federal permitem perceber um recuo nas dotações orçamentárias para as referidas ações no período de 2019 a 2021, com leve retomada em 2022, ano em que a instituição sofreu bloqueios de orçamento na ordem de R\$ 9,5 milhões²². Isso vem corroborar a tese do desmonte institucional operado durante a gestão presidencial de Jair Bolsonaro, que atingiu especialmente a cultura e a educação.

Vale lembrar que esses valores não foram destinados exclusivamente para a extensão ou para as ações culturais na UFAL, são os valores referentes às Ações Orçamentárias as quais a universidade utiliza também para custear funcionamento e as suas atividades de pesquisa e extensão. Como a cultura está ligada à extensão na UFAL, as suas questões orçamentárias estão ligadas especialmente à extensão. Em nível nacional, o Decreto 6495/2008 institucionalizou o Programa de Extensão Universitária (ProExt), do MEC, que prestou assistência financeira a programas e projetos desenvolvidos pelas IPES, selecionados e aprovados a partir de edital de chamada pública. No geral, o programa se expandiu até ser bruscamente interrompido, em 2016 (POZZER; LEON, 2019), mesmo ano do *impeachment* de Dilma Rousseff.

6.1.3. Plano Circuito UFAL de Arte e Cultura

Uma outra iniciativa de financiamento, também encerrada com o governo Dilma, foi o Programa Mais Cultura nas Universidades. A UFAL participou do certame, inscrevendo um Plano de Cultura com título de *Plano Circuito UFAL de Arte e Cultura*, que não foi selecionado para receber os recursos do edital, não chegando, portanto, a ser desenvolvido.

De todo modo, vale destacar essa primeira experiência de construção de um Plano de Cultura para a UFAL, que teve à frente a equipe da Coordenadoria de Assuntos Culturais (CAC) da PROEX. Corroborando Marques (2018), Rubim (2019) e Cerqueira (2021), o documento foi produzido com pouca participação da comunidade, e serviu mais para cumprir burocraticamente a exigência do edital, do que para alterar a dinâmica cultural na universidade, apesar do louvável trabalho das pessoas envolvidas em realizar tamanha tarefa em prazo tão curto.

22 Além da redução orçamentária, nos 4 anos da gestão Bolsonaro, a UFAL sofreu diversos bloqueios orçamentários, especialmente em 2022, na ordem de R\$ 9,5 milhões. Os bloqueios aconteceram em diversas universidades. Os recursos acabaram sendo desbloqueados, em função da pressão das universidades, mas isso afetou o seu funcionamento, como é possível conferir na matéria de Ana Clara Pontes para o G1, em dezembro de 2022: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/12/02/bloqueio-de-r-95-milhoes-da-ufal-compromete-compras-e-pagamento-de-contratos.ghtml>.

Além do recurso que seria recebido pelo programa, o *Plano Circuito UFAL de Arte e Cultura* previa um aporte financeiro de R\$ 729.600,00, que seria realizado pela própria UFAL, para o pagamento de bolsas de programas na área de cultura e arte. As ações do plano teriam abrangência estadual, a partir das oito cidades nas quais a universidade está instalada com *campi* ou unidades, com período de realização de junho de 2015 (com a liberação dos recursos) a novembro de 2016.

Em sua justificativa, o documento traça um complexo panorama de Alagoas e lista alguns acontecimentos que tentavam mitigar as assimetrias socioeconômicas locais e a restrição do exercício da cidadania cultural, como: o aumento da participação política de intelectuais e produtores culturais em instâncias de representação como os conselhos estadual e municipal de cultura; as ações de valorização das tradições locais empreendidas pelo MTB; a consolidação da Bienal Internacional do Livro de Alagoas, realizada pela UFAL através de sua editora universitária, como maior evento cultural do estado; as políticas culturais implementadas pela Fundação Municipal de Ação Cultural de Maceió (FMAC); a reinauguração da Biblioteca Pública do Estado de Alagoas; a formação e dinamização Rede Alagoana de Pontos de Cultura; entre outros.

No âmbito da UFAL, o documento destaca as políticas culturais coordenadas e implementadas até então pela CAC/PROEX e pela Pró-Reitoria Estudantil como acontecimentos importantes para essa movimentação cultural:

a) publicação de editais com bolsas para criação/manutenção de grupos e fomento a criações artísticas nas mais variadas linguagens, atingindo diferentes *campi* da instituição; b) manutenção e expansão das ações da Orquestra Sinfônica Universitária e do Coro Universitário numa relação estreita com a comunidade; c) realização dos projetos Quinta Sinfônica com apresentações gratuitas da Orquestra e Coro, na capital e no interior; d) realização de Concerto Didático, também com Orquestra e Coro, junto a escolas da rede pública de ensino; e) Realização do Festival de Cinema Universitário de Alagoas, bem como as ações cineclubistas no interior do Estado, principalmente na cidade de Penedo; f) manutenção de uma programação artística semanal no Campus A. C. Simões, denominada Terça Cultural; g) agendamento de visitas ao Museu Théo Brandão e à Pinacoteca Universitária, tanto para a comunidade acadêmica, como para escolas públicas e privadas da rede de ensino; h) realização de exposições e itinerâncias sobre arte, ciência e patrimônio cultural (material e imaterial), conduzidas pelos museus Théo Brandão e de História Natural e a Pinacoteca Universitária; i) oferta de cursos de gestão cultural para estudantes, técnicos, profissionais da cultura, gestores e a comunidade em geral (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2015, p11).

Levando em consideração que a extensão universitária na UFAL ganha mais solidez a partir da década de 1980, com a criação de eventos e dos cursos livres de arte (SOUZA,

2021), pelos números expressivos e a ampla lista de ações culturais realizadas pela universidade, citada pelo documento inscrito no edital do Programa Mais Cultura nas Universidades, em 2015, pode-se afirmar que os setores envolvidos com a cultura na UFAL vêm buscando se organizar em sintonia com as pautas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil, do mesmo modo como acontece em outras universidades federais, como pode ser percebido em espaços como o FORCULT. Nesse sentido, a formalização da Política Cultural da UFAL é um indício de que o reconhecimento da atuação cultural da UFAL vem se fortalecendo na sua comunidade.

6.1.4. Normativos

Desde sua criação, em 1961, pode-se dizer que há poucos normativos para organizar temas pertinentes a atuação cultural da UFAL, o que corrobora Molina (2019) sobre a necessidade de regulações específicas – reconhecidas pelas instâncias superiores dessas instituições – para a estruturação e funcionamento dos setores responsáveis pela sua gestão cultural, que estabeleçam os princípios e diretrizes propostos pelas universidades, que orientarão as suas ações culturais.

A UFAL, no parágrafo único do artigo 1º de seu Estatuto, reconhece o desenvolvimento cultural de Alagoas como um de seus princípios. Também cita, entre os seus objetivos institucionais, no artigo 2º:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

(...)

III - incentivar o trabalho de pesquisa e a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos, e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

(...)

VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica geradas na instituição. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 2006, p.6)

Nessa perspectiva, a UFAL informa à comunidade que reconhece a cultura em um papel transversal, numa dimensão integrante de sua missão institucional, comprometida com a formação discente e o desenvolvimento do local onde está instalada. Isso se confirma no decorrer do documento: quando é citado que os cursos oferecidos pela UFAL devem

estimular a autonomia intelectual, política, cultural e estética do educando enquanto sujeito do seu processo de conhecimento; quando inclui a difusão de conhecimentos culturais e artísticos como um dos objetivos da pesquisa; e quando fala sobre o fomento e a assistência aos alunos regulares para a promoção ou participação de eventos de natureza cultural (*Ibidem*).

No mesmo sentido, o Estatuto Geral da UFAL (2006) corrobora a declaração da cultura como dimensão transversal. Pode-se dizer, assim, que esses documentos anunciam a UFAL enquanto instituição cultural, posto que reconhecem a cultura entre suas missões institucionais, indica setores responsáveis pelas ações culturais, e imbrica a cultura com ensino, pesquisa e extensão. No entanto, é preciso avaliar, também, os demais normativos publicados pela instituição, para saber se esse reconhecimento avança de fato em organização para suas ações culturais, ou se trata apenas de recurso cerimonial.

Em resposta à solicitação desta pesquisa à SECS, foram relacionadas as seguintes resoluções, entendidas pelos Conselhos Superiores como relativas à cultura na universidade:

Quadro 2 – Resoluções relativas à cultura na UFAL (dados enviados pela SECS)

Numeração	Ementa
42/1991	DETERMINA LOCAL PARA A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE AÇÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. E APROVA O REGIMENTO DO ESPAÇO CULTURAL.
54/1991	CRIA O CENTRO DO ENCONTRO UNIVERSITÁRIO (CEU), SITUADO NA PRAÇA SINIMBU, S/N, JUNTO AO ESPAÇO CULTURAL UNIVERSITÁRIO.
35/1995	DENOMINA O ESPAÇO FÍSICO DO ESPAÇO CULTURAL UNIVERSITÁRIO COMO: ESPAÇO CULTURAL PROFESSOR SALOMÃO DE BARROS LIMA.
26/1996	AUTORIZA, “ <i>AD REFERENDUM</i> ”, ASSINATURA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA, PACTUADO ENTRE A SOCIEDADE N. S ^{ra} . DO BOM CONSELHO E A UFAL, OBJETIVANDO ESTABELECEER AS BASES DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA-PEDAGÓGICA E CULTURAL ENTRE AS PARTES.
27/2003	APROVA “ <i>AD REFERENDUM</i> ”, O REGIMENTO INTERNO DO NÚCLEO DE INCUBAÇÃO DE NEGÓCIOS ESPAÇO GENTE (INCUBADORA DE PROJETOS TRADICIONAIS E SÓCIO-CULTURAIS DA UFAL).
90/2009	APROVA OS PROJETOS DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO “ <i>LATO SENSU</i> ” EM: EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE.
24/2012	AUTORIZA A ASSINATURA DE CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE A UFAL E A SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS (PROJETO UFAL DE ARTE E CULTURA)
33/2016	APROVA O "PROGRAMA DE APOIO ÀS AÇÕES DE PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO EDITORIAL, DE CULTURA E DE EXTENSÃO DA UFAL – GÜTEMBERG" GERIDO PELA FUNDEPES (PROUFAL)
69/2018	AUTORIZA, “ <i>AD REFERENDUM</i> ”, A CONTRATAÇÃO DA FUNDEPES PARA GERIR OS RECURSOS DO PROJETO “ESCOLA DA TERRA: TERRITÓRIOS, SUJEITOS E

	CULTURAS”
34/2022	APROVA O PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO (“ <i>STRICTO SENSU</i> ”) INTITULADO “PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO, LINGUAGENS E CULTURAS (PPGELIC)” DA UFAL.
36/2022	APROVA O PROJETO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “ <i>LATO SENSU</i> ” (ESPECIALIZAÇÃO) EM PRÁTICAS CULTURAIS POPULARES, DA UFAL

Fonte: o autor (2023), com dados fornecidos pela SECS.

A Resolução 42/1991 estabelece que as atividades de ação cultural da UFAL serão executadas pela PROEX, no Espaço Cultural, através do Programa Cultura e Lazer (Resolução CEPE, 12/89). Apesar de o programa citado não mais existir, esta Resolução estabelece a PROEX como setor responsável pela gestão cultural da UFAL.

Vale esclarecer que o Centro do Encontro Universitário, objeto da Resolução nº 54/1991, também não existe mais. O local, hoje, integra as instalações físicas da Escola Técnica de Artes da UFAL. Da mesma forma, não existem mais os convênios entre UFAL e Sociedade Nossa Sr^a do Bom Conselho (Resolução nº 26/1996), e entre a UFAL e a Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas (Resolução nº 24/2012), que envolveu atividades realizadas pela Orquestra, MTB e Pinacoteca, para as comunidades da rede pública estadual de ensino.

Entende-se que, apesar do termo sociocultural estar presente em sua ementa, a Resolução nº 27/2003 diz respeito ao universo da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, não se caracterizando como relativa à cultura. Da mesma forma, a Resolução nº 69/2018 diz respeito a contratação da Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa para gerir recursos de um programa de formação continuada de docentes em escolas multisseriadas do meio rural, não sendo caracterizada por esta pesquisa como um normativo relativo à cultura.

As demais resoluções tratam de aprovações de projetos de cursos, mudança de nome de equipamento cultural e aprovação do Programa Gutemberg, para apoio de produções editoriais, de cultura e extensão da Edefal, que possibilitou a publicação de livros da editora.

Ao realizar busca no ementário do CONSUNI, disponível no *site* da UFAL, esta pesquisa adiciona as seguintes Resoluções:

Quadro 3 – Resoluções relativas à cultura na UFAL (dados pesquisa)

Numeração	Ementa
01/1973	Cria o Coral da Universidade Federal de Alagoas (Corufal), e dá outras providências (processo nº. 000315/73)

15/1990	Cria como órgão suplementar, o Museu de História Natural e altera o estatuto da UFAL
14/1991	Aprova o regimento interno do MHN
65/2006	Aprova a criação da Escola Técnica de Artes da UFAL (ETA).
59/2010	Reformula o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Música da UFAL
65/2010	Aprova, “ <i>Ad Referendum</i> ” projetos dos cursos profissionalizantes: Dança, Música e Teatro (formação de atores) da Escola Técnica de Artes da UFAL.
22/2012	Atualiza o projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Música com habilitações em: educação musical, instrumento e canto.
64/2013	Aprova projetos pedagógicos dos cursos técnicos em: Arte Dramática, Dança, Canto, Instrumento Musical e Produção de Moda da Escola Técnica de Artes da UFAL.
85/2014	Aprova a reformulação do projeto pedagógico do curso de Graduação em Teatro (Licenciatura) da UFAL.
42/2016	Aprova a reformulação do projeto pedagógico do curso de Graduação em Dança (Licenciatura) da UFAL.
78/2019	Aprova a extinção do curso de Graduação Bacharelado em Música da UFAL

Fonte: o autor (2023)

A maior parte, como se pode perceber, diz respeito à aprovação e reformulação de projetos de curso e de projetos pedagógicos de cursos. Vale destacar as resoluções que aprovam a criação dos equipamentos culturais Corufal (01/1973) e MHN (15/1990), a que aprova o regimento do MHN (14/1991), a Resolução que aprova a criação da Escola Técnica de Artes (65/2006) e a que extingue o curso de Graduação Bacharelado em Música (78/2019).

6.2. INDUTORES DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL

Identificou-se que os fatores institucionais que levam a UFAL até a aprovação de sua Política Cultural também integram o panorama histórico da criação e desenvolvimento das universidades e da estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. As resoluções emitidas pelo CONSUNI, normativos publicados, o trabalho desenvolvido pelos equipamentos culturais, os projetos culturais de extensão, tudo isso mostra que, de forma geral, a UFAL apresenta produção artística e cultural com envolvimento de docentes, técnicos e discentes ao longo de sua existência. Também é verdade que essa atuação tem sido pouco sistematizada e organizada, embora se destaque no estado de Alagoas.

Em relação às movimentações e transformações mais recentes no âmbito da cultura na UFAL, pode-se citar alguns acontecimentos que estimularam os debates sobre a formalização de uma Resolução de Política Cultural:

A criação da Coordenadoria de Assuntos Culturais (CAC) da PROEX, atual Coordenadoria de Cultura é entendida como um desses acontecimentos. Não foi encontrado normativo que estabelece a criação da CAC. Os servidores mais antigos do setor dão conta que o seu surgimento se deu durante a gestão do professor José Guido Dantas Lessa da Silva como diretor do Espaço Cultural, no início dos anos 2000. Também é possível acessar documentos que denominam o setor de “Coordenação” e outros de “Coordenadoria”, indicando a necessidade de padronização no tratamento da informação. A primeira vez que o setor aparece em documentação disponível no *site* da UFAL é no Relatório de Gestão da PROEX 2004-2007, no expediente da publicação.

É importante destacar que há uma questão envolvendo a Coordenadoria e o Espaço Cultural, com origem numa relação de imbricação acentuada pelo fato de a Coordenadoria estar instalada no prédio do Espaço Cultural, apartada fisicamente da PROEX. Tendo como guia a Resolução 42/1991, que estabelecia o Espaço Cultural como *locus* da cultura na universidade, o coordenador do Espaço Cultural geralmente acumulava a gestão das atividades culturais de extensão da Universidade. Com o surgimento da CAC, essa tarefa de gestão das atividades culturais de toda a universidade passa a ser da Coordenadoria, desvinculando-se do Espaço Cultural, embora alguns coordenadores da CAC tenham acumulado a função. Hoje, apesar de o organograma e os sistemas eletrônicos de gestão da UFAL estabelecerem claramente a divisão dos setores, ainda é comum que ofícios e processos da própria instituição para a Coordenadoria sejam tramitados para o Espaço Cultural, o que revela a necessidade, ainda, de que a comunidade acadêmica conheça a Coordenadoria e o papel desempenhado por ela na estrutura administrativa da universidade.

A gestão de Gilberto Gil à frente do MinC, com a adoção de uma abordagem antropológica e abrangente da cultura, nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica também é entendida como um antecedente para a formalização da Política Cultural da UFAL. A atuação do MinC nesse período representou um marco para a gestão cultural, instigando os debates sobre a cultura enquanto política pública, de forma geral, o que acabou também ecoando no contexto das Universidades, inclusive na UFAL. Tanto na concepção de cultura quanto nas políticas culturais empreendidas, a institucionalização dessa

visão ampliada de cultura do MinC implicou uma mudança de valores e fatores institucionais no campo, que acarretou no estabelecimento de normativos e indução de processos.

Essa nova concepção de cultura é apontada como essencial para horizontes que se abriram para a cultura nas universidades, como a participação em editais; a ampliação da própria concepção de projetos culturais desenvolvidos pela universidade; e a abertura de concursos para Técnicos Administrativos em áreas específicas da cultura, como para o cargo de produtor cultural, por exemplo.

Os Concursos Públicos para produtor cultural e outros cargos técnicos na área de cultura também são apontados como antecedentes desse processo. O primeiro concurso público para Técnico-administrativo da área cultural da UFAL, foi realizado em 2004, para programador cultural, cargo que passou a ser denominado produtor cultural com a Lei 11.091/2005.²³ O concurso possibilitou a posse da primeira produtora cultura concursada da UFAL, também em 2004.

“Os primeiros seletivos para o cargo de produtor cultural pelas IPES e por outros órgãos da Administração Pública Federal ocorreram no ano de 2006” (LEVINO, 2021, p.2). Três anos depois, em 2009, foi realizado o primeiro concurso para produtor cultural na UFAL, assim designado, pelo qual tomaram posse 4 produtores, entre 2009 e 2013, lotados na CAC, na Editora Universitária da UFAL e na Unidade Penedo. O mesmo edital aprovou candidatos para os cargos de técnico de som, cenotécnico e técnico de música, cargos relacionados à cultura e essenciais para o desenvolvimento de diversos projetos artísticos e culturais da UFAL.

O mais recente concurso para o cargo de produtor cultural foi realizado em 2018, empossando, no mesmo ano, mais três produtores, na CAC.

A produção cultural está na origem das universidades, enquanto centros de difusão, promoção, pesquisa, salvaguarda e consumo cultural (RODRIGUES, 2021). De acordo com a autora, os técnicos da cultura – como os diretores de produção e os produtores culturais – atuam em IES desde sua gênese, mas não há estudos específicos na literatura sobre eles.

Outro ponto indicado foi a **elaboração do Plano de Cultura Plano Circuito Ufal de Arte e Cultura, em 2015, para participação no Programa Mais Cultura nas Universidades**. Apesar de não ter sido selecionado pelo edital do programa e não ter seguido

23 Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Disponível pelo *link*: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm

um processo de formulação que contasse com participação social, o Plano possibilitou debates e estudos que estimularam ações de normatização, como a definição do fluxograma de trabalho da CAC, em 2018, encaminhado aos setores da UFAL, por meio de e-mail circular. A Coordenadoria atuou com base nesse fluxograma até 2020, com a chegada de uma nova gestão, que imprimiu mudanças na estruturação e outro fluxo de trabalho.

Participação ativa da Produção Cultural da UFAL no FORCULT – A UFAL tem sido atuante no FORCULT, especialmente a partir de 2019, quando a produtora Anna Rodrigues participou da comissão organizadora do evento nacional e da coordenação do regional Nordeste, trazendo uma integração e articulação da produção cultural da UFAL com as pautas e experiências das demais universidades do país. Em 2020, o produtor Jorge André passou a integrar a coordenação da Regional Nordeste do FORCULT e, em 2020, o primeiro encontro regional do FORCULT Nordeste foi realizado numa parceria entre UFAL e UFBA, no formato remoto, em função da Pandemia de Covid-19. Em 2021, a produtora Anna Rodrigues passou a integrar a coordenação nacional do FORCULT. Em 2022, com o produtor Jorge André assumindo a coordenação geral do FORCULT Nordeste, a UFAL novamente realizou a terceira edição do FORCULT Nordeste, em parceria com UFPE, UFRPE, UEPB, UFC, UNILAB, UPE, UFCA, UFRN, IFPE, IFPB e IFSE.

A participação de toda a equipe da CAC/PROEX nos encontros, Grupos de Trabalho e grupos de *WhatsApp* do Fórum permitiu o contato e troca de experiências com diversos profissionais de cultura de outras universidades, e a participação em debates a respeito de projetos, e temas como Planos e resoluções de Política Cultural para universidades, o que foi naturalmente incorporado às pautas de debates na UFAL. Isso aumentou o repertório de informações e ampliou o horizonte dos diálogos locais que encontraram semelhanças nas discussões do FORCULT regional e nacional.

Lotação dos produtores culturais da UFAL em um mesmo setor – Uma reorganização estrutural administrativa da PROEX possibilitou a reunião desses servidores na CAC, em 2019. Até então, produtores e produtoras tinham lotação em diferentes setores: na própria CAC, em equipamentos culturais e em unidades do interior. Com o convívio mais frequente e direto dessas pessoas, o envolvimento em demandas diárias de expediente, as pautas de reorganização do setor motivaram a reabertura de debates sobre processos e fluxos de trabalho. Isso fortaleceu os diálogos sobre a institucionalização da cultura na universidade, a organização dos processos, definições de entendimento sobre equipamentos culturais, o

papel da universidade enquanto instituição cultural, e principalmente sobre a questão de uma resolução que estabelecesse a Política Cultural da UFAL.

Esses diálogos deram origem a um documento intitulado “Proposta de Estruturação da Produção Cultural”, que foi apresentado ao Reitor da UFAL, Josealdo Tonholo, em reunião em 2020. A partir desse encontro, foram emitidas duas portarias: a Portaria GR nº 397/2020, que criou uma comissão para elaboração de uma proposta de minuta sobre o campo de atuação e atribuições dos produtores culturais da UFAL, publicada no Boletim de Pessoal/Serviços nº 98/2020, de 03/07/2020; e a Portaria GR 398/2020, que designou servidores para compor a comissão para elaboração de uma proposta de minuta sobre a Política Cultural da UFAL, publicada no Boletim de Pessoal/Serviços nº 60 de 15/04/2020.

A respeito da Comissão da Portaria 397/2020, a proposta apresentada ao Reitor no início de 2020 foi trabalhada e protocolada, por meio do Processo 23065.014061/2021-38, e se encontra sob análise da PROEX. Essa proposta visa uma melhor definição das atribuições do cargo de produtor cultural e da atuação em relação à produção cultural na UFAL.

Esses indutores são acontecimentos que também representam indícios do processo de institucionalização da atuação cultural da UFAL, envolvendo a sua organização em torno de valores, práticas, normativos e estruturas, para a realização de ações, projetos, programas culturais. É preciso destacar que não são os únicos sinais, visto que a própria formalização da Política Cultural da UFAL é um sinal dessa institucionalização, da mesma forma que o trabalho desenvolvido pelos equipamentos culturais, as resoluções emitidas pelo CONSUNI e os normativos publicados relacionados às ações culturais, como já foi dito.

Nem todas as inovações organizacionais relacionadas ao fazer cultural na UFAL se tornam habituais, geram algum tipo de objetivação ou se perpetuam, atingindo a legitimidade e aceitação social, o *status* de institucionalizadas. Aquelas institucionalizadas, no entanto, alcançam a posição de norma no pensamento e ação sociais, são assimiladas, compartilhadas e disseminadas, estabelecendo-se de forma perene.

Considerando o modelo de interpretação do processo de institucionalização de Tolbert e Zucker (1996), percebe-se que, de forma geral, a UFAL ainda não alcançou a sedimentação no processo de institucionalização da sua atuação cultural. Apesar de algumas ações, valores e práticas estarem consolidadas, pode-se dizer que, no todo, essa atuação ainda não atingiu o *status* de norma no pensamento e ação sociais de sua comunidade. É possível afirmar que a atuação cultural da UFAL encontra-se no processo de objetivação, em que as

ações culturais já foram habitualizadas, mas as estruturas ainda estão em definição, sem que se permita ainda falar em perenidade e adoção por sucessivas gerações de gestores. O recente organograma da PROEX é um indício desse processo; a concentração do cargo de produtor cultural em um único setor, modelo adotado em 2019, é outro exemplo, posto que já começa a fornecer dados para o desenvolvimento de algum grau de consenso entre os gestores para a sua manutenção ou não.

Santos *et al.* (2022) lembram que o fato de uma forma ou prática estar institucionalizada não significa, necessariamente, a resolução de problemas na prática, já que a institucionalização é permeada por ritos e cerimonialismo, mais em busca de legitimidade do que eficiência.

Tome-se como exemplo a Orquestra Sinfônica Universitária da UFAL (OSU). A OSU é um projeto que passou por diversas transformações ao longo de suas quatro décadas de existência e ainda não conta com estrutura e recursos adequados para o desenvolvimento de suas atividades. Isso pode ser constatado pelo fato de a universidade não dispor sequer do cargo de maestro em seu atual quadro de servidores. As restrições orçamentárias enfrentadas pela instituição universitária no Brasil não devem ser desconsideradas, mas é importante entender que criar e manter projetos e equipamentos culturais sem estruturá-los ou custeá-los adequadamente é uma decisão, tomada por gestores. Assim, parece que esse projeto não estabeleceu um consenso entre os tomadores de decisão a respeito da necessidade de formar um quadro de pessoal para o seu funcionamento adequado.

Vale destacar que a OSU é composta quase que inteiramente por bolsistas, e o número de bolsas oscila a cada ano, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Também não dispõe de instrumentos musicais suficientes para as atividades; não consegue garantir que haverá instrumentistas habilitados disponíveis no contingente de discentes da universidade; varia em sua formação de acordo com os bolsistas selecionados (atualmente, configura-se como orquestra de câmara e não sinfônica, contando somente com instrumentos de cordas): problemas que permitem inferir que a OSU não está adequadamente institucionalizada.

A resolução de Política Cultural da UFAL surge então como inovação organizacional inspirada em documentos institucionalizados no campo das políticas públicas de cultura, especialmente em documentos formulados e adotados por outras universidades, sinalizando uma possível consolidação da atuação cultural da UFAL: a Política Cultural é, assim, um

instrumento e indicador de institucionalização da atuação cultural da Universidade, no sentido de estabelecer normas, alocar força de trabalho e orçamentos para consolidar ações culturais.

A Política Cultural da UFAL objetiva uma melhor definição das estruturas para essa atuação cultural, envolve algum grau de consenso social entre os tomadores de decisão sobre a adoção crescente dessas estruturas por outras organizações, indicando uma dinâmica de homogeneização do campo.

Nesse sentido, é importante estudar o processo de formalização da Política Cultural da UFAL para buscar entender a sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil, considerando fatores institucionais e pressões isomórficas.

6.3. O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL

Instituída pela portaria nº 398, de 19 de março de 2020, a comissão responsável por elaborar uma minuta da Política Cultural da UFAL iniciou suas atividades, na verdade, em 2021. Vale lembrar que a Pandemia de Covid-19 havia sido declarada em 11 de março de 2020, o que veio a impor um período de distanciamento social e uma nova dinâmica de trabalho, que demandou adaptação de processos de trabalho e atrasou o início do processo.

6.3.1. Linha temporal

Os trabalhos começaram, de fato, com a realização do I Encontro Cultura e Instituições Públicas de Ensino Superior (Cultura e IPES)²⁴, em fevereiro daquele ano. Com o total de quatro edições, a atividade *on-line* foi aberta ao público, transmitida pelo *YouTube* e tratou de temas pertinentes às políticas culturais universitárias, tendo como um dos seus objetivos fomentar debates que fornecessem elementos para contribuir na construção da Política Cultural da UFAL.

A primeira edição foi realizada em 11 de fevereiro de 2021, com a temática do próprio encontro e contou com conferência de abertura "Cultura, universidade e atualidade", do professor Albino Rubim (UFBA); com a Mesa "A gestão da cultura nas universidades", com os professores Alexandre Molina (UFU), Fernando Mencarelli (UFMG), e Marcos

²⁴ Projeto cadastrado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) sob o número PJ179-2021. As ações do projeto foram transmitidas nos canais do *YouTube* da Prograd, UFAL Oficial e PROEX.

Vinícius Coelho (UNILAB); e com Mesa "Boas práticas de gestão cultural nas IPES", com a produtora cultural Anna Rodrigues (UFAL), a técnica Sophia Rocha (UFBA), e os professores David Farias (UFAL), Daniel Cavalcanti (IFAL) e Anny Barros (IFAL).

A segunda edição, realizada em 12 de maio de 2021, teve a temática "A Música na construção de Políticas Públicas" e contou com conferência de abertura "Desenvolvimento de projetos de músicas alinhados às políticas culturais das IPES", do Professor Diósnio Machado Neto (USP); com a Mesa "Projetos e ações de música na UFAL", com os professores Marcos Moreira (UFAL), Débora Borges (UFAL) e Kléber Dessoles (UFAL); e a Mesa "Equipamentos culturais de música – função, atuação e possibilidade de orquestras e corais nas IPES", com os professores Nilton Souza (OSU/CORUFAL/Espaço Cultural/UFAL), André Luiz Oliveira (Orquestra Filarmônica/UFRN), Sérgio Luiz Deslandes (Coral Ars Canticus/UFPE), e Almir Medeiros (Camerata Jovem/IFAL).

A terceira edição aconteceu em 03 de agosto de 2021, como o tema "Corpos e(m) Movimento: As Artes da Cena e as Políticas Culturais nas IPES" e contou com a Mesa "Grupos Universitários em Cena: desenvolvimento de projetos alinhados às políticas culturais nas IPES", com o Professor Leandro Pansonato (UFOPA) e os extensionistas da UNESP Zé Olegário Neto e Gabi Polizzelli; com a Mesa "Projetos e ações nas Artes da Cena na UFAL: a concepção de política cultural e atividades dos cursos", com os professores Marcelo Gianini (UFAL); Joyce Barbosa (UFAL) e Reginaldo Oliveira (UFAL); e a Mesa "Grupos da UFAL e suas decorrências: possibilidades de atuação nas IPES", com os professores Gustavo Gomes (Abí Axé Egbé/UFAL), Telma César (UFAL) e Noemi Loureiro (UFAL).

A quarta edição fechou o ciclo em 05 de outubro de 2021, com a temática "O Papel dos Museus nas IPES: Políticas Culturais para Museus Universitários", com a conferência "O Perfil das Coleções e Museus Universitários no Brasil", do prof Maurício Cândido da Silva (Museu Histórico/Museu de Anatomia Veterinária/USP/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus); e a Mesa "Museus universitários da UFAL: importância e contribuição no contexto das ações culturais", com os professores Jorge Luiz Lopes (MHN/UFAL) e Kinsey Pinto (Usina Ciência/UFAL), e as museólogas Hildênia Oliveira (MTB/UFAL) e Tatiana Almeida (Pinacoteca/UFAL).

Paralelamente às edições do Cultura e IPES, iniciou-se a elaboração da minuta de política cultural, tomando por base o documento elaborado no IV FORCULT, intitulado "Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES", que traz

elementos que orientam a elaboração de Políticas Culturais para as IPES, além dos estudos sobre a legislação e normativos pertinentes, em especial o PNC, o Plano Nacional de Educação, a LDB, e a Constituição Federal.

Foram seis reuniões da comissão em 2021, por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*: duas em abril; três em junho; e uma em setembro. O espaçamento se deu pelo fato de, a cada reunião, serem distribuídas tarefas entre os membros, com foco na elaboração da minuta.

Em setembro de 2021, houve a apresentação da minuta em reunião do Comitê Assessor de Extensão da UFAL, para debate e sugestões ao texto, em forma e conteúdo. Foram feitas onze contribuições à minuta. Na oportunidade, as pessoas presentes, representantes das Unidades Acadêmicas, foram convidadas a fazer parte da Comissão Executiva da Política Cultural.

Assim, começou-se a compor a Comissão Executiva da Política Cultural, mais ampla que a comissão da Portaria 398/2020, a fim de abrir a oportunidade de participação para quem desejasse, ampliar os debates e facilitar a operacionalização dos próximos passos da Política Cultural na UFAL. Em outubro, houve também chamamento público por matéria no *site* da UFAL para compor a Comissão Executiva, de modo que 13 pessoas atenderam aos chamados e se juntaram à comissão. Foram realizadas três reuniões com essa Comissão Executiva, mais ampliada em 2021: duas em outubro e uma em dezembro.

No Sistema de Gestão de Recursos Humanos da UFAL (SIGRH/UFAL) foi divulgado, de setembro a novembro de 2021, que haveria o lançamento da Consulta Pública sobre a Política Cultural da UFAL em fevereiro de 2022, pela plataforma *Participa + Brasil*, do Governo Federal. Tal fato também foi divulgado em matéria no *site* da UFAL e em entrevista no *podcast* UFAL e Sociedade.

A pedido do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió (CMPC), a Consulta Pública e o próprio processo de construção da Política Cultural da UFAL foram apresentados em reunião do CMPC, no início de fevereiro de 2022, quando membros da Comissão Executiva da Política Cultural da UFAL puderam divulgar a consulta e esclarecer dúvidas dos conselheiros.

A Assessoria de Comunicação da UFAL produziu um vídeo explicativo sobre a Política Cultural da UFAL e sobre a consulta pública, com o objetivo de ensinar o público a acessar e realizar sua contribuição na *Participa + Brasil*. Esse vídeo foi enviado por meio do

aplicativo de mensagem *WhatsApp*, aos mais diversos grupos formados por servidores e alunos da universidade, além de ficar disponível no canal de *YouTube* da PROEX.

O lançamento da consulta pública foi feito em evento virtual transmitido ao vivo pelos canais de *YouTube* da Pró-Reitoria de Graduação, PROEX e UFAL Oficial, em fevereiro de 2022, quando foi feito o chamamento para a participação de toda comunidade universitária e da sociedade em geral. Foram recebidas cinco contribuições na Consulta Pública. As contribuições do Comitê Assessor de Extensão também foram incluídas no texto nesta etapa.

Em 2022, houve duas reuniões da Comissão Executiva: uma em março e outra em agosto. Além disso, houve duas reuniões junto ao Fórum de Diretores da UFAL, em abril e maio de 2022, para apresentação, debate e sugestões formais e materiais à minuta.

Em junho de 2022, foi aberto o processo 23065.16487/2022-13, encaminhando a minuta de Política Cultural ao Gabinete da Reitoria, para as providências tendentes à apreciação do documento pelo CONSUNI.

Em julho de 2022, houve reunião conjunta entre o Gabinete da Reitoria, PROEX e Assessoria de Comunicação, quando houve uma revisão do texto, para encaminhá-lo a todas as Unidades Acadêmicas e setores da UFAL, com o prazo de um mês (até agosto de 2022) para que fossem enviadas sugestões à minuta. Somente um setor enviou contribuição, o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

Apreciada e incorporada a contribuição do NTI, o processo seguiu para a Procuradoria Federal da UFAL, em setembro de 2022, para análise jurídica do texto. Emitido o parecer da Procuradoria, a Comissão realizou os ajustes indicados e o processo foi devolvido ao Gabinete da Reitoria, que então o encaminhou à SECS, em novembro de 2022, com a indicação de que o texto passasse pelas duas câmaras: Acadêmica e Administrativa.

A linha do tempo de todo o processo de formalização da minuta da Política cultural foi apresentado na Reunião da Câmara Acadêmica do CONSUNI, em 16 de fevereiro de 2023. Embora a explanação destacasse todas as estratégias utilizadas para estimular a participação social no processo, como a realização de transmissão de eventos, debates públicos, reuniões no Comitê de Extensão e Fórum de Diretores, divulgação em *site*, SIGRH e redes sociais, Consulta Pública, chamamento da comunidade para integrar comissão, com especial destaque para o envio do texto pelo Gabinete da Reitoria para todas as unidades e setores da UFAL, com o prazo de 30 dias para o envio de contribuições, a representação da

Faculdade de Letras (FALE) arguiu que não foi dada a oportunidade de as unidades debaterem o texto e enviarem contribuição, solicitando adiamento da apreciação da minuta. A solicitação foi atendida, no sentido de propiciar maior amplitude do debate, a minuta foi reenviada às unidades e setores, com novo prazo de 33 dias, para que retornassem com as propostas de alteração ou inclusão ao texto.

A suspensão na Câmara Acadêmica gerou a retirada da minuta da Política Cultural da pauta da Reunião da Câmara Administrativa de 21 de março de 2023, visando contemplar a solicitação da representação da FALE.

No mesmo dia, em 21 de março, foi realizada a segunda reunião da Câmara Acadêmica, quando as unidades deveriam trazer suas contribuições. Foi solicitada mais uma retirada de pauta, o que não foi acatado pelo colegiado, que votou pela apreciação do texto. Foram apresentados os destaques dos conselheiros e conselheiras. As propostas até então apresentadas foram aceitas e prontamente modificadas no texto. A reunião foi, então, interrompida pelo decorrer do tempo, que ultrapassaria o limite de duração da reunião e a pauta foi repassada para a reunião seguinte da Câmara Acadêmica.

Finalmente, em 25 de abril de 2023, na terceira reunião da Câmara Acadêmica para apreciação da minuta da Política Cultural da UFAL, foram concluídas as contribuições: 11 ao todo, sendo 10 aprovadas, relacionadas à redação, e apenas uma, relacionada ao conteúdo, reprovada pela votação dos conselheiros. Assim, posta em votação, a minuta foi aprovada na Câmara Acadêmica.

A apreciação na Câmara Administrativa aconteceu em 23 de maio de 2023, quando o texto recebeu quatro contribuições dos conselheiros e conselheiras, tendo sido aprovado por unanimidade, com a condicionante de posterior redação e inclusão de um inciso que tratasse sobre o recebimento de cachê por parte de discentes integrantes de projetos/equipamentos culturais da universidade, em virtude da necessidade de estudo técnico sobre a questão. A redação e inclusão do inciso foi realizada em cooperação entre CAC e Pró-Reitoria de Gestão Institucional na semana seguinte, ficando a minuta pronta para ser colocada em pauta na sessão do CONSUNI para a deliberação dos Conselheiros.

Vale destacar que não houve envio de propostas das Unidades para a SECS, para apreciação nas reuniões das Câmaras Temáticas.

Listada como a quarta de cinco pautas da reunião do CONSUNI de 04 de julho de 2023, a minuta da Política Cultural não foi apreciada por ter se esgotado o tempo regimental

da reunião, tendo sido aceita pelos conselheiros uma proposta de marcar uma reunião extraordinária específica para a deliberação do tema durante a realização da X Bienal Internacional do Livro de Alagoas. Isso aconteceu em 15 de agosto de 2023, tendo sido o texto da Política Cultural da UFAL aprovado por unanimidade, sem destaques ou propostas de alteração, dando origem à Resolução CONSUNI de Nº 44/2023, que institui a Política Cultural da Universidade Federal de Alagoas.

6.3.2. Aspectos gerais e respostas ao questionário

É importante destacar que, oficialmente, o processo de elaboração da minuta da Política Cultural da UFAL, até sua aprovação foi realizado em quase três anos e meio, o que demonstra ter havido tempo para realização de estudos, maturação de ideias e construção de debates. Ao analisar a linha do tempo, pode-se perceber que, embora o núcleo de trabalho tenha se concentrado nos servidores e servidoras da CAC/PROEX e dos equipamentos culturais, houve uma preocupação metodológica não somente em propiciar, mas estimular a participação da sociedade na construção desse documento.

É importante lembrar que, na experiência de formulação do *Plano Circuito UFAL de Arte e Cultura*, em 2014, para concorrer aos recursos do edital do Programa Mais Cultura nas Universidades, a participação social não foi uma questão trabalhada. A formulação do Plano se concentrou na equipe da CAC, sem prever mecanismos para efetiva participação da comunidade no processo, servindo mais para cumprir burocraticamente a exigência do edital, e isso foi um ponto criticado em relação ao programa (MARQUES, 2018; RUBIM, 2019a; CERQUEIRA, 2021), pois o mesmo aconteceu em outras IFES²⁵.

Entende-se que a participação social veio a se tornar um valor institucionalizado na formalização de políticas públicas de cultura durante os governos Lula e Dilma, ao ponto de se entender como um fator institucional decisivo para a legitimidade desses instrumentos. Assim, a comissão que formulou a Política Cultural da UFAL se guiou por esse valor no processo de construção da minuta, o que não fez em 2014, na formulação do Plano.

25 Apesar da crítica de que os Planos inscritos no edital do Programa Mais Cultura nas Universidades tenham sido construídos de forma burocrática e apressada, sem ouvir a comunidade – além de não terem sido devidamente implementados, devido à falta de continuidade do programa -, Marques (2018), Rubim (2019^a) e Cerqueira (2021) também ressaltam que esses processos de formulação desencadearam debates e construções posteriores, já com outras metodologias, com mais espaço para reflexão e participação. Por isso, mesmo que o programa não tenha sido 100% implementado, é considerado um importante indutor na formalização de Políticas e Planos de Cultura no contexto universitário.

No entanto, mesmo com todas as estratégias adotadas pela comissão, pode-se dizer que a tarefa contou com baixa adesão, embora a demanda envolva indiretamente toda a universidade. Como resultado, tem-se 32 contribuições recebidas ao longo do percurso, quase todas sobre questões de redação do documento; e o acréscimo de 13 pessoas, que compuseram a comissão executiva, apesar de todas as estratégias adotadas para incentivar a participação social.

Entende-se que a Pandemia de Covid-19 precisa ser considerada nesse contexto, pois acabou por afetar a mobilização em diversas outras demandas do cotidiano laboral em todo o mundo, o que não seria diferente na UFAL. A maioria das atividades da elaboração da minuta foi realizada de modo remoto, boa parte durante período de isolamento social, o que se entende como um fator dificultante para a mobilização. Considera-se, assim, que esse contexto não tenha contribuído para que muitas outras pessoas, além das que estavam designadas por portaria, buscassem se envolver com a questão.

De todo modo, os números revelam uma tímida participação, por mais que se identifique a questão como uma agenda pertinente e legítima da comunidade universitária, em especial para aquelas pessoas mais ligadas às ações culturais, sejam docentes, técnicos, discentes e sociedade enquanto público dessas atividades: discutir a relação universidade, cultura e política cultural é essencial para a sobrevivência da instituição universitária (RUBIM; ROCHA, 2021). O que esses dados já permitem considerar é que a ampliação da participação social e a adesão dos atores envolvidos surgem como desafios da implementação da Política Cultural e formulação do futuro Plano de Cultura da UFAL.

Como se sabe, esta pesquisa selecionou aleatoriamente participantes da comissão estabelecida pela portaria nº 398, de 19 de março de 2020, para coletar informações, impressões e opiniões sobre o processo de formalização da Política Cultural da UFAL, com o intuito de se analisar dados técnicos, além das crenças, valores e subjetividades envolvidos nesse processo. O roteiro semiestruturado de perguntas foi elaborado pensando em 3 eixos: 1) que explorasse a questão dos significados envolvidos na formalização de uma política cultural, tanto para a instituição quanto para a comunidade, quais poderiam ser os efeitos práticos e simbólicos dessa formalização, o que representa e poderia representar a Política Cultural da UFAL; 2) que tratasse das motivações e influências envolvidas na formalização da minuta, bem como a percepção dessas pessoas sobre o contexto e sua relação com todo o

processo; e 3) que buscasse entender a percepção das pessoas respondentes sobre a organização da UFAL para a sua atuação cultural.

A figura a seguir representa a árvore temática contendo os temas que foram tratados nas respostas às perguntas do Eixo 1, destacando que o tamanho da fonte está relacionado com o número de vezes que o tema foi mencionado: quanto mais vezes, maior a fonte. Nesse esquema, estabelece-se as conexões que esta pesquisa entendeu haver entre os temas citados, com base nas falas dos respondentes, após leitura flutuante e definição dos indicadores.

Figura 7 - Temas abordados nas respostas do Eixo 1 - Significados



Fonte: o autor (2023)

Em relação ao eixo que buscou investigar os significados do processo, o tema mais citado nas respostas foi o do “reconhecimento e valorização institucional da cultura na UFAL”, com sete menções. Todas as pessoas respondentes consideraram a aprovação da

Política Cultural da UFAL como uma etapa do processo de reconhecimento da cultura como área de atuação da universidade. Não que a Política seja produto de um reconhecimento que já existe, mas um meio para que haja esse reconhecimento. Isso pode ser depreendido de falas como: “(A Política Cultural) se desdobra em uma série de passos e processos até se materializar em instrumento normativo”; “depois de 50 anos das primeiras ações formais em torno da cultura, a Política Cultural trará justiça aos próximos 50 anos de lutas para o caminho que temos que marcar”; “Acredito que representa um grande avanço”; “um passo na trajetória de consolidação e reconhecimento da Cultura como área de atuação da Universidade, independente e não subordinada à Extensão”.

Ligado a isso, como tema conexo, observa-se a “valorização de servidoras e servidores que atuam mais diretamente nas ações culturais”, citado duas vezes. Assim, a comissão considera que a Política Cultural representará uma valorização para esses servidores.

Outro tema bastante tratado nas respostas foi o da “eficiência na gestão cultural”, com seis menções, no sentido de que o documento pode proporcionar mais eficiência à gestão cultural na UFAL. Embora haja a possibilidade de, após sua aprovação, a Política Cultural não contar com a adesão da comunidade em suas etapas seguintes, como a de implementação, é importante reconhecer que a comissão de formalização teve a intenção de promover uma transformação organizacional em busca de maior eficiência. A respeito disso, foram citados também temas conexos, como a necessidade de “planejamento” (1 menção), “definição de papéis e objetivos” (3 menções), e mecanismos de “resolução de problemas” (1 menção).

A respeito de um possível aumento da eficiência na gestão cultural, que seja decorrente da implementação da Política Cultural da UFAL, as respostas revelaram avaliações majoritariamente otimistas, como se pode deduzir de trechos como “(a Política Cultural) trará subsídios para a elaboração de um Plano de Cultura, esse sim mais executivo e operacional, que poderá mexer positivamente na eficiência”; “a Política Cultural vai proporcionar que mais atividades sejam propostas e realizadas, com melhor organização e definição dos papéis”; “Para realizar qualquer ação institucional, é necessário se basear em princípios norteadores, objetivos, ter uma base que oriente (...) então a Política Cultural tem um potencial para ajudar na eficiência da gestão cultural na UFAL”.

Do mesmo modo, o processo também levou em conta a “legitimidade” (3 menções), o que permite inferir que os aspectos ligados aos fatores institucionais informais, como as

crenças e valores, ligados aos aspectos simbólicos e ritualísticos, que buscam a aprovação social, também foram considerados durante a elaboração do documento. Nessa perspectiva, foram citados também, como temas conexos, a “participação social” (4 menções), o “ineditismo da Política Cultural da UFAL entre as IPES de Alagoas” e a preocupação com a “dificuldade de mobilização dos atores sociais” no processo, ambos com uma menção cada.

Os respondentes também apontam a participação social como um dos elementos mais relevantes ou que se destacou em todo o processo de formalização. Isso pode ser captado em falas como: “(Foram relevantes) os esforços para que a Política Cultural pudesse iniciar sua trajetória nas instâncias consultivas e deliberativas não apenas da UFAL”; “a abertura para ouvir a sociedade teve grande impacto para a criação de uma política pública”; “o que se destaca é a dificuldade de mobilização e de participação dos atores diretamente envolvidos”. Essa preocupação cumpre o que Rubim (2007b, p.42) aponta como um dos requisitos para políticas culturais efetivas: “Somente políticas submetidas ao debate e crivo públicos podem ser consideradas substantivamente políticas públicas de cultura”. E essa participação social, enquanto valor institucionalizado do campo, está muito mais ligada a questões de legitimidade que questões de eficiência em si. Adotar mecanismos de participação social não tornou o processo de formalização da Política mais prático, mais rápido, menos custoso, mas conferiu-lhe legitimidade.

Para além do processo de formalização, a participação social também é apontada como um dos objetivos da Política, uma das pessoas respondentes destacou que: “A Política Cultural é apenas um marco legal do desejo da universidade em abrir-se à sociedade”. É interessante lembrar que Arruda (2018) destaca que tem aumentado a exigência e cobrança de uma abertura do espaço da universidade, por meio da cultura, para acolhimento da sociedade, numa forma de justificar a sua existência. Entende-se que esse intento de se abrir à sociedade é legítimo, pois, como afirma Rubim (2019a), a contemporaneidade exige das universidades, enquanto instituições educacionais e culturais, uma integração local e o comprometimento com o desenvolvimento e a democracia de sua sociedade.

Ainda a respeito dos significados relacionados à legitimidade, foi questionado se o fato de haver uma Política Cultural formalizada conferiria à UFAL algum tipo de reconhecimento perante a sociedade. As respostas foram unânimes em considerar que sim e puxaram o tema “relação da UFAL com o setor cultural e os seus atores” (5 menções). O surgimento desse tema permite inferir a preocupação da comissão em relação ao campo das

políticas públicas de cultura, sua relação com as outras organizações universitárias e demais atores. Nesse sentido, mais que as preocupações técnicas, entende-se que houve uma atenção da comissão em o documento ser legitimado por meio dessas relações, por isso que se fez importante considerá-las.

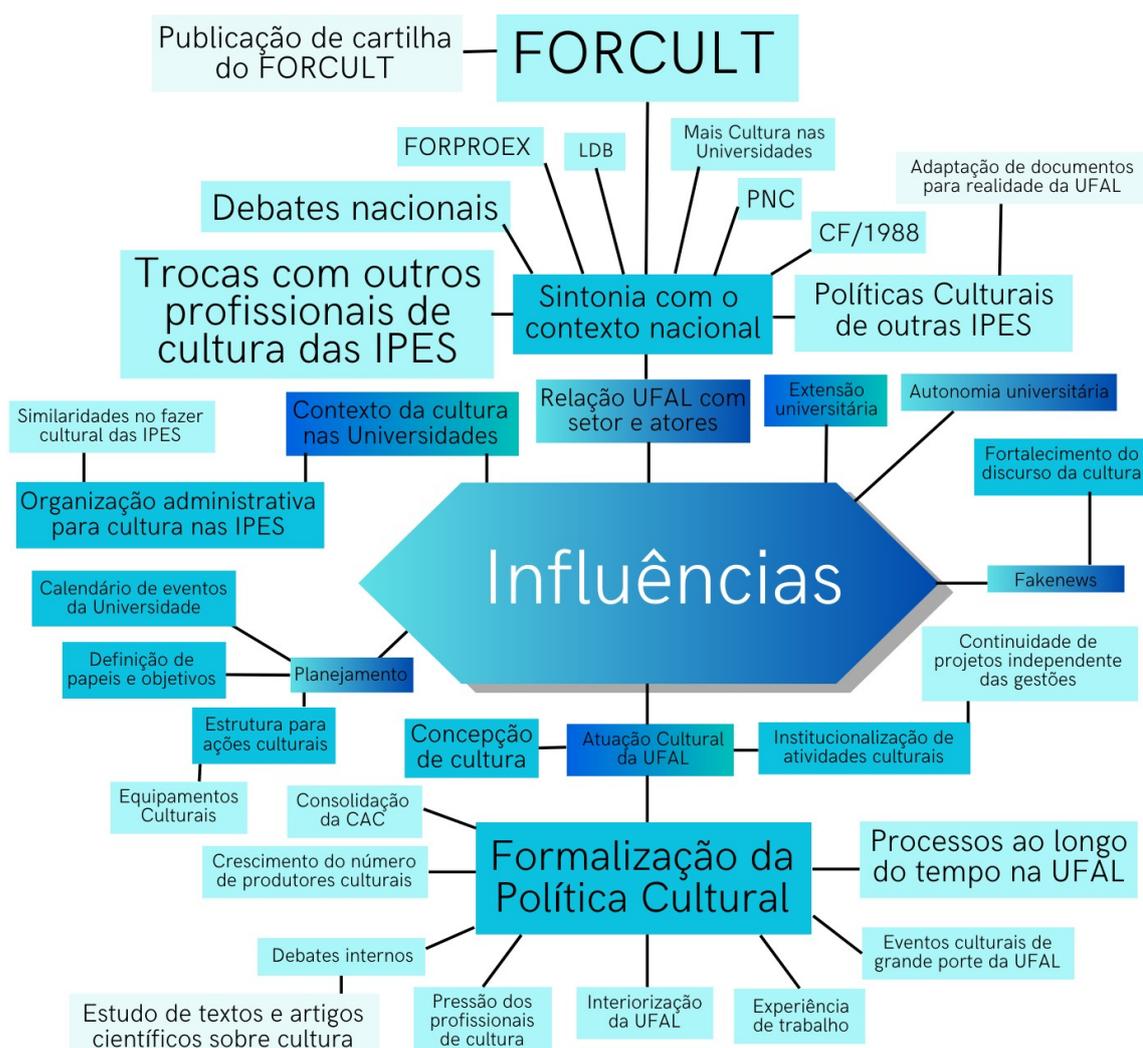
Como temas conexos, surgiram: o fato da UFAL ser considerada um referencial para a sociedade (2 menções), o que está muito ligado à percepção da UFAL como uma organização com densidade no contexto cultural de Alagoas, e “o respeito e compromisso da UFAL com a sociedade” (2 menções), ambos os temas ligados à prática da UFAL em “socializar ações culturais no estado” (1 menção). Além disso, foram citadas a “articulação entre cultura e educação” (1 menção), e a “sintonia com o contexto nacional” (3 menções), com os temas conexos “FORCULT”, “retomada do MinC” e “PNC”, os três com 1 menção, deixando claro que, em seus trabalhos, a comissão considerou o campo das políticas públicas de cultura e as conexões entre os setores da cultura e da educação para construir os significados envolvidos na formalização da Política Cultural da UFAL.

Também foi questionado se os integrantes da comissão consideravam que a formalização da Política Cultural da UFAL muda a relação da UFAL com o setor cultural e os seus atores. Foi reconhecido o potencial que a Política Cultural tem para orientar a relação da UFAL com o setor da cultura e seus atores sociais, porque a própria UFAL pode se pautar pelas diretrizes da Política Cultural nessas relações, ao mesmo tempo em que se configura como um instrumento para o setor se relacionar com a UFAL. Apesar de haver, também, a noção de que a Política Cultural, por si só, não transformará essas relações, como pode se observar em trechos de respostas, como “apenas a política cultural não tem o poder de mudar, porém ela se torna um marco legal que deve orientar essas relações”.

Em relação ao tema “estrutura para desenvolver ações culturais” (1 menção), e o tema conexo “equipamentos culturais” (2 menções), é interessante destacar a fala de uma pessoa respondente: “a UFAL sempre admitiu equipamentos culturais sem pesar o custeio dos mesmos, acumulando problemas que historicamente não conseguimos resolver pela falta de recursos”. Como já foi visto, a falta de padrão em relação ao surgimento e encerramento de equipamentos culturais torna-se um problema ligado à dotação orçamentária. Definir claramente em normativo esse tema dos equipamentos culturais poderia ajudar a trazer a questão para campo mais técnico, afastado de critérios meramente subjetivos de gestões e gestores, o que certamente refletiria no tema “estrutura para desenvolver ações culturais”.

Em relação ao eixo 1, também foram feitas menções aos seguintes temas: “orçamento” (3), com o tema conexo “captação de recurso” (1); Concepção de cultura (1), com o tema conexo “Centralização da cultura na UFAL” (1); Plano de Cultura da UFAL (1) e o tema conexo da definição de um “calendário de eventos” culturais da universidade (1); “Institucionalização da Política Cultural da UFAL” (2), que tem como tema conexo a “normatização” (2) envolvida nesse processo; a Política Cultural enquanto “referencial para as ações culturais” (2) e o tema conexo da “institucionalização das atividades de produção cultural” (2) no âmbito da universidade; e os temas da “Extensão universitária” (2); “Autonomia universitária” (1); e do “empenho e compromisso da comissão” (2) durante o processo de formalização da Política Cultural da UFAL.

Figura 8 - Temas abordados nas respostas do Eixo 2 - Influências



Fonte: o autor (2023)

Em relação ao Eixo 2, que buscou investigar as influências envolvidas no processo de formalização da Política Cultural da UFAL surgiram diversos temas. Conexo à árvore temática da “Relação da UFAL com o setor da cultura e seus atores” (2 menções), destaca-se o tema mais citado nas respostas às perguntas do Eixo 2: o “FORCULT”, com nove menções. Em se tratando de perguntas que tinham como foco investigar as influências do processo, percebe-se que a profissionalização teve grande importância nesse processo, revelando uma pressão isomórfica normativa, além de sinalizar uma relação com os indicadores de estruturação do campo, de DiMaggio e Powell (2005). Essa influência do setor cultural e seus atores – representada principalmente pela relação com os participantes do FORCULT, o que pode ser entendido como uma estrutura de coalização – demonstra o aumento na interação entre as organizações do campo, um aumento de volume de informação compartilhada com esses atores, além do desenvolvimento da conscientização de estar envolvido em um negócio comum aos demais atores do campo.

A recorrente menção do tema “FORCULT”, revela também a importância do fórum, corroborando Cerqueira (2021) e Mencarelli (2021), que o destacam como um espaço consolidado e horizontal de troca de informação entre profissionais da área de cultura das IPES. Entre os trechos de respostas que evidenciam essa importância, destacam-se “O FORCULT teve e tem grande conexão com o processo de formalização da Política Cultural da Ufal”; “As discussões nacionais sobre o tema, especialmente no FORCULT, foram a base primordial para os direcionamentos tomados”.

Ramificando como um tema conexo do FORCULT, tem-se o “Instrumento para implementação de Política Cultural e Planos de Cultura nas IPES”, que teve organização de Mencarelli e Coelho (2020). A publicação serviu como referência para os trabalhos de formalização da Política Cultural da UFAL, como revelam os trechos: “a equipe se baseou especificamente no documento para implementação de Política Cultural nas IPES. E, a partir dele, tomamos como base a Constituição Federal, o Plano Nacional de Cultura e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, entre outros documentos”; “no IV Forcult Nacional, com a publicação do documento de Diretrizes para a Elaboração de Políticas Culturais nas IPES, e sob influência de outros debates internos, passamos a nos debruçar sobre o documento, a seguirmos os passos e adaptarmos alguns para nossa realidade de UFAL”; “o ‘passo a passo’ de itens a constar numa Política Cultural veio muito influenciado pelas diretrizes apontadas pelo FORCULT”. Os trechos revelam, também, que a comissão buscou conferir legitimidade

ao documento ao buscar a adequação a um conjunto de normas e diretrizes, um fator observado na formalização da minuta.

Na árvore temática “relação da UFAL com o setor da cultura e seus atores” (2 menções), surgem temas conexos como “sintonia com o contexto nacional” (3 menções), que se ramifica em “trocas com outros profissionais de cultura das IPES” (6 menções), confirmando que a comissão interagiu com servidores de outras universidades, como se pode observar em trechos como: “minha avaliação tem base em trabalhos científicos, na observação do cenário nacional, em discussões ocorridas em eventos como o FORCULT e conversas com colegas da área de produção cultural”; “o FORCULT propicia esse espaço de troca, seja pelos encontros nacionais e regionais, seja pelos grupos de *WhatsApp*, seja pelos grupos de *e-mail*”; “essas avaliações se baseiam em palestras, fóruns, reuniões com pessoas envolvidas na gestão cultural das universidades”; “impressões colhidas com pessoas de gestão cultural dessas instituições”. Isso demonstra que as relações subjetivas – sujeitas às regras sociais e aspectos culturais – colocam-se com bastante influência durante todo o processo.

Os fóruns surgem nas respostas como instâncias importantes no intercâmbio entre as organizações universitárias, como se observa no trecho “Acredito que os fóruns nacionais ajudaram a trazer o debate para a UFAL”. Além das nove menções ao FORCULT, o FORPROEX teve duas menções. Outros temas que se apresentaram foram “debates nacionais” (5 menções); o “Mais Cultura nas Universidades” (1 menção), marcando a relevância desse programa ainda hoje para as políticas culturais no contexto universitário; e LDB (1); Constituição Federal (2); e PNC (2), destacando o conjunto da legislação que serviu como referência para formalização da Política Cultural da UFAL.

Em relação ao tema “atuação cultural da UFAL” (1), surgem temas conexos como a “concepção de cultura” (2), marcando que o trabalho da comissão contemplou aspectos teóricos; a “institucionalização de atividades culturais na UFAL” (1), que se desdobrou em outro tema conexo: a “continuidade de projetos, independente das gestões”, que leva à dedução que a comissão preocupou-se em fornecer elementos para garantir a continuidade das ações culturais na UFAL; e no tema “formalização da Política Cultural” (6), destacando que esse processo é fruto da “experiência de trabalho” (1), como fica claro no trecho da resposta “a gente se baseou na própria experiência de trabalho da equipe ao longo dos anos”.

Também são indicados como causa do processo de formalização da Política Cultural da UFAL os temas conexos: “consolidação da CAC” (1); “eventos culturais de grande porte

da UFAL” (1); “aumento do quadro de servidores da produção cultural” (1), como indica o trecho da resposta “o crescimento do grupo de produtores/as, a consolidação da CAC e de eventos periódicos capitaneados pela Universidade, a exemplo da Bienal do Livro e do Festival de Música, naturalmente fizeram essa necessidade de institucionalização das atividades surgir”. Do mesmo modo, ainda são citados os “processos ao longo do tempo na UFAL” (3); a “interiorização da UFAL” (1); os “debates internos” (1), influenciados também pelos estudos de “textos e artigos científicos” sobre o tema da cultura nas universidades (2); além da “pressão de parte dos profissionais da Cultura da UFAL” (1), como indica o trecho de resposta: “Se resolveu formalizar uma Política Cultural para a UFAL devido à pressão de parte dos profissionais da Cultura desta Universidade, que, sintonizados com o contexto nacional e cientes do papel da cultura nas Universidades, colocaram a proposta”.

Este último tema, apesar de mencionado uma única vez nas respostas ao questionário, sintetiza bem a movimentação interna dos atores dentro da UFAL, a gênese desse processo. Como se poderá observar mais adiante, os produtores e produtoras culturais da UFAL foram os que iniciaram os debates internos, os contatos com outras universidades, que primeiro participaram do FORCULT, que iniciaram os estudos e reuniões, buscando uma definição de papéis no tocante às ações culturais da universidade. A necessidade de definições, orçamento, melhores fluxos e planejamento foi percebida pela produção cultural em boa parte dos atores realizadores de ações culturais na UFAL.

Por terem suas funções ligadas à atuação cultural da universidade, foi o grupo da produção cultural que iniciou as pressões por definições em relação a estrutura, organogramas, financiamento, fluxos de trabalho, planejamento. Nesse sentido, vale destacar o papel fundamental do grupo de produção cultural nesse processo de formalização da Política Cultural da UFAL, um processo devidamente estimulado pela gestão da UFAL e pelos demais servidores que nele se integraram.

Entende-se que a atuação dos produtores culturais nesse processo representa uma pressão isomórfica normativa, advinda da profissionalização, o entendimento de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho, que leva a formas comuns de interpretação e de ação. Esses valores compartilhados pelos profissionais da área se relacionam também com a estruturação do campo, pois indicam um padrão de coalizão entre esses profissionais, atores do campo, um aumento na interação entre eles e o

desenvolvimento da conscientização de estarem envolvidos em um negócio comum aos demais atores do campo.

A respeito do tema “Planejamento”, foram citados os conexos “Calendário para eventos culturais”; “Definição de papéis e objetivos”; “Estrutura para ações culturais”, que se desdobrou em “Equipamentos culturais”, todos com uma menção cada. Vale destacar que esses temas foram citados também nas respostas das perguntas do Eixo 1. Nesse sentido, pode-se inferir que os aspectos técnicos ligados ao cotidiano laboral foi uma influência do processo de elaboração da minuta, talvez em menor escala.

Outros temas que já haviam sido citados e que voltaram à pauta, sem desdobramentos, foram “autonomia universitária” e “extensão universitária”, ambos com uma menção cada.

Também com uma menção cada, foram citados “*fake news*” e “discurso da cultura”, estabelecendo que o ambiente social que propiciou a disseminação de notícias falsas requereu um aumento do discurso da cultura, como elemento de resistência ou enfrentamento, como sugere o trecho: “A ideia de vencer o ódio e as *fake news* fortaleceu o discurso da cultura. Não se pode adiar o processo de instituição de uma política pública na UFAL”.

O “contexto da cultura nas universidades” (2 menções) também foi abordado nas respostas, com os temas conexos “organização administrativa para cultura nas IPES” (2 menções) e “similaridades no fazer cultural das IPES” (1 menção), como pode ser entendido no trecho da resposta “há muita similaridade nos fazeres de várias universidades. Isso fica explícito nos fóruns de extensão e debates nacionais sobre a cultura”. A questão remete às perguntas e respostas do eixo 3, que teve como foco avaliar a organização administrativa da UFAL para a sua atuação cultural.

No Eixo 3, que buscou avaliar a percepção dos respondentes sobre a organização da UFAL para a sua atuação cultural, os temas que surgiram foram divididos em três árvores temáticas. A primeira, com temas relativos à “organização administrativa” (1 menção), que se desdobrou no tema conexo “necessidade de ajustes da estrutura organizacional” (2), que demonstrou que há uma percepção, por parte da comissão, de que é preciso uma mudança que implemente melhorias à organização. É isso que se pode depreender de trechos como “ajustes precisam ser feitos, principalmente nos quadros de pessoal”; e “essa organização influencia de maneira negativa a gestão cultural”. Observa-se mais uma vez que a comissão considera que a

Política Cultural pode ser um instrumento que possibilite melhorias na gestão cultural universitária.

Figura 9 - Temas abordados nas respostas do Eixo 3 – Organização



Fonte: o autor (2023)

Esse subtema da necessidade de ajustes foi complementado por outros temas conexos. “Quadro de pessoal insuficiente” foi o tema mais citado do Eixo 3, com cinco menções, o que indica que a comissão considera necessário mais servidores para reforçar a equipe, como se

pode perceber em trechos como “para a gama de atividades culturais da Universidade nos três *campi* e unidades fora de sede, o quantitativo de servidores se mostra insuficiente”; e “em toda essa trajetória, em diversos momentos, nos faltou profissionais da cultura”.

Bem próximo a esse tema, surge “carência de cargos e funções específicas para a atuação cultural” (3), como se observa em trechos de respostas como “penso ser apenas esse cargo (produtor cultural) insuficiente para uma atuação cultural mais robusta”; e “tem uma série de nuances e especificidades afeitas a certos cargos e funções, dos quais a universidade carece”. Isso revela que se entende que não basta aumentar o quantitativo de servidores existentes, mas ampliar a diversificação de cargos referentes à cultura na universidade.

Essa carência de pessoal e de cargos específicos gerou o tema “acúmulo de papéis” (1): “o tempo nos ajudou a sermos multi e assumir vários papéis para que as ações culturais sejam realizadas minimamente”. Isso se desdobra no tema “improviso”(1), que se apresenta no trecho “como o produtor cultural não é o único profissional na cadeia de produção da cultura, temos uma situação de eterno improviso nas mais variadas situações”.

Finalizando a primeira árvore temática, surgiu “melhor definição de estrutura organizacional” (3), em trechos como “organizacionalmente, os setores precisam ter divisões mais demarcadas, para que não haja confusão nas formas de atuação”; e “vejo a necessidade de definir melhor o organograma de cada setor”. Assim, entende-se que a comissão responsável pela Política Cultural da UFAL considera que a organização administrativa da universidade precisa de ajustes que proporcionem uma melhor atuação cultural. Entre as melhorias sugeridas, destacam-se as que impactam mais diretamente nos servidores, como a ampliação do quadro de pessoal, a diversificação de cargos, melhor definição de papéis. Essa percepção em relação ao quadro de servidores também pode ser colhida nos outros temas que surgiram.

A árvore temática “gestão cultural da universidade” (3) se desdobrou em diversos outros temas conexos. O tema “condições de atuação não ideais” (3) foi captado nos trechos “estamos muito aquém do ideal para que a atuação do servidor técnico, docente ou bolsista possa se dar de forma adequada”; “a equipe é muito qualificada, mas, pela falta desse entendimento do papel da produção cultural dentro da UFAL, muitas vezes fica engessada”; e “buscamos dar esse suporte, ainda que muitas vezes longe de condição que seria ideal”.

Outro tema ligado à gestão cultural na universidade foi o da “falta de clareza sobre a gestão cultural” (1), que se desdobrou em “dificuldade de unificar discursos” (1); e “cultura

como subcategoria da Extensão” (1), como se observa no trecho de resposta “não há clareza do que seria de fato a gestão cultural, prevalecendo ainda a ideia de cultura como uma categoria subordinada à Extensão”.

A “relação da PROEX com a cultura” (1), foi um tema trabalhado na árvore temática da gestão cultural da universidade. Surgiu como tema conexo o “desequilíbrio regional das ações de extensão” (1), que se desdobrou em “dificuldade de interiorizar as ações” (2); e “especificidades dos campi e Unidades do interior” (1), que podem ser observados em trechos como “Há um desequilíbrio regional das ações de extensão”; “o respeito aos fazeres de cada região alagoana implica a premissa da UFAL se colocar enquanto entidade formadora social”; “Ainda que houvesse mais profissionais, como estariam concentradas/os geograficamente em Maceió, poderia se perder um pouco das especificidades dos *campi* e Unidades fora de sede do interior de Alagoas”.

Como um tema próximo a essa questão da atuação cultural da UFAL em todo o estado, surge o tema da “centralização e descentralização da gestão cultural” (1), presente no trecho “a centralização em uma única da Pró-Reitoria ajuda na construção de uma política. Por outro lado, vejo problemas quando a descentralização da política setorial não possa ser realizada, haja visto a atuação da PROEX em todo o estado”.

Ainda no ramo da “relação da PROEX com a cultura”, é citado o tema “equipamentos culturais” (1), que se desdobra num tema específico, os “equipamentos culturais de música” (1), que se ramifica em “produção musical” (2); “diferença entre Produção musical e produção cultural” (1); “carência de servidores para produção musical” (1); e “falta de conhecimento em música erudita do quadro de servidores” (1). Esses temas são trazidos em trechos como: “A produção musical é algo bem diferente de grande parte da produção cultural, a coisa fica ainda mais complexa quando tratamos da música erudita. Sinto muita falta dessa *expertise*”; e “nenhum técnico entende aspectos relacionados à partitura de forma mais complexa. Dessa forma, a produção musical fica superficial, tratando apenas de parte dos aspectos da produção, justamente pela falta de conhecimento”.

O tema “Projetos culturais da UFAL” se desdobrou em “aproximação da comunidade universitária”, ambos com uma menção, no trecho de resposta: “os projetos buscam aproximar a comunidade universitária das produções da UFAL”.

Em relação ao tema “produção cultural” (4), os temas conexos se desdobraram em: “boa qualificação da equipe” (1); “aumento do contingente de produtores culturais”(1);

“suporte da produção à gestão cultural”(1); “cobrança por organização da cultura na UFAL”(1); e “proposição de atividades formativas”(1), observados em trechos como: “O contingente de produtores culturais aumentou consideravelmente: um ponto positivo para a UFAL”; “Na gestão cultural da universidade, o suporte que tem sido solicitado à produção (setor) tem sido atendido”; “avalio que há uma influência direta (dos produtores culturais), pois são esses servidores que demandam e cobram uma organização da cultura na Universidade”; e “o grupo de produtores/as culturais da Ufal tem atuado de forma bastante proativa, com a proposição de atividades formativas sobre o fazer cultural”.

O tema “confusão entre os papéis da PROEX e CAC” (1) dá origem a “falta de entendimento do papel da produção cultural” (1) e “necessidade de aprimorar a comunicação” (1), que se ramifica em “fazer conhecer o papel da CAC na comunidade universitária” (1), observados em trechos como “Entendo que os papéis da Pró-Reitoria e da CAC ainda se confundem muito”; “vejo a necessidade de estreitar a comunicação e definir melhor o organograma de cada setor, aliado a uma campanha de divulgação do que é e o que a faz a CAC entre a comunidade universitária”.

Para encerrar essa segunda árvore temática, tem-se o tema “condições para desempenho de funções” (1), que se desdobra em “criação de função de gerenciamento da produção cultural”(1) e “necessidade de investimento em capacitação”(1).

A terceira e última árvore temática do Eixo 3 tratou da “comissão de elaboração da minuta” (2) e teve como temas conexos a “restrição da comissão”(1), que comportou os subtemas “ausência de servidores das Unidades Acadêmicas” (1) e “ausência de mais cargos ligados à cultura” (1), observadas nos trechos: “a comissão acabou ficando restrita, num primeiro momento, a pessoas da gestão da UFAL e a produtoras/es culturais”; “senti falta de profissionais que estivessem ligados às Unidades Acadêmicas”; e “acredito que outros cargos ligados à cultura deveriam ter feito parte da comissão”.

Outro ramo dessa temática da comissão foi o tema dos “processos ao longo do tempo na UFAL” (1), que se desdobrou em “participação da Produção Cultural na formalização da Política Cultural” (2), observados nos trechos “a coluna vertebral do instrumento de Política Cultural teve participação intensa da Produção Cultural”; e “avalio que o grupo de produtores e produtoras é muito proativo, seja na atitude de gestar uma proposta de estabelecimento da Política Cultural da Universidade ou na participação e proposição de eventos”.

Observando os temas trabalhados e analisando o conteúdo das respostas dadas por pessoas integrantes da comissão responsável pela formalização da Política Cultural da UFAL, pode-se dizer que, no tocante aos significados envolvidos nesse processo, destaca-se que a Política Cultural da UFAL é considerada uma etapa de um processo de reconhecimento e valorização institucional da cultura como área de atuação da universidade. Pode-se dizer que ela significa uma declaração de reconhecimento da própria UFAL enquanto instituição cultural.

Trata-se de um processo construído de forma cumulativa ao longo da história da instituição, que guarda particularidades, mas não é endógeno, não se resume aos seus muros e organogramas, às concepções teóricas de seus próprios atores, mas que busca se abrir para a sociedade, à procura de referências em organizações pares, no setor cultural não somente do seu entorno, mas do contexto nacional. Não por acaso, a comissão considerou como traço marcante desse processo os esforços para criar mecanismos de participação social, atendendo, assim, a um valor institucionalizado do campo, que já vinha sendo trabalhado nos editais do MinC, nas outras universidades e assimilado na participação em fóruns e outros espaços de troca. Pela linha do tempo e as ações realizadas, pode-se comprovar que esse foi um trabalho realmente desenvolvido pelo grupo.

A preocupação em abrir o processo para a sociedade acontece especialmente em busca de legitimidade, de aceitação da sua comunidade universitária, também em busca do prestígio social que reforce o papel de referência da UFAL diante de um campo em construção. Rubim e Rocha (2021) lembram que a sobrevivência da universidade, depende dessa legitimidade. Nesse sentido, sendo um processo essencialmente aberto, o contexto ganhou destaque na formalização da Política Cultural da UFAL.

As pressões isomórficas são naturais nos processos de transformação organizacional e ficam evidentes no processo de formalização da Política Cultural da UFAL quando o FORCULT é um dos temas mais citados como influência nessa construção (isomorfismo normativo); quando a própria minuta busca atender requisitos para participar de eventuais editais de financiamento (isomorfismo coercitivo); quando adota modelos já experimentados em outras universidades como referência para tentar resolver questões como a do financiamento das ações culturais, por exemplo (isomorfismo mimético).

O que ficou marcante no eixo das influências é que se considerou o contexto local, os processos internos ao longo dos anos, mas principalmente um contexto nacional,

experimentado por outras universidades e pelo setor da cultura como um todo, influenciado por políticas públicas de cultura não necessariamente direcionadas especificamente ao contexto universitário. Isso pode ser deduzido quando fatores como a “retomada do MinC” e o “PNC” são trazidos para a lista de temas considerados pela comissão nesse processo.

No eixo da organização da UFAL para a atuação cultural, entende-se que a comissão considerou alguns problemas, tanto de concepção – como na questão da relação da cultura com a extensão e na falta de clareza sobre gestão cultural – como de organização e estruturação para essa atuação, já que há problemas apontados no quadro de pessoal e em relação às definições de papel.

Percebe-se que houve, também, preocupações de ordem mais prática, que buscaram soluções para problemas do dia a dia, mirando um aperfeiçoamento da gestão cultural da universidade, embora haja também a noção de que a Política Cultural, por si só, não será o suficiente para transformar a atuação cultural da UFAL. Nesse sentido, é importante lembrar que a comissão considera a Política Cultural como um passo no sentido do reconhecimento da cultura como área de atuação da universidade, um passo que busca legitimidade perante a comunidade universitária e sociedade em geral.

6.4. A POLÍTICA CULTURAL DA UFAL E O CAMPO DAS POLÍTICAS CULTURAIS

O principal propósito desta pesquisa é analisar o processo de formalização da Política Cultural da UFAL e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. Para isso, entendeu-se necessário descrever o estado de **estruturação do campo organizacional das políticas públicas de cultura no Brasil**, identificando os fatores institucionais formais (legislação, normas, políticas e diretrizes) e informais (crenças, ideologias, valores) do campo das políticas públicas de cultura no Brasil ao longo de sua trajetória histórica.

Assim, cumpre retomar que – tendo como referência principalmente os trabalhos de Rubim (2007b), Simões e Vieira (2009), e Lima, Ortellado e Souza (2013) – esta pesquisa identificou um desenho do campo das políticas públicas de cultura que o identifica como campo em (re)estruturação. Considerando os quatro elementos do processo de estruturação de um campo organizacional, estabelecidos por DiMaggio e Powell (2005), é possível reconhecer hoje: uma retomada da interação entre as organizações no campo; o ressurgimento

de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos, especialmente com a recriação do MinC e a perspectiva de fortalecimento do SNC; um aumento na carga de informação com a qual as organizações dentro do campo devem lidar; e o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes do campo de que as políticas públicas de cultura são um “negócio” comum a eles.

Esse desenho é traçado ao longo do **trajeto das políticas públicas de cultura no Brasil** desde seu surgimento até os dias de hoje, sem desconsiderar as ligações prévias e subjacentes entre cultura e política, o contexto de formação do Estado e da sociedade brasileira, com sua marca autoritária, violenta e elitista, considerando que a relação do Estado com a cultura é fundamental para definir o entendimento da cultura pela sociedade.

Percebe-se que a história das políticas públicas de cultura é marcada por um padrão em que governos autoritários acionam a cultura de forma centralizadora para exercer o controle do simbólico e fortalecer seus projetos políticos, em sintonia com valores das elites. Ao fim desses períodos autoritários, o mercado passa a preencher as ausências do Estado no campo. Há uma quebra desse padrão com as gestões Lula e Dilma, que ampliaram o conceito de cultura, com avanços significativos na estruturação do campo, que embora tenha sido atacado pelos governos Temer e Bolsonaro, numa deliberada tentativa de desarticulação das estruturas e instrumentos de gestão cultural, manteve pontos de resistência relevantes, como as universidades, com base nos **fatores formais e informais** institucionalizados no campo até então.

O período dos governos Lula e Dilma, nas primeiras décadas dos anos 2000, representou uma alteração profunda no campo, em que foram institucionalizados fatores informais como a diversidade; democracia cultural; a concepção de cultura como expressão simbólica, cidadã e econômica; a universalidade das políticas públicas de cultura; participação social; planejamento na gestão cultural; e outros. Além de fatores formais como o SNC; PNC; O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); Conselhos estaduais e municipais de cultura; as consultas públicas; o SIIC; e outros.

Esses fatores possibilitaram uma forte estruturação no período e permaneceram sustentando o campo mesmo diante dos ataques iniciados com o *impeachment* de Dilma Rousseff, acentuados no governo Bolsonaro – que, enquanto autoritário, não buscou centralizar as políticas públicas de cultura no Estado, como nos períodos Vargas e da ditadura militar, mas desmontar toda a estrutura democrática de gestão que havia se estabelecido no

campo. Apesar dos retrocessos do último governo, os fatores institucionalizados mantiveram o campo como certo grau de estruturação, embora numa dinâmica que impossibilitou o pleno desenvolvimento de políticas públicas para o setor, com redução de orçamento e de pessoal, e descontinuidade de programas e outras ações.

A recente posse do presidente Lula, em seu terceiro mandato, representa uma alternância de concepções e de atores do campo, numa sinalização de retomada de protagonismo do Estado na gestão de políticas públicas de cultura e de todo um arsenal simbólico que remete a colocação da cultura em posição privilegiada, diferente daquela de quando era alvo de desmonte e restrições do governo anterior.

O quadro sinótico (Quadro 1), além de buscar identificar e representar os fatores institucionais formais e informais de cada época, serviu para apresentar de forma resumida a trajetória da estruturação do campo das políticas públicas de cultura ao longo dos anos, trazendo uma breve descrição do que marcou o campo em cada período, revelando os atores com mais densidade de acordo com o momento. Identificar os fatores institucionais ao longo do histórico da estruturação do campo se tornou fundamental para entender os elementos que instigam ou inibem as interações entre as organizações, que influenciam a formação e manutenção de instituições. Paralelo a essa linha do tempo das políticas públicas de cultura no Brasil, o quadro também buscou registrar o **surgimento e desenvolvimento da instituição universitária no país em relação às questões culturais**, destacando suas interseções com o campo das políticas públicas de cultura, além de apresentar os fatores que influenciaram na sua manutenção enquanto ambiente de resistência a períodos de autoritarismo e desmonte institucional, a tendência de aprovação de Planos de Cultura e resoluções de Políticas Culturais de IPES, além do surgimento e fortalecimento de redes de troca entre os profissionais dessas instituições.

Com a realização do **mapeamento das Resoluções de Políticas Culturais das universidades federais brasileiras**, observou-se um número crescente de resoluções que estabelecem a Política Cultural de universidades federais, corroborando o que foi apurado na pesquisa bibliográfica: onze universidades federais (16,17%) possuem Política Cultural aprovada, a partir de 2012, e cinco (7,35%) estão em processo de elaboração.

Entende-se, assim, que as resoluções de Políticas Culturais é um tema pertinente também a outras universidades, o que implica em perceber que há similaridades nas questões

enfrentadas pelas organizações do campo das políticas públicas de cultura, o que está muito ligada à **homogeneização das organizações que pertencem a um mesmo campo**.

DiMaggio e Powell (2005) explicam que, no decorrer da estruturação dos campos organizacionais, há uma tendência inevitável de homogeneização entre as organizações. Isso porque essas organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional aumentam a amplitude de suas interações, o que faz surgir sistemas de significados comuns entre elas, estruturas de dominação e padrões de coalizão interorganizacionais, aumentando a carga de informações com que têm de lidar, desenvolvendo a conscientização de que estão envolvidas em um tema comum a todas. Pode-se perceber essa homogeneização acontecendo no campo das políticas públicas de cultura, e especificamente entre as universidades, em sintonia com as organizações do campo das políticas públicas de cultura no Brasil. E isso pode ser identificado, por exemplo, quando surge a tendência de se formular Planos de Cultura e Políticas Culturais para universidades a partir do Plano Nacional de Cultura; quando valores como a participação social e a diversidade cultural, tão institucionalizados no campo, passam a ser institucionalizados também na atuação cultural das universidades.

Ao olhar especificamente para a trajetória da formalização da **Política Cultural da UFAL**, pode-se perceber que fatores institucionais informais como: a ampliação do conceito de cultura na gestão de Gilberto Gil à frente do MinC; a democracia cultural e a diversidade; a participação social; a influência da profissionalização na cultura, a partir da chegada de profissionais como produtores culturais no quadro de servidores da universidade e da participação dos mesmos em fóruns nacionais como o FORCULT; a transversalidade da cultura; a ideia de que a gestão cultural deve contar com planejamento plurianual; a inclusão do termo Cultura no nome da PROEX; entre outros, surgem como marcas da participação da UFAL na estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil.

Do mesmo modo, fatores institucionais formais como: o PNC; SNC; Programa Mais Cultura nas Universidades; criação da CAC; concursos públicos para profissionais da cultura na UFAL; nascimento do FORCULT; instrumentos de implementação da participação social como a consulta pública; a publicação da Portaria GR 398/2020 da UFAL; a própria aprovação da resolução que estabelece a Política Cultural da UFAL; e outros, demonstram a interação da UFAL com o campo ao longo de sua trajetória de estruturação.

O passo seguinte para entender essa relação da Política Cultural da UFAL com o campo das políticas públicas de cultura no Brasil foi descrever por dentro o **processo de**

formalização da Política Cultural da UFAL e isso foi realizado considerando a estrutura da UFAL, seus organogramas e normativos, os acontecimentos indutores desse processo e questões como a orçamentária, da definição dos equipamentos culturais, dos procedimentos adotados na elaboração da minuta, entre outros.

Esse processo de formalização, apesar de guardar questões próprias e específicas da UFAL, não pode ser entendido como algo isolado. O levantamento realizado por esta pesquisa encontrou outras cinco universidades que estão em processo de formalização de suas resoluções de Política Cultural (UNIR, UNILA, UNIPAMPA, UFV e UFSB).

Nesse sentido, há evidente relação entre a Política Cultural da UFAL e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura do país. O campo das políticas públicas de cultura se estrutura com um compartilhamento de sistemas de significados comuns entre as organizações e atores integrantes do campo. As respostas ao questionário aberto confirmam que o processo de formalização da Política Cultural da UFAL explorou esses significados comuns, as referências são diversas, tanto formais (PNC; Constituição; FORCULT; FORPROEX; LDB; Mais Cultura nas Universidades; Resoluções de outras universidades; Retomada do MinC, entre outros) quanto informais (reconhecimento/valorização institucional da cultura; participação social; legitimidade; planejamento; concepção de cultura; e outros), mencionadas com destaque nas respostas da comissão responsável pela minuta.

Posto que uma organização sempre sofre influência e influencia outras organizações, adaptando-se e inspirando o contexto e o ambiente em que atua, o campo do qual faz parte (MEDEIROS; ALVES; FARAH, 2015), entende-se que a UFAL é um ator que participa do processo de estruturação do campo das políticas públicas de cultura, sendo a formalização de sua resolução de Política Cultural um indício dessa participação.

Vale lembrar que instituições são guias da ação na medida em que são legítimas, e são legítimas na medida em que são aceitas (JACOMETTI *et al.*, 2016). Para manter sua existência e relevância enquanto instituição, a UFAL busca legitimidade. A Política Cultural da UFAL tem entre suas funções estabelecer esse enlace com a sociedade. Como foi dito por um dos integrantes da comissão que a formulou: “A Política Cultural é apenas um marco legal do desejo da universidade em abrir-se à sociedade”. Um desejo que reafirma a universidade como ambiente importante para o fortalecimento cultural de sua comunidade e de toda a sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa partiu da suposição de que havia relação entre a formalização da Política Cultural da UFAL e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil, o que veio a se confirmar, com base na literatura, na pesquisa documental e por meio da aplicação de questionário com membros da comissão que redigiu o texto da resolução. O que parece óbvio e simples, no entanto, revelou um vasto e conectado universo, instigante como um quebra-cabeças que vai sendo montado e construindo uma imagem fascinante. Por mais que se tenha a noção de como essa imagem poderá se parecer ao final da empreitada, afinal de contas a suposição serviu como guia, há um elemento intrigante e uma sensação de descoberta nesse trabalho de juntar as peças. Não fosse assim, não se fariam quebra-cabeças.

Nesse sentido, a resolução dessa questão serviu não apenas para identificar que há uma relação entre a Política e o campo (o terceiro objetivo específico desta pesquisa), mas permitiu entender e qualificar essa relação, como se propôs no objetivo geral da pesquisa: “analisar o processo de formulação da Política Cultural da UFAL e sua relação com a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil”.

Pode-se dizer que o trabalho realizado neste estudo foi o de conectar, ligar a teoria e os dados colhidos ao que aconteceu na prática, buscando revelar a imagem de um momento que se entende importante para a Universidade Federal de Alagoas, a formalização de sua Política Cultural, um processo que igualmente conecta a UFAL a sua comunidade, a outras universidades e ao campo das políticas públicas de cultura do país.

Para verificar essa ligação com o contexto de outras universidades federais foi realizado o mapeamento das Políticas Culturais das universidades federais e, para entender a ligação com o campo das políticas públicas de cultura, foi necessário descrever a sua trajetória de estruturação, identificando os fatores institucionais formais (legislação, normas, políticas e diretrizes) e informais (crenças, ideologias, valores): o primeiro objetivo específico da pesquisa.

As universidades desempenham papel essencial no desenvolvimento cultural do local onde estão instaladas. Em Alagoas, diante de um quadro social com graves problemas, a atuação cultural da UFAL adquire relevância e a coloca em posição de referência. Nessa perspectiva, entende-se a busca por legitimidade diante da sua comunidade e da sociedade alagoana como um dos principais objetivos da Política Cultural da UFAL, além de também

representar uma busca por legitimar a UFAL entre as organizações do campo das políticas públicas de cultura.

Assim, a atuação cultural da UFAL não se dá alheia ao campo das políticas públicas de cultura. Enquanto universidade pública federal, submete-se a legislação e normativos do campo; busca se conformar a padrões e formatos que lhe possibilitem acessar recursos e legitimidade para desenvolver suas ações culturais; compartilha valores institucionalizados do campo; está sujeita às pressões isomórficas de todos os tipos.

A UFAL se conforma aos fatores formais (leis e contratos) e informais (decorrentes da observação de hábitos, costumes e valores) do campo das políticas públicas de cultura. Na dimensão formal, a UFAL adota estrutura administrativa da gestão cultural semelhante à da maioria das universidades; participa e segue deliberações de fóruns nacionais institucionalizados como o FORPROEX; participa de editais culturais como o do Programa Mais Cultura nas Universidades, por exemplo; firma instrumentos de convênios com secretarias de cultura; guia sua atuação cultural pelas diretrizes e princípios do PNC; segue os ODS da Unesco em suas ações extensionistas de cultura; entre outros.

Do mesmo modo, pauta-se por fatores informais como confiança, credibilidade e legitimidade, que estão ligadas a aspectos decorrentes de hábitos, valores e costumes, igualmente influentes e necessários para estabelecer relações entre as organizações do campo, mas especialmente por valores institucionalizados no campo das políticas públicas de cultura, como diversidade cultural, participação social, cultura enquanto direito universal, transversalidade da cultura, e todo um sistema de normas e conhecimentos das profissões envolvidas com o setor. Ou seja: a UFAL participa como ator no processo de estruturação do campo e não é só reflexo dele.

Assim, pode-se dizer que a Política Cultural da UFAL, embora justificada por questões práticas e específicas vivenciadas ao longo da história de atuação cultural da própria universidade, surge como resultado principalmente de pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura. A incerteza estimula a imitação. Quando as organizações estão submetidas a ambientes de incerteza e ambiguidade – como se pode configurar o período depois do *impeachment* de Dilma Rousseff para a cultura – buscam adotar práticas testadas e bem sucedidas em organizações similares. Nesse sentido, confirmou-se o segundo pressuposto da pesquisa: “pressões isomórficas do campo das políticas públicas de cultura no Brasil influenciaram o processo de formalização da Política Cultural da UFAL”.

Ao se descrever o processo de formalização da Política Cultural da UFAL – o segundo objetivo específico da pesquisa – confirmou-se que o processo sofreu influência de *pressões isomórficas normativas*, derivadas principalmente da profissionalização, considerando o peso da influência de profissionais da cultura das universidades nesse processo. DiMaggio e Powell (2005, p.79) definem profissionalização como “a luta coletiva de membros de uma profissão para definir as condições e os métodos de seu trabalho”, o que implica justamente na formação de “redes profissionais que perpassam as organizações e por meio das quais novos modelos são rapidamente difundidos” (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p.80). Assim, é importante destacar que o FORCULT surge como ator importante no campo, estimulando essa formalização de Políticas Culturais universitárias, e que esses documentos têm importância na consolidação do próprio FORCULT.

Do mesmo modo, houve *pressões isomórficas de ordem coercitiva* quando, por exemplo, o Programa Mais Cultura nas Universidades surge como um dos indutores dos debates sobre a necessidade de uma Política Cultural para a UFAL, que já prevê a adoção de instrumentos de gestão cultural como um Plano de Cultura.

É possível observar, também, *pressões isomórficas de ordem mimética*, quando se observa, por exemplo, que a comissão responsável pela formalização da minuta da Política Cultural da UFAL usou como referência a resolução da UFRN, uma organização com densidade na formalização de Políticas Culturais no contexto universitário.

Enquanto membro da comissão de formalização da Política Cultural da UFAL, o pesquisador pode acompanhar de perto os trâmites envolvidos na construção do texto da resolução. Vale destacar aqui a relevante experiência pessoal, em diversos aspectos, de participar de um processo coletivo e democrático como se mostrou a formalização da Política Cultural da UFAL. Especialmente nos tempos atuais, em que a intolerância e autoritarismo respiram a plenos pulmões na sociedade, revelou-se ainda mais importante que a comissão estivesse aberta ao diálogo, à participação, a ouvir e acolher opiniões e buscar construir um texto que representasse, da melhor forma possível, os anseios da coletividade, sem se fechar em si, buscando abrir-se para a sociedade. Isso não significou um processo sem atritos, pelo contrário: de forma civilizada, aconteceram divergências em diversos momentos. No entanto, a Física ensina que o atrito entre o pé e o chão possibilita o caminhar e, numa espécie de analogia, pode-se dizer que o atrito de opiniões fez o texto encaminhar para soluções que

buscaram atender a todas as partes e interesses. Pode-se dizer, então, que foi um interessante exercício democrático.

Esse processo de formalização da Política Cultural da UFAL até a sua aprovação pelo CONSUNI foi representado numa cartilha (o quarto objetivo específico da pesquisa), que consta no Apêndice A deste trabalho, e que busca explicar a formalização de forma simplificada para a sociedade em geral, constando aspectos sobre a universidade enquanto instituição cultural, a organização e atuação cultural da UFAL e breves considerações sobre políticas públicas de cultura no contexto universitário.

É importante destacar que os fatores institucionalizados do campo das políticas públicas de cultura serviram como obstáculo ao desmonte promovido pelo governo Bolsonaro na tentativa de desarticular estruturas e instrumentos de gestão cultural do país, e possibilitaram a resistência dos atores do campo, com especial realce para as universidades, que embora sob ataque, não se retraíram, mas avançaram na elaboração de novas Políticas Culturais e Planos de Cultura, na articulação e fortalecimento de redes profissionais como o FORCULT, além da manutenção de suas ações culturais.

Uma das limitações da pesquisa foi o cronograma exíguo, que não favoreceu o estudo. Prova disso é que a resolução que institui a Política Cultural da UFAL foi aprovada em agosto, durante a extensão da prorrogação do prazo para defesa deste trabalho. Teria sido interessante que o estudo tivesse tido tempo suficiente para poder avaliar o texto inicialmente proposto pela comissão e o texto finalmente aprovado pelo CONSUNI, as supressões e acréscimos sofridos, o que também pode ser realizado em estudos futuros.

Do mesmo modo, não foi possível ir a campo para comprovar o que se encontrou na literatura sobre a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no país, o que poderia dar maior substância às análises e ao estudo como um todo.

Também foi entendido como limitação o fato de que 19 universidades federais não retornaram os contatos para confirmar as informações encontradas em seus sites a respeito das Políticas e Planos de Cultura, revelando uma dificuldade metodológica para se aprofundar no subcampo das políticas de cultura das universidades. Não está entre os objetivos desta pesquisa estudar a estruturação desse subcampo, especialmente por demandar um aprofundamento maior e um alargamento do objeto, impossíveis de serem cumpridos no prazo determinado para esta pesquisa, mas entende-se essa tarefa como importante para ser desenvolvida em estudos futuros, pois possibilita compreender a dinâmica de interação entre

essas organizações, podendo fornecer informações que podem favorecer o desenvolvimento de redes de atuação, programas em parceria, editais conjuntos, além do aperfeiçoamento das Políticas e Planos de Cultura.

Uma rápida observação permite considerar que alguns fatores começam a ser institucionalizados nesse subcampo: o FORCULT, por exemplo, em processo de sedimentação enquanto estrutura de dominação, estabelecendo padrões de coalizão interorganizacionais entre as IPES; as resoluções de Políticas Culturais e Planos de Cultura, num processo de objetivação, visto que já fornecem subsídios para avaliações a respeito de suas continuidades, aumentando a carga de informações compartilhada por essas organizações.

Do mesmo modo, também se mostra interessante avaliar os diferentes graus de institucionalização da atuação cultural das universidades federais, que envolvam a avaliação das fases dos processos de habitualização, objetivação e sedimentação, de acordo com o modelo proposto por Tolbert e Zucker (1996). Assim, também surge como um tema interessante para ser abordado em estudos futuros o processo de institucionalização das ações culturais na UFAL.

Um outro ponto que merece atenção é que esta pesquisa verificou que a cultura está sob gestão de algum setor ligado à extensão em 83,82% das universidades federais, como é o caso específico da UFAL. Esse dado apresenta uma complexa relação entre cultura e extensão, que está atrelada a uma concepção de cultura muito associada às práticas extensionistas e não como uma atividade específica e de destaque nas universidades. Isso se revela um impasse, principalmente quando se observa questões relativas a estrutura, força de trabalho e orçamento. Nesta pesquisa, entende-se que essas questões precisam ser enfrentadas na UFAL, especialmente pela ausência de Ações Orçamentárias específicas para financiar ações culturais fora do escopo da extensão. Nem todas as possibilidades de atuação cultural da universidade se configuram como extensão, como é o caso de ações destinadas à própria universidade, sem envolvimento da comunidade externa, dessa forma não podem ser abarcadas por recursos da extensão, nem contam com Ação Orçamentária específica. Esse impasse mobiliza, assim, debates sobre as concepções de cultura e extensão e a resolução de Política Cultural, recentemente aprovada, pode ser considerada uma porta aberta para esses diálogos.

Assim, a Política Cultural das universidades e da UFAL se apresenta como um tema rico a ser pesquisado, com diversas possibilidades de abordagem e recorte. Será interessante que sejam realizados estudos no futuro para acompanhar a implementação e avaliação dessa Política Cultural. Nessa perspectiva, espera-se que esta pesquisa seja útil para fornecer dados que ajudem nessas investigações, e que as informações levantadas aqui possam ser úteis na formalização de Políticas Culturais e Planos Plurianuais de Cultura em diversas universidades, inclusive na UFAL. Que este quebra-cabeças aqui construído pela conexão de diversas outras peças possa contribuir de alguma forma no reconhecimento da dimensão cultural das instituições universitárias do país: este foi o desejo que guiou esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. de A.; ALVES, J.F.; HADERCHPEK, R.C.; ANDRADE JÚNIOR, L.; CRUZ, F.M.R.; CORADINI, L.; RAMOS, E.A.; RIBEIRO, I. da S. **Plano de cultura da UFRN: percursos, ações e resultados: 2015 – 2019**. Natal - RN: EDUFRN, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/27115> Acesso em: 27 ago. 2021.

ALVES, R. C. M. **A implementação do programa mais cultura nas universidades** [recurso eletrônico]. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.

ALVES, R. R.; CASTRO, C. C.; SOUTO, C. L. Processo de Institucionalização do Curso de Administração Pública a Distância em uma Universidade Federal. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, art. 2, p. 20-36, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/hzyYWsTXmv9XkYNxCxzcdmP/abstract/?lang=pt> Acesso em: 5 set. 2022.

ARAGÃO, R.C. **Itinerários da universidade no Brasil**. In: RUBIM, A.A.C. (coord.) *A ousadia da criação - universidade e cultura*. 2. ed. Salvador : EDUFBA, p. 13-44, 2016. Disponível em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20020/1/Ousadia-Criacao_RI.pdf Acesso em: 22 jan 2022.

ARRUDA, C. L. R. Política cultural para o ensino superior: considerações sobre Brasil. Colômbia e França. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/2894-2/> Acesso em: 09 abr. 2023.

ARRUDA, C. L. R. Políticas públicas de cultura na Educação Superior. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 14, n. 4, 2018. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3942>. Acesso em: 8 ago. 2022.

AZEVEDO, S. C. S. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Vol. 04, No. 07 | Jan. Jun, p. 317-339, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5896090> Acesso em 12 fev. 2022.

BARBALHO, A. **Identidade e diversidade sem diferença**. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/138>. Acesso em: 5 set. 2022.

BARBALHO, A. **Política Cultural**. Coleção Política e Gestão Culturais. Salvador: Secretaria de Estado da Cultura da Bahia. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 LDA/Almedina Brasil, 2016.

BATISTA, L. dos S.; KUMADA, K. M. O. Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. **Revista Brasileira de Iniciação Científica (RBIC)**, [S. l.], volume 8 - publicação contínua, p. e021029, p.1-17, 2021. Disponível em: periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rbic/article/view/113/235 Acesso em: 8 ago. 2022.

BORGES, J.; AMORIM, S. Participação social e institucionalização de políticas setoriais de cultura no Rio de Janeiro. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 190–210, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/33464>. Acesso em: 12 jun. 2022.

BOTELHO, I. A política cultural e o plano das ideias. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <https://cult.ufba.br/wordpress/biblioteca/trabalhos-apresentados-no-enecult/terceira-edicao-%e2%80%93-2007/> Acesso em: 07 abr. 2023.

BOTELHO, I. Cultura e universidade: reconstruindo as trajetórias dos diálogos institucionais. In: CALABRE, L. (org.). **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

BOTELHO, I. **Cultura e universidade: uma relação indissociável**. In: GOBIRA, P.; ROLLA, M. P.; SILVEIRA, Y. S.; LEMOS, F. (Orgs). Refletindo sobre a cultura – Política cultural, memória e universidade. Belo Horizonte: EdUEMG, p.70-83, 2017. Disponível em: <https://editora.uemg.br/component/k2/item/101-refletindo-sobre-a-cultura> Acesso em: 07 abr. 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultura** São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

BRASIL. **Portaria Interministerial MinC/MEC nº 18, de 18 de dezembro de 2013.** Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura. Brasília, 2013.

BRASIL. **Edital nº 30, de 7 de outubro de 2014.** Mais Cultura nas Universidades. Diário Oficial da União, Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, n. 194, 8 out. 2014. Seção 3, p. 57-62.

BRASIL. **Portaria Ministerial MinC nº 37, de 5 de maio de 2016.** Institui o Programa Nacional de Formação Artística e Cultural – PRONFAC. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC).** Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: http://cnpc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/3/2017/11/EBOOK_PNC_28_01_19_final-AVALIA%C3%87%C3%83O-PNC.pdf Acesso em: 22 jan. 2022.

BRUNOZI JÚNIOR, A. C.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V.; KRONBAUER, C. A.; DEBOÇÃ, L. P. Fatores institucionais determinantes nas relações interorganizacionais: o caso da Rede Educar. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 23, n. 1, p. 97-120. 2016. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/669> Acesso em 27 mai 2023.

CALABRE, L. **Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas.** In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/138>. Acesso em: 5 set. 2022.

CALABRE, L. História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia. **Escritos**, n. 7, p.323-345, 2013. Disponível em: <http://escritos.rb.gov.br/numero07/artigo12.php>. Acesso em 5 set. 2022.

CALABRE, L. Política Cultural em tempos de democracia a Era Lula. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], número 58, p. 137-156, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82392>. Acesso em: 5 set. 2022.

CALABRE, L. **Direito à participação e o campo das políticas culturais.** In: GOBIRA, P.; ROLLA, M. P.; SILVEIRA, Y. S.; LEMOS, F. (Orgs). Refletindo sobre a cultura – Política cultural, memória e universidade. Belo Horizonte: EdUEMG, p.46-69, 2017. Disponível em: <https://editora.uemg.br/component/k2/item/101-refletindo-sobre-a-cultura> Acesso em: 07 abr. 2023.

CALABRE, L. A arte e a cultura em tempos de pandemia: os vários vírus que nos assolam. **Extraprensa**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 7 – 21, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/170903>. Acesso em: 09 jan. 2023.

CALABRE, L.; BARROS, J. M. Apresentação. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], volume 12, número 2, p. 1–12, 2019. DOI: 10.9771/pcr.v12i2.33713. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/33713>. Acesso em: 27 ago. 2021.

CARVALHO, C.; GOULART, S. Formalismo no processo de institucionalização das bibliotecas universitárias. **Revista de Administração Pública**, v. 37, n. 4, p. 921-938, 2003. Disponível em: <https://tinyurl.com/formalismobibliotecas> Acesso em 3 set 2022.

CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações**: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F. (Org.) *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. p.23-40 Recife: EDUFEPE, 2003.

CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F.; GOULART, S.M. A trajetória conservadora da Teoria Institucional. **GESTÃO.Org**. Vol. 10, Número especial, p. 469 – 496, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21893> Acesso em: 12 ago. 2022.

CERQUEIRA, F. A. O conceito de cultura no contexto da gestão de políticas para o setor nas Instituições de Ensino Superior. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 15., 2019, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

CERQUEIRA, F. A. Avanços na gestão da cultura nas universidades e o papel dos servidores técnico administrativos na constituição do Forcult In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/edicao-2021-xvii-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

CERRETI, C. C.; BEZERRA, T. G. O programa mais cultura nas universidades como exemplo intersetorial de política pública entre cultura e educação. **Interfaces Científicas - Educação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 29–40, 2016. DOI: 10.17564/2316-3828.2016v5n1p29-40. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/2465>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CESNIK, F. de S. *Guia do Incentivo à Cultura*. São Paulo: Editora Manole, 2012.

CHAERKI, K. F.; RIBEIRO, G.; FERREIRA, J. M. Uma introdução à teoria institucional do ponto de vista sociológico. **Caderno de Administração**, v. 27, n. 1, p. 62-91, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v27i1.48409> Acesso em: 5 set. 2022.

CHAUI, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**. Dossiê Cultura Popular. Volume 9, número 23. p. 71-84. Abr 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>. Acesso em: 5 set. 2022.

CHAUI, M. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHAUI, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación: Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**. Ano 1, n. 1 (jun. 2008). Buenos Aires: CLACSO, p. 53-76, 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf> Acesso em: 03 jan, 2023.

CHECHI, L.A.; GRISA, C. Abordagens institucionalistas e as contribuições na análise de políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, vol. 23, núm. 2, p. 735-753, 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13087> Acesso em 12 jun 2022.

CID, G.; DOMINGUES, J.; PAULA, L. de. “Gestor-auditor”: A retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 48, n. 1, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/41768/27410>. Acesso em: 05 set. 2022.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CONCEIÇÃO, O.A.C. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? **Análise Econômica**, [S. l.], v. 19, n. 36, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/AnaliseEconomica/article/view/10664>. Acesso em: 10 ago. 2022.

COSTA, F. 21% das federais possuem uma política cultural. **Jornal da Universidade - UFRGS**, Porto Alegre, 2 de julho de 2019. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mapa-das-politicas-culturais/> Acesso em: 04 jul 2022.

COSTA, L.; ROCHA, R. Estudos em políticas culturais: passado, presente e futuro?. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 159-179, 2021. DOI: 10.11606/extraprensa2021.185417. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/185417>. Acesso em: 27 dez. 2022.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: Ensaio sobre ideias e formas. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CRUVINEL, F. M. Editorial - Dossiê Cultura e Universidade. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/71089>. Acesso em: 5 set. 2022.

CUNTO, J. M.; JACOBINI, J. P. R.; AÑEZ, M. E. M.; OLIVEIRA, P. W. S. Institucionalização da nova gestão pública no Ministério Público do RN. **Revista Raunp**, volume 6, número 2, abril/setembro de 2014, p. 67-76. Disponível em: <https://repositorio.unp.br/index.php/raunp/article/view/699> Acesso em: 5 set. 2022.

DELLAGNELO, E. H. L.; SALLES, H. K.; SILVA, R. C. **O processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e a estruturação do campo das Políticas Culturais no Brasil**. In: BARROS, J. M.; COSTA, K. M. S. (Org.). Planos Municipais de Cultura: reflexões e experiências. 1. ed. Belo Horizonte: EdUEMG, 2019. p.45-75. Disponível em: https://d63f6b44-00f3-4150-a0d3-61f6465ae6f7.filesusr.com/ugd/a473da_861c11e54117417983af68cdf7b23942.pdf. Acesso em 01 mai 2022.

DIAS, C. G. O Tratamento da Cultura no Brasil e sua Institucionalização: marketing cultural e políticas culturais como processos de formação de Estado (1985-2013). **Revista Antropológicas** v. 26, n. 2., Recife: UFPE. p.55-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23969> Acesso em: 22 jan. 2023.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37123>. Acesso em: 2 mai. 2022.

DOARTE, L. C.; TKAC, F. A. Na Letra, na Boca e na Mira: uma análise da política cultural patrimonial do governo Bolsonaro. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 13., Recife, 2020. **Anais Eletrônicos...** Recife: Associação Nacional de História/Seção PE, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.pe.anpuh.org/resources/anais/22/anpuh-pe-eeh2020/1600813738_ARQUIVO_4b656d23e87449e4fe608f75c1df360b.pdf

DUMAS, C.; VASCONCELOS, F. P. Impacto das guerras culturais no financiamento à cultura. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 12., Salvador, 2021. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-568/132342.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

FORCULT. **Regimento do Fórum de Gestão Cultural das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras** - FORCULT. 2020.

FREITAS, S.; TARGINO, J.; GRANATO, L. A política cultural e o governo Bolsonaro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 1, p. 219-239, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231672>. Acesso em: 06 jul 2022.

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL 2022. **Relatório final**. Brasília, 2022.

GARCÍA CANCLINI, N. **Políticas culturais e crise de desenvolvimento**: um balanço latino-americano In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (Orgs.) **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões** / Néstor García Canclini. Salvador : EDUFBA, 2019, p.45-86.

GODIN, F. de S.; JOHANN, R. C. Neoliberalismo e universidade pública: reflexões acerca da desvalorização do ensino superior público. **Aurora**. V. 14, n. 1, p. 85-100. Marília:Unesp, 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/11829> Acesso em: 29 jan. 2023.

GOMES, E. E. O lugar da cultura na educação: desafios para a extensão universitária brasileira. **BARBAQUÁ**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 33–40, 2017. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/barbaqua/article/view/1550>. Acesso em: 31 maio. 2022.

GUIMARÃES, B. C. Concentração cultural: por que podemos dizer que, no Brasil, o investimento na Cultura está mais concentrado que o PIB? **Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 412-426, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020.2v25n2p412>. Acesso em: 5 set. 2022

HALL, P.A.; TAYLOR, R.C.R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, número 58, p. 193 - 223. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010> Acesso em 12 jun 2022.

HODGSON, G. M. What Are Institutions? **Journal of economic issues** Vol. XL No. 1, 2006, p. 1-25. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4228221> Acesso em 5 set 2022.

JACOMETTI, M.; CASTRO, M. de; GONÇALVES, S. A.; COSTA, M. C. Análise de efetividade das políticas públicas de Arranjo Produtivo Local para o desenvolvimento local a partir da teoria institucional. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 50(3). p. 425-454, maio/jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612142712> Acesso 22 fev 2022.

LEVINO, S. de S. A. Um olhar sobre os desafios e as perspectivas da produção cultural no contexto das universidades públicas da região Norte. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/edicao-2021-xvii-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

LIMA, L. P. B.; ORTELLADO, P.; SOUZA, V. O que são as políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS, 4., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: <https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/o-que-sao-as-politicas-culturais.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MACHADO-DA-SILVA, C.L.; GUARIDO FILHO, E.R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva de estruturação. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, edição especial (10), p. 159-196, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/7yW5wQSFLH7TGn7Gfbbpqq/?lang=pt> Acesso em: 5 set 2022.

MARQUES, T. A. **Análise do Programa Mais Cultura nas Universidades: política e gestão cultural em Instituições de Ensino Superior da Bahia.** Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. Salvador, p.155. 2018

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**. v. 30, n. 106, p. 15-35, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/RKsKcwFYc6QVFBHy4nvJzHt/> Acesso em: 23 jun. 2023.

MATA-MACHADO, B. N. Política cultural em tempos sombrios. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 11, 2020, Rio de Janeiro. **Anais...** CALABRE, L.; ZIMBRÃO, A.; DOMINGUES, A. (Orgs.) Divinópolis: Meus Ritmos Editora, p.232-241, 2021.

MATTOS, A. L. R. de R. **Radicalismo de esquerda e anticomunismo radical: a união nacional dos estudantes entre 1945 e 1964.** 2013. 403 f. Dissertação. (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93354> Acesso em 28 mai 2023.

MEDEIROS, A.K.; ALVES, M.A.; FARAH, M.F.S. Programa Cultura Viva e o campo organizacional da cultura: análise de políticas públicas pela perspectiva institucionalista. **Rev. Adm. Pública**, número 49 (5), p. 1215 - 1235, setembro-outubro de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/m5vFsC9sszDzx6yCLZZ3ynr/?lang=pt> Acesso em 12 jun 2022.

MEIRA, M.; GAZZINELLI, G. **O Sistema Nacional de Cultura**. In: CALABRE, L. (Org.) *Oficinas do Sistema Nacional de Cultura*. p. 11-26. Brasília: Ministério da Cultura (Brasil), 2006.

MENCARELLI, F. O Forcult e as políticas culturais nas Instituições Públicas de Ensino Superior: uma memória. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/edicao-2021-xvii-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

MENCARELLI, F.; COELHO, M.D. (org.) **Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6836/1/FORCULT.pdf> Acesso em: 06 jul 2022.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 14. p.131-150, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/SjbNJRqbdcVKtgLrFskfxLJ/?lang=pt> Acesso em 09 abr 2023.

MOLINA, A. J. Gestão da Cultura em Instituições de Ensino Superior: perspectivas e desafios na implementação de uma política cultural no contexto das IES brasileiras. **Revista de Educação Popular**, [S. 1.], p. 87–99, 2019. DOI: 10.14393/REP-v0n00-49019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49019>. Acesso em: 6 jul. 2022.

MOTA, T.; MOREIRA, O. Política Cultural no Brasil: retrocessos, resistência e reexistência. **Políticas Culturais em Revista**. v. 12 n. 2 : Dossiê - Políticas Culturais e Democracia. p. 34-49. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/32594>. Acesso em: 2 jul. 2022.

MOTTA, R.P.S. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Ciência e Cultura**. vol.66 nº 4. São Paulo, p. 21-26, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252014000400010>. Acesso em: 07 mai. 2023.

NUNES, P. Proposta e avaliação de um Corredor Cultural para o ensino superior do sudeste brasileiro: novas interfaces entre cultura, educação e extensão universitária. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, p. 18–29, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/44545>. Acesso em: 7 jan. 2023.

NUNES, P. Diagnóstico da gestão cultural em Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. **Revista de Educação Popular**, v.19, n.2. Uberlândia:UFU, p. 157-175, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/57104> Acesso em 22 ago 2022.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão: UFG, 2011.

PALMA FILHO, J. C. **A Educação Brasileira no Período de 1930 a 1960: a Era Vargas** In: PALMA FILHO, J. C.(Org.) Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara. Editora, 2005 – p.61-74. Disponível em <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/107> Acesso em 25 mai. 2023

PEREIRA, F. A. de M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em contexto**, Ano 8, n. 16, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/OC/article/view/3396> Acesso em: 5 set. 2022.

PICCOLI, C. E.; FERREIRA, A. C. de S.; SIQUEIRA J. R. M. de. Avaliação de Políticas Públicas Culturais – Modelo de Análise da Efetividade da Lei de Incentivo à Cultura. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p.166-184, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/40970>. Acesso em: 29 jan. 2022

POZZER, M. R. O.; LEON, L. E. T. de. Cultura e extensão universitária: dez anos da tentativa de institucionalização de uma política pública no âmbito do Ministério da Cultura. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p.73–86, 2019. DOI: 10.14393/REP-v0n02019-45222. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/45222>. Acesso em: 6 jul. 2022.

REIS, A. D. **Ministério com Cultura**: Gestão Gilberto Gil (2003 - 2008). Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 242 p. 2020. Acesso em 08 jan. 2023.

REIS, P. F. dos. **Plano Nacional de Cultura**: estratégias e ações para dez anos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). Políticas culturais no governo Lula. Salvador: Edufba, 2010. p.49-66. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/525>. Acesso em: 5 set 2022.

REIS, C. Z. T.; OLIVEIRA, A. R. de; SILVEIRA, S. de F. R.; CUNHA, N. R. da S. Modelo orçamentário das universidades federais: fatores motivadores e inibidores de sua institucionalização. **Revista de Administração da UFSM**, [S. l.], v. 10, n. 6, p. 1081–1100, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/15720>. Acesso em: 5 set. 2022.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão De Investigação e Evidência Científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/psd/v15n3/v15n3a09.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora Caminhos, 2021.

ROCHA, R. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 674–703, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/16765>. Acesso em: 27 dez. 2022.

RODRIGUES, A. C. Q. Universidade e produtores culturais: o técnico realizador. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 17., 2021, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2021. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/edicao-2021-xvii-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Orgs.). Políticas culturais no Brasil. Salvador: Edufba, 2007a. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/138>. Acesso em: 5 set. 2022.

RUBIM, A. A. C. Políticas Culturais entre o possível e o impossível. **O público e o privado**, vol. 5, número 9, p. 33 - 47, jan-jun 2007b. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2358>. Acesso em: 15 jan 2023.

RUBIM, A. A. C. **Políticas Culturais no Governo Lula**. IN RUBIM, A. A. C. (Org.) Políticas Culturais no Governo Lula. Salvador: EDUFBA. p.9-24. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/525> Acesso em: 08 jan. 2023.

RUBIM, A. A. C. **Políticas culturais no Brasil**: passado e presente In: RUBIM, A.A.C.; ROCHA, R. (Orgs.). Salvador: Políticas Culturais. Edufba, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/7661> Acesso em: 27 dez. 2022.

RUBIM, A.A.C. **Dilemas culturais da universidade na atualidade**. IN RUBIM, A.A.C. (Coord.) A ousadia da criação: universidade e cultura. Salvador: EDUFBA. p. 147-164. 2016. Disponível em https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/20020/1/Ousadia-Criacao_RI.pdf Acesso em: 22 jan 2022.

RUBIM, A. A. C. Desafios e dilemas da institucionalidade cultural no Brasil. **MATRIZES**, volume 11, n 2, 57-77. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/123379> Acesso em: 5 set. 2022.

RUBIM, A.A.C. Universidade, cultura e políticas culturais. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 6–17, 2019a. DOI: 10.14393/REP-v0n00-49021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 6 jul. 2022.

RUBIM, A.A.C. Uma visita aos conceitos de políticas culturais na América Latina. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 260-283. 2019b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/pcr.v12i1.28779> Acesso em 30 abr. 2022

RUBIM, A. A. C. La acción político - cultural de la administración Messias Bolsonaro. **Alteridades**, v. 30, n. 60, p. 9-20, 2020. Disponível em: www.doi.org/10.24275/uam/izt/dcsh/alt/2020v30n60/Canelas. Acesso em: 05 set. 2022

RUBIM, A. A. C.; ROCHA, S. C. Mapeamento para Política Cultural na UFBA. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.69054. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/69054>. Acesso em: 8 ago. 2022.

RUBIM, A. A. C.; RUBIM, L. S. O. Televisão e políticas culturais no Brasil. **Revista USP**, [S. l.], n. 61, p. 16-29, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13314>. Acesso em: 7 mai. 2023.

SANTOS, D. H. M.; PARISI, C.; SLAVOV, T. N. B.; RUSSO, P. T. Avaliação da institucionalização do orçamento em uma instituição de ensino superior de tendência confessional religiosa. **Revista Universo Contábil**, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 88-108, 2022. Disponível em: <https://bu.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/9239>. Acesso em: 5 set. 2022.

SANTOS, J. S. Os usos das instituições culturais na ditadura civil-militar brasileira: As políticas culturais e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional como instrumentos de fortalecimento estatal. **Revista SURES**; v. 1 n. 13, p. 62-70, 2019. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/view/1816/1812> Acesso em 17 jul 2022.

SANTOS, A. C. V. G. Política cultural ou cultura para fins políticos? Instrumentalização da cultura no Estado Novo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 11, 2020, Rio de Janeiro. **Anais...** CALABRE, L.; ZIMBRÃO, A.; DOMINGUES, A. (Orgs.) Divinópolis: Meus Ritmos Editora, p.142-151, 2021.

SARRETA, C. R. L. O direito à Cultura como fundamental: considerações em relação à aplicabilidade da Lei Rouanet. **Revista Brasileira de Direitos e Garantias Fundamentais**. Volume 2, número 1. p. 297-317, 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/garantiasfundamentais/article/view/913>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP**, [S. l.], volume 17, número 2, p. 11-41 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/41889>. Acesso em: 16 set. 2022.

SIDONCHA, U. Reinventando a relação entre universidade e cultura. **Revista UFG**, Goiânia, v. 21, n. 27, p. 2-28, 2021. DOI: 10.5216/revufg.v21.70496. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/70496>. Acesso em: 8 ago. 2022.

SILVA, F. B.; ZIVIANI, P. O **Incrementalismo pós-constitucional e o enigma da desconstrução**: Uma análise das políticas culturais. IPEA. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9802/3/Td_2550.pdf Acesso em: 5 set. 2022.

SILVEIRA, L. B.; FERREIRA, P. A.; CABRAL, E. H. de S. Universidades e Desenvolvimento Sociocultural Local: um estudo sobre a atuação da UFLA na microrregião de Lavras, MG. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v.39, n.134, p.125-139, jan./jun. 2018, Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/894/1111> Acesso em: 23 abr. 2023.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A trajetória do campo organizacional da cultura no Brasil. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <https://cult.ufba.br/wordpress/biblioteca/trabalhos-apresentados-no-enecult/quinta-edicao-%e2%80%93-2009/> Acesso em: 15 jan. 2023.

SOTO, C.; CANEDO, D.; OLIVEIRA, G.; SALGADO J. **Políticas públicas de cultura**: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, A.A.C. (Org.) Políticas culturais no governo Lula, Editora EDUFBA: Salvador, p. 25-48, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/525>. Acesso em: 29 jan. 2022.

SOUZA, N. da S. O espaço de expressão do piano nas salas de concerto do complexo espaço cultural e escola técnica de artes da Ufal: um estudo a partir da iconografia da performance musical In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ICONOGRAFIA MUSICAL, 6., 2021, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2021. Disponível em: http://portaleventos.mus.ufba.br/index.php/CBIM_RIdIM-BR/6cbim2021/paper/view/344 Acesso em 05 mai. 2023.

SOUZA, A.S.A.; SEVERO, G. G. F.; CARVALHO, I. N. Cultura e Universidade: panorama das políticas e da gestão cultural nas IES públicas da Paraíba. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 15., Salvador. **Anais...** Salvador, 01-03 ago. 2019. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2019-xv-enecult/> Acesso em: 09 abr. 2023.

SOUZA, A.S.A.; BRAGA, E.M.; SEVERO, G. G. F.; MENDES, G. F.; CARVALHO, I. N. Cultura e universidade: a organização do campo cultural nas instituições públicas de ensino superior da Paraíba. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v.6, n.2 - 127, ago/dez, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26028> Acesso em: 29 abr 2023.

SOUZA, A. S. A.; ACCO, M. A. C. Políticas culturais nas universidades: a construção de uma agenda participativa e a derrocada autoritária. In: ENCONTROS DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 14., 2018, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <https://cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2018-xiv-enecult/> Acesso em: 22 abr. 2023. 2018

TOLBERT, P.S.; ZUCKER, L.G. **The Institutionalization of Institutional Theory** In: Clegg, S. R., Hardy, C., & Nord, W. R. (Eds.) *Handbook of organization studies*. Sage Publications, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Plano de Cultura**. 2015. Disponível em: <https://proext.ufba.br/sites/proext.ufba.br/files/plano-de-cultura-proext.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Pró-Reitoria de Extensão. Formulário de Inscrição da Proposta do Plano de Cultura Circuito Ufal de Arte e Cultura. Maceió: 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – Período 2019-2023**. Maceió: 2019. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/pdi-2019-2023> Acesso em: 30 abr 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Perfil socioeconômico e cultural dos(as) estudantes da UFAL** [recurso eletrônico]: coleção UFAL e políticas públicas de gestão na educação superior / Maceió : EDUFAL : Proest, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão 2022**. Maceió: 2023. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao/2022> Acesso em: 20 mai 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI. **Plano de Cultura da UFCA**, 2019. Disponível em: <https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2019/12/CONSUNI-UFCA-Resoluc%CC%A7a%CC%83o-59-2019-Plano-de-Cultura-09.07.19.pdf> Acesso em: 27 ago. 2021.

VIEIRA, M. M. F.; HOLANDA, L. O Campo do turismo no Recife: Uma perspectiva institucional. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*. Vol. 1, n. 1, p.1-20,

2006. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3616/1743> Acesso em: 14 jan 2023.

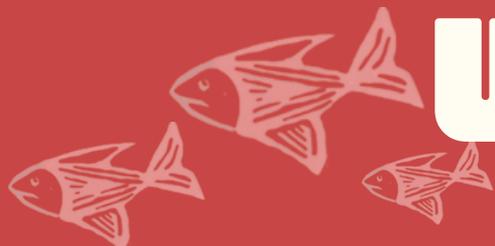
VIEIRA, M.M.F.; MISOCZKY, M.C. **Instituições e poder:** explorando a possibilidade de transferências conceituais In: CARVALHO, C.; VIEIRA, M.M.F. (Org.) Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. p.23-40 Recife: EDUFEPE, 2003.

VILAÇA, A. P.; CONCEIÇÃO, O. A. C. Conexões do pensamento de Celso Furtado com o institucionalismo vebleniano: hábitos, emulação e efeito-demonstração. **Nova Economia** [online]. 2021, volume 31, número 03, p. 929 - 954. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6444>. Acesso em: 17 ago. 2022

O processo de
formalização da



**POLÍTICA
CULTURAL DA
UFAL**



PRODUTO TÉCNICO



Cartilha "**O processo de formalização da Política Cultural da UFAL**" - Produto Técnico-Tecnológico apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Parte da dissertação: A Política Cultural da UFAL e a estruturação do campo das políticas públicas de cultura no Brasil

Autor: Diogo Oliveira Braz

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Gameiro Guimarães

FICHA TÉCNICA

Textos e diagramação: Diogo Oliveira Braz

Dados: Comissão para elaboração de uma proposta de minuta sobre a Política Cultural da UFAL (Portaria GR 398/2020); e Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores (SECS).

Ano de produção: 2023

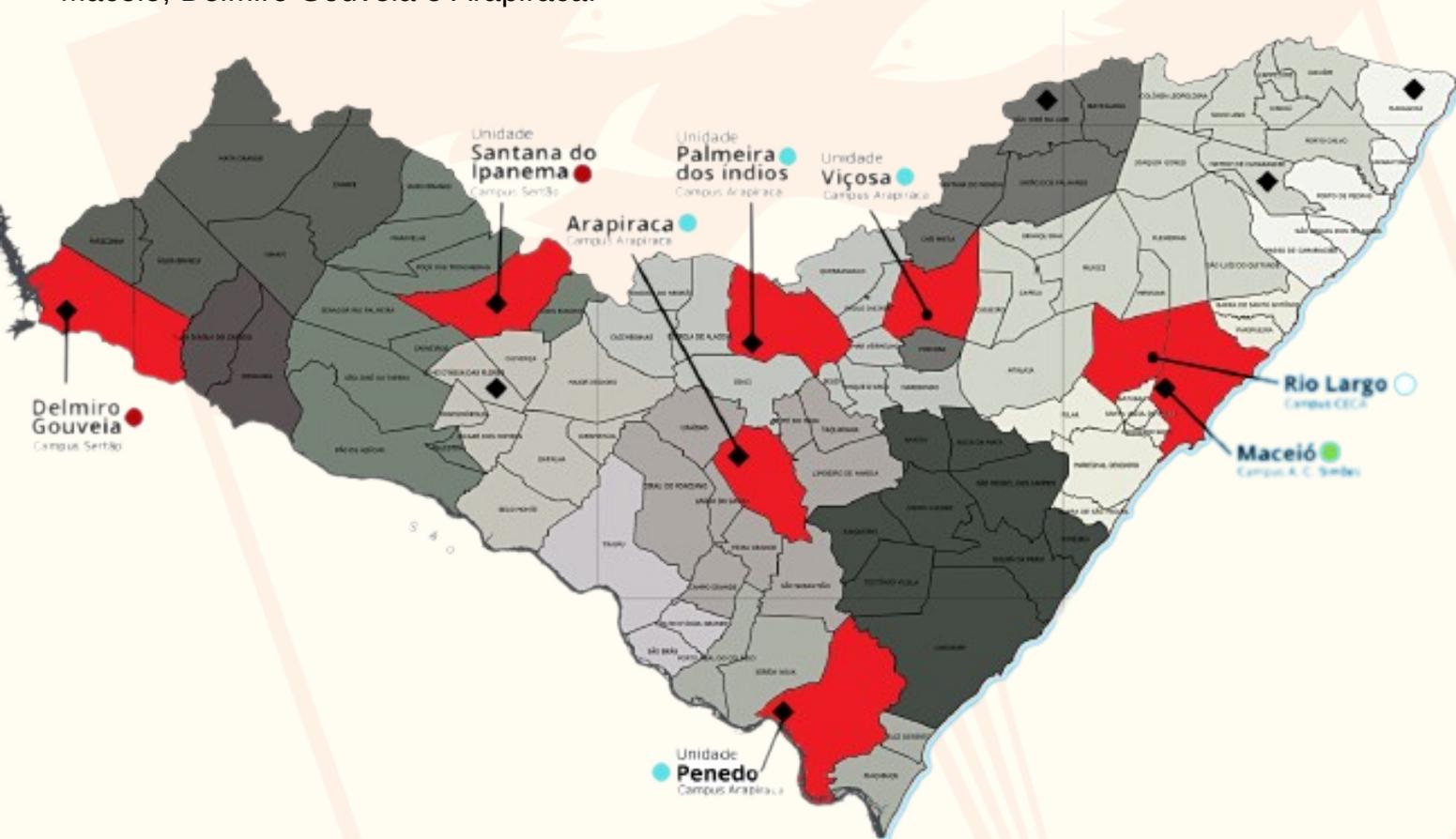


APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) passou recentemente por um processo de formalização de sua Política Cultural. Esta cartilha tem a intenção de explicar de maneira simples e resumida todo o trajeto e os principais conceitos envolvidos nessa jornada, que tende a fortalecer a atuação cultural da universidade, beneficiando a comunidade universitária e toda sociedade alagoana.

A UFAL

A UFAL foi criada em 25 de janeiro de 1961, pela Lei nº 3.867. Hoje, está instalada no Campus A.C. Simões, em Maceió, no Campus de Engenharias e de Ciências Agrárias (Ceca), em Rio Largo, no Campus Arapiraca e suas unidades em Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios e no Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e unidade em Santana do Ipanema, além dos 10 Polos EAD da Universidade Aberta do Brasil (UAB) nos municípios de Palmeira dos Índios, Olho D'Água das Flores, São José da Lage, Matriz do Camaragibe, Maragogi, Penedo, Santana do Ipanema, Maceió, Delmiro Gouveia e Arapiraca.



NÚMEROS*

São quase 20 mil pessoas matriculadas em mais de 100 cursos de graduação. São 55 cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, e 4 cursos técnicos na Escola Técnica de Artes (ETA). Na sua relação *extracampi*, foram realizados 417 projetos de extensão em 2021, envolvendo 4.150 discentes e atingindo 229.538 pessoas: números significativos para um local com população estimada de 3.365.351 de pessoas, em 2021, e um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os estados do país.

*Dados do Relatório de Gestão da UFAL 2022, do painel UFAL em números, e do agregador de informações do IBGE *Cidades@*, acessado em: 02/08/2023

CULTURA NA UFAL

A gestão da cultura na UFAL está sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX), por meio da sua Coordenadoria de Cultura (CAC). De acordo com o organograma da PROEX e o Relatório de Gestão 2021, a UFAL conta com oito **equipamentos culturais**: Espaço Cultural Professor Salomão de Barros Lima; Museu de História Natural (MHN); Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore (MTB); Pinacoteca Universitária; Usina Ciência, Orquestra Sinfônica Universitária (OSU), Coro da Universidade Federal de Alagoas (Corufal), Grupo de Cultura Negra do Sertão Abí Axé Egbé.

Em 2018, esses equipamentos culturais beneficiaram cerca de 71.578 pessoas (Dados do PDI 2019-2023 da UFAL). Ao considerar, também, outros projetos e grupos da universidade, que desempenham trabalho permanente de extensão, como é o caso, por exemplo, do Núcleo de Percussão (NUP); do Laboratório de Violino; do Coro Universitário do Sertão; do Grupo de Saxofone; do Laboratório de Performance Musical (LP Musical); da Camerata Acadêmica da Escola Técnica de Artes; e de eventos culturais tradicionais, de grande alcance de público, como a Bienal Internacional do Livro de Alagoas, o Festival Internacional de Música de Penedo e o Circuito Penedo de Cinema, pode-se afirmar que a UFAL tem presença marcante na vida cultural da sociedade alagoana, em especial da comunidade universitária.



MTB



NUP



Abí Axé Egbé



Pinacoteca

UNIVERSIDADE : UMA INSTITUIÇÃO CULTURAL

Dentre as mais variadas áreas com o qual a cultura se relaciona, é com a educação que ela encontra sua vinculação mais pujante (SOUZA et al, 2021). Quando pensada enquanto dimensão estratégica, no centro do processo de formação nas universidades, a cultura é entendida como vetor de desenvolvimento humano, que possibilita a valorização de uma visão integradora, ampliando o horizonte de conhecimento das pessoas (MOLINA, 2019).

Segundo Rubim (2019), a atuação cultural da Universidade ocorre em múltiplas dimensões. Em um sentido amplo, a formação discente implica na transmissão da herança cultural e no acionamento de culturas humanísticas e técnicas, quaisquer que sejam as áreas de conhecimento. Nesta perspectiva ampliada da noção de cultura, toda atividade educativa é cultural, pois transmite aos alunos saberes gerais e especializados, próprios dos respectivos cursos.

A contemporaneidade exige das universidades uma integração local e o comprometimento com o desenvolvimento e a democracia de sua sociedade (RUBIM, 2019). As reflexões sobre o papel social da universidade indicam a necessidade de desenvolvimento contínuo de políticas específicas para essa instituição, especialmente na gestão cultural (NUNES, 2020).

O QUE É POLÍTICA CULTURAL?

"Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social".
(GARCÍA CANCLINI, 2019, p.56)

Além desse sentido mais amplo, de política cultural como um conjunto de princípios, objetivos e ações do poder público ou sociedade civil que visa garantir os direitos culturais (CALABRE; BARROS, 2019), quando se fala em Política Cultural de uma universidade, enquanto documento em si, há uma noção mais estrita: Política Cultural é a resolução que traz o conjunto de princípios legais relativos à cultura na universidade, aprovada nas instâncias superiores de deliberação dentro da estrutura administrativa de cada universidade (MENCARELLI; COELHO, 2020).

A UFAL passou recentemente pelo processo de formalização da sua Política Cultural

Esse documento busca orientar a atuação cultural da universidade, estabelecendo princípios e diretrizes, destacando a transversalidade da cultura, numa perspectiva de reconhecimento, proteção e estímulo ao desenvolvimento simbólico da comunidade universitária e da sociedade alagoana como um todo.



Corufal



Espaço Cultural



OSU

ANTECEDENTES

Pode-se dizer que o trajeto que leva a UFAL até a formalização da Resolução 44/2023, que institui a sua Política Cultural, passa pelo contexto histórico da criação e desenvolvimento das universidades no país e da estruturação do campo das políticas públicas de cultura no país: acontecimentos de um contexto mais amplo, que possibilitaram, hoje, falar a respeito de políticas específicas para a cultura nas universidades. As resoluções emitidas pelo CONSUNI, o trabalho desenvolvido pelos equipamentos culturais, os projetos culturais de extensão, tudo isso mostra que a UFAL apresenta produção artística e cultural com envolvimento de docentes, técnicos e discentes ao longo de sua existência, uma produção valiosa para o estado de Alagoas e sua gente. No entanto, vale destacar alguns acontecimentos chave, que serviram como indutores desse processo de formulação:

- A criação da Coordenadoria de Assuntos Culturais (CAC) da PROEX;
- A gestão de Gilberto Gil à frente do MinC;
- Concursos Públicos para cargos Técnico-Administrativos na área cultural, como produtor cultural, técnico de música, cenotécnico e técnico de som;
- Elaboração do Plano de Cultura Plano Circuito Ufal de Arte e Cultura, em 2014, para participação no Programa Mais Cultura nas Universidades;
- Participação ativa da Produção Cultural da UFAL no FORCULT;
- Reorganização estrutural administrativa da PROEX que proporcionou a lotação dos produtores culturais da UFAL em um mesmo setor, a CAC/PROEX.

O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL

Instituída pela [portaria nº 398, de 19 de março de 2020](#), a comissão responsável por elaborar uma minuta da Política Cultural da UFAL iniciou suas atividades, na verdade, em 2021. Vale lembrar que a Pandemia de Covid-19 havia sido declarada em 11 de março de 2020, o que veio a impor uma adaptação de processos de trabalho e atrasou o início da tarefa.

Os trabalhos começaram, de fato, com a realização do I [Encontro Cultura e Instituições Públicas de Ensino Superior](#) (PJ179-2021 do SIGAA). Com o total de quatro edições ao longo dos meses de fevereiro a outubro, a atividade on-line foi aberta ao público, transmitida pelo *YouTube*, com o objetivo de fomentar debates que fornecessem elementos para contribuir na construção da Política Cultural da UFAL. Para isso, contou com a participação de renomados(as) especialistas da UFAL e de outras universidades do Brasil, para tratar de temas como: Cultura e Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES); Cultura, universidade e atualidade; A gestão da cultura nas universidades; Boas práticas de gestão cultural nas IPES; A Música na construção de Políticas Públicas; Desenvolvimento de projetos de músicas alinhados às políticas culturais das IPES; Projetos e ações de música na UFAL; Equipamentos culturais de música – função, atuação e possibilidade de orquestras e corais nas IPES; Corpos e(m) Movimento: As Artes da Cena e as Políticas Culturais nas IPES; Grupos Universitários em Cena: desenvolvimento de projetos alinhados às políticas culturais nas IPES; Projetos e ações nas Artes da Cena na UFAL: a concepção de política cultural e atividades dos cursos; Grupos da UFAL e suas decorrências: possibilidades de atuação nas IPES; O Papel dos Museus nas IPES: Políticas Culturais para Museus Universitários; O Perfil das Coleções e Museus Universitários no Brasil; e Museus universitários da UFAL: importância e contribuição no contexto das ações culturais.



Divulgação do Encontro Cultura e IPES MHN



Divulgação da construção da Política Cultural

Paralelamente, iniciou-se a elaboração da minuta de política cultural, tomando por base o documento elaborado no IV FORCULT, “Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES”, e a legislação e normativos pertinentes, em especial o Plano Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Educação, e a LDB, além da Constituição Federal.

De abril a setembro de 2021, foram seis [reuniões da comissão](#), por meio da plataforma de videoconferência *Google Meet*. A cada reunião, eram distribuídas tarefas entre os membros, com foco na elaboração da minuta.

Em setembro de 2021, houve apresentação da minuta em [reunião do Comitê Assessor de Extensão da UFAL](#), para debate e sugestões ao texto. Foram feitas onze contribuições. Na oportunidade, as pessoas presentes, representantes das Unidades Acadêmicas, foram convidadas a fazer parte da [Comissão Executiva da Política Cultural](#), o que foi reforçado por um chamamento público feito em matéria publicada no site da UFAL, de modo que 13 pessoas atenderam aos chamados e se juntaram à comissão.

De setembro a dezembro de 2021 foram realizadas 3 [reuniões da Comissão Executiva](#), mais ampliada.

De setembro a novembro de 2021, foi **divulgado no SIGRH** que haveria o lançamento da Consulta Pública sobre a Política Cultural da UFAL em fevereiro de 2022, pela plataforma **Participa + Brasil**, do Governo Federal. Tal fato também foi divulgado em **matéria no site da UFAL** e em **entrevista no podcast UFAL e Sociedade**. Ainda sobre a divulgação dessa etapa, em fevereiro de 2022, membros da Comissão Executiva apresentaram a Consulta Pública e o próprio processo de construção da Política Cultural da UFAL no **Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió (CMPC)**, a convite do CMPC. E a Assessoria de Comunicação da UFAL produziu um **vídeo explicativo sobre a Política Cultural da UFAL** e sua consulta pública, que foi enviado por meio do aplicativo de mensagem *WhatsApp*, aos mais diversos grupos formados por servidores e alunos da universidade, além de ficar disponível no canal de *YouTube* da PROEX.

O **lançamento da consulta pública** foi feito em evento virtual transmitido ao vivo pelos canais de *YouTube* da PROGRAD, PROEX e UFAL Oficial, em fevereiro de 2022, quando foi feito o chamamento para a participação de toda comunidade universitária e da sociedade em geral. Foram recebidas cinco contribuições na Consulta Pública. As contribuições do Comitê Assessor de Extensão foram incluídas no texto nesta etapa.



Podcast UFAL e Sociedade

Lançamento da Consulta Pública

Consulta Pública na Participa + Brasil

Em 2022, além do lançamento da consulta, houve duas **reuniões da Comissão Executiva**. Além disso, houve duas **reuniões junto ao Fórum de Diretores da UFAL**, para apresentação, debate e sugestões formais e materiais à minuta.

Em junho de 2022, foi **aberto o processo 23065.16487/2022-13**, encaminhando a minuta da Política Cultural ao Gabinete da Reitoria, para as providências tendentes à apreciação do documento pelo CONSUNI.

Em julho de 2022, houve **reunião conjunta entre o Gabinete da Reitoria, PROEX e Assessoria de Comunicação**, quando houve uma revisão do texto, para **encaminhá-lo a todas as Unidades Acadêmicas e setores da UFAL**, para que fossem enviadas sugestões à minuta. Somente o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) enviou contribuições.

Incorporadas as contribuições, o processo foi **enviado para a Procuradoria Federal da UFAL**, em setembro de 2022, para análise jurídica. Realizados os ajustes indicados no parecer da Procuradoria, o processo foi devolvido ao Gabinete da Reitoria, que então o encaminhou à **Secretaria dos Conselhos Superiores (SECS)**, em novembro de 2022, com a indicação de que o texto passasse pelas duas câmaras: Acadêmica e Administrativa.

A linha do tempo do processo de formulação da Política Cultural até então foi apresentado na **Reunião da Câmara Acadêmica do CONSUNI**, em 16 de fevereiro de 2023. Embora a explanação destacasse as estratégias utilizadas para estimular a participação social, foi solicitado adiamento da apreciação do documento, para retorno às Unidades e setores, o que foi atendido, no sentido de propiciar maior amplitude do debate. O texto foi reenviado às unidades e setores, com novo prazo de 33 dias, para que retornassem com as propostas de alteração ou inclusão ao texto. O mesmo foi atendido pela **Câmara Administrativa, que suspendeu a apreciação da minuta** da pauta em março.

A minuta da Política Cultural da UFAL foi apreciada e **aprovada na Câmara Acadêmica** em duas reuniões, em março e abril. Foram 11 contribuições dos conselheiros, sendo que 10 aprovadas e apenas uma não acolhida por votação do plenário.

Em 23 de maio de 2023, a minuta foi, então apreciada e **aprovada pela Câmara Administrativa**. O texto da Política Cultural da UFAL foi então **aprovado por unanimidade em reunião extraordinária do CONSUNI, em 15 de agosto de 2023**, depois de um processo de pouco mais de 3 anos, dando origem à Resolução 44/2023 CONSUNI/UFAL, que institui a Política Cultural da UFAL.

LINHA DO TEMPO DO PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL DA UFAL

março de 2020

**Portaria nº 398,
de 19 de março de 2020**

Institui a comissão responsável por elaborar uma minuta da Política Cultural da UFAL.

fevereiro a outubro de 2021

Encontro Cultural e Instituições Públicas de Ensino Superior

Série de quatro webinários com temas pertinentes às políticas culturais universitárias, com objetivo de fomentar debates e fornecer elementos para contribuir na construção da Política Cultural da UFAL.

abril a setembro de 2021

Reuniões da comissão da Portaria nº 398 em 2021

Foram 6 reuniões por videoconferência, devido à Pandemia de Covid-19: duas em abril; três em junho; uma em setembro.

setembro de 2021

Apresentação da minuta ao Comitê Assessor de Extensão da UFAL

Foram onze contribuições ao texto. Presentes, representantes das Unidades Acadêmicas, foram convidados a fazer parte da Comissão Executiva da Política Cultural. 13 pessoas atenderam aos chamados e se juntaram à comissão.

outubro e dezembro de 2021

Reuniões da Comissão Executiva

Foram 3 reuniões: duas em outubro e uma em dezembro.

setembro a novembro de 2021

Divulgação da consulta pública da Política Cultural no SIGRH, site e UFAL em sociedade

Divulgação do lançamento da Consulta Pública pela plataforma Participa + Brasil no SIGRH. Também foi divulgado em matéria no site da UFAL e em entrevista no podcast UFAL e Sociedade.

fevereiro de 2022

Apresentação no Conselho Municipal de Políticas Culturais de Maceió

A convite do CMPC, a Consulta Pública e o processo de construção da Política Cultural da UFAL foram apresentados em reunião, quando membros da Comissão Executiva puderam esclarecer dúvidas dos conselheiros.

fevereiro de 2022

Vídeo da Ascom UFAL para apresentar a Política Cultural da UFAL e a Consulta Pública

Enviado por aplicativo de mensagem *WhatsApp*, aos mais diversos grupos formados por servidores e alunos da universidade, além de ficar disponível no canal de *YouTube* da PROEX.

fevereiro de 2022

Lançamento da Consulta Pública na plataforma Participa + Brasil

Evento virtual transmitido ao vivo pelos canais de *YouTube* da universidade, fazendo o chamamento para a participação de toda comunidade universitária e da sociedade em geral.

fevereiro a março de 2022

Consulta Pública na plataforma Participa + Brasil

Foram recebidas cinco contribuições.

março a agosto de 2022

Reuniões da Comissão Executiva

Foram 2 reuniões: uma em março e uma em agosto.

abril e maio de 2022

Reuniões no Fórum de Diretores

Foram 2 reuniões: uma em abril e outra em maio, para apresentação, debate e sugestões formais e materiais ao texto da Minuta.

junho de 2022

Abertura do processo 23065.16487/2022-13

Encaminhando a Minuta de Política Cultural ao Gabinete da Reitoria, para as providências tendentes à apreciação do documento pelo CONSUNI.

julho de 2022

Reunião entre Gabinete da Reitoria, Ascom e PROEX

Reunião conjunta, para revisão do texto, para encaminhá-lo a todas as Unidades Acadêmicas e setores da UFAL, com o prazo de um mês, para envio de sugestões à minuta. Somente o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) enviou contribuições.

setembro de 2022

Envio da minuta para a Procuradoria Federal da UFAL

Incorporadas as contribuições do NTI, o processo seguiu para a Procuradoria, para análise jurídica. Realizados os ajustes indicados no parecer da Procuradoria, o processo foi devolvido ao GR, para encaminhamento à SECS, em novembro de 2022, com a indicação de que o texto passasse pelas duas câmaras: Acadêmica e Administrativa.

fevereiro de 2023

Reunião da Câmara Acadêmica do CONSUNI

Foi apresentado o processo de elaboração da Minuta na Reunião da Câmara Acadêmica do CONSUNI, em 16 de fevereiro de 2023. Foi solicitado adiamento da apreciação da minuta e reenvio do textos para as Unidades, o que foi atendido pelo prazo de 33 dias, com o retorno com as eventuais contribuições.

março de 2023

Reunião da Câmara Administrativa do CONSUNI

Apreciação da Minuta da Política Cultural adiada

março e abril de 2023

Aprovação na Câmara Acadêmica do CONSUNI

A Minuta da Política Cultural da UFAL foi apreciada em duas reuniões da Câmara Acadêmica do CONSUNI (21 de março e 25 de abril de 2023). Foram feitas 11 contribuições ao todo, sendo 10 aprovadas, relacionadas à redação, e apenas uma, relacionada ao conteúdo, reprovada pela votação dos conselheiros.

maio de 2023

Aprovação na Câmara Administrativa do CONSUNI

A Minuta da Política Cultural da UFAL foi apreciada na Câmara Administrativa em 23 de maio de 2023, quando recebeu quatro contribuições e foi aprovada por unanimidade, com a condicionante de posterior redação e inclusão de inciso, em virtude da necessidade de estudo técnico. A redação e inclusão do inciso foi realizada em cooperação entre CAC e Proginst, ficando a minuta pronta para ser apreciada pelo CONSUNI.

agosto de 2023

Aprovação no CONSUNI

A Política Cultural da UFAL é aprovada por unanimidade em sessão extraordinária do CONSUNI durante a X Bienal Internacional do Livro de Alagoas, no dia 15 de agosto de 2023, dando origem à Resolução nº 44/2023 CONSUNI/UFAL, que institui a Política Cultural da UFAL

REFERÊNCIAS

CALABRE, L.; BARROS, J. M. Apresentação. **Políticas Culturais em Revista**, [S. l.], volume 12, número 2, p. 1–12, 2019. DOI: 10.9771/pcr.v12i2.33713. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/33713>. Acesso em: 27 ago. 2021.

GARCÍA CANCLINI, N. **Políticas culturais e crise de desenvolvimento: um balanço latino-americano** In: ROCHA, R.; BRIZUELA, J. I. (Orgs.) *Política cultural: conceito, trajetória e reflexões* / Néstor García Canclini. Salvador : EDUFBA, 2019, p.45-86.

MENCARELLI, F.; COELHO, M.D. (org.) **Instrumento para implementação de política cultural e planos de cultura nas IPES**. Pelotas: Ed. UFPel, 2020. Disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/bitstream/prefix/6836/1/FORCULT.pdf> Acesso em: 06 jul 2022.

MOLINA, A. J. Gestão da Cultura em Instituições de Ensino Superior: perspectivas e desafios na implementação de uma política cultural no contexto das IES brasileiras. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 87–99, 2019. DOI: 10.14393/REP-v0n00-49019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49019>. Acesso em: 6 jul. 2022.

NUNES, P. Diagnóstico da gestão cultural em Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras. **Revista de Educação Popular**, v.19, n.2. Uberlândia:UFU, p. 157-175, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/57104> Acesso em 22 ago 2022.

RUBIM, A.A.C. Universidade, cultura e políticas culturais. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 6–17, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/49021>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SOUZA, A.S.A.; BRAGA, E.M.; SEVERO, G. G. F.; MENDES, G. F.; CARVALHO, I. N. Cultura e universidade: a organização do campo cultural nas instituições públicas de ensino superior da Paraíba. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v.6, n.2 - 127, ago/dez, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26028> Acesso em: 29 abr 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – Período 2019-2023**. Maceió: 2019. Disponível em: <https://pdi.ufal.br/pdi-2019-2023> Acesso em: 30 abr 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Relatório de Gestão 2022**. Maceió: 2023. Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao/2022> Acesso em: 20 mai 2023.



AD SAPIEN



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES - SECS

RESOLUÇÃO Nº. 44/2023-CONSUNI/UFAL, de 15 de agosto de 2023.

**INSTITUI A POLÍTICA
CULTURAL DA UFAL.**

O CONSELHO SUPERIOR UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Alagoas – CONSUNI/UFAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo ESTATUTO e REGIMENTO GERAL da UFAL, tendo em vista o que consta no processo nº 23065.016487/2022-15, e de acordo com a deliberação tomada na sessão de 15 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO a Constituição Federal, em seu artigo 215, *caput*, e §3º;

CONSIDERANDO as Leis nº 12.343/2010, nº 13.018/2014, nº 13.005/2014 e nº 9394/1996, com suas devidas alterações;

CONSIDERANDO a Resolução nº 65/2014-CONSUNI-UFAL, o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL e suas atualizações no tocante à cultura;

CONSIDERANDO que a Universidade Federal de Alagoas reconhece a Cultura como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos e como elemento transversal ao ensino, pesquisa e extensão, e de fundamental importância na formação de subjetividade e valores sociais da comunidade universitária, através do estímulo ao respeito à diversidade, ao pluralismo e ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

CONSIDERANDO que a elaboração e institucionalização de políticas culturais da UFAL se justifica a partir da necessidade de esta Instituição Pública de Ensino Superior conhecer, reconhecer, mapear, balizar, aglutinar, orientar e apoiar as ações culturais desenvolvidas a partir da Universidade e sua comunidade acadêmica, indicando caminhos para viabilizar seu plano de cultura, a fim de articular de modo mais amplo e sistemático a interação cultural entre a UFAL e a sociedade;

RESOLVE:

Capítulo I - Da Política Cultural

Art. 1º. Esta resolução institui a política cultural da Universidade Federal de Alagoas.

Art. 2º. A política cultural da UFAL é o instrumento a ser utilizado para organizar a dinâmica cultural desta Instituição Pública de Ensino Superior, reunindo princípios, diretrizes, objetivos, configurando-se como um conjunto articulado, continuado, deliberado e sistemático de ações e formulações, que implicam metas e estratégias, de maneira a direcionar/orientar a atuação na área cultural, tendo como objetivo maior o fortalecimento das atividades culturais no âmbito da Universidade.

Art. 3º. São princípios da política cultural da UFAL:

I - liberdade de expressão, criação e fruição;

II - diversidade cultural;

III - respeito aos direitos humanos;

IV - direito à arte e à cultura;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES - SECS

- V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI - direito à memória e às tradições;
- VII - responsabilidade socioambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas, e demais Agendas socioambientais;
- VIII - Valorização das diferentes manifestações culturais como vetor do desenvolvimento sustentável;
- IX - democratização das instâncias de formulação da política cultural, visando à participação e controle social na formulação e acompanhamento dos seus instrumentos de execução;
- X - responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI - Fomento à colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura e economia criativa;
- XII - estímulo à inovação e à criatividade;
- XIII - garantia da autonomia universitária como princípio da gestão de ações culturais.

Art. 4º. São objetivos da política cultural da UFAL:

- I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnico-racial e regional de Alagoas, considerando a interlocução com a cultura de outras localidades;
- II - auxiliar na preservação, no fomento e na difusão do patrimônio cultural de Alagoas, de natureza material e imaterial;
- III - preservar e difundir o patrimônio cultural da Ufal, de natureza material e imaterial;
- IV - estimular as manifestações culturais da comunidade acadêmica em diálogo com a sociedade em geral;
- V - promover o direito à memória por meio dos museus, acervos, arquivos, coleções e demais produtos, manifestações e expressões culturais;
- VI - universalizar o acesso à arte e à cultura;
- VII - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;
- VIII - estimular a formação discente em consonância com as políticas culturais;
- IX - estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;
- X - estimular a sustentabilidade socioambiental;
- XI - fornecer subsídios para desenvolver a economia da cultura, a economia criativa, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais em diálogo com a comunidade interna da Ufal;
- XII - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES - SECS

XIII - qualificar agentes para a gestão na área cultural;

XIV - profissionalizar e especializar agentes, gestores e trabalhadores da cultura;

XV - descentralizar a implementação da política cultural;

XVI - consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais da universidade;

XVII - contribuir para ampliar a presença e o intercâmbio da cultura alagoana no mundo contemporâneo;

XVIII - articular e integrar sistemas de gestão cultural.

XIX - estabelecer relações de colaboração junto à comunidade cultural externa à UFAL.

Art. 5º. A Política Cultural e o Plano de Cultura da UFAL serão submetidos continuamente a debate público, conforme o capítulo das Disposições Finais e Transitórias.

Capítulo II - Da Gestão da Política Cultural

Art. 6º. A gestão da Política Cultural da UFAL é atribuição da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, por meio da Coordenação de Assuntos Culturais (CAC), que atuará em consonância com a Administração Central para auxiliar a conhecer, reconhecer, mapear, balizar, aglutinar, orientar e apoiar as ações culturais desenvolvidas a partir da Universidade e sua comunidade acadêmica.

Art. 7º. O Comitê Assessor de Extensão e Cultura é o órgão de caráter consultivo/propositivo junto à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, o qual tem funções de acompanhamento e avaliação das ações culturais da Universidade, e cuja composição respeitará a diversidade de unidades acadêmicas e a regionalização de *campi* da Ufal.

Parágrafo único. A Pró-reitoria de Extensão e Cultura editará normativa específica para definir a constituição e composição do Comitê Assessor de Extensão e Cultura mencionado no *caput* deste artigo.

Art. 8º. A UFAL, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, visando a execução de sua política cultural, poderá instituir, criar e manter, com orçamento específico, equipamentos, espaços e/ou grupos culturais.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura editará instrução normativa específica para definir os critérios e procedimentos para reconhecimento, criação, extinção ou fusão de equipamentos, espaços e/ou grupos culturais, bem como estabelecimento de direitos, deveres e responsabilidades.

Capítulo III - Dos planos de cultura

Art. 9º. O Plano de Cultura é instrumento sistemático de ações e formulações, que implicam diretrizes, metas e atividades em prol da cultura, e deve prever instrumentos de avaliação validados, de acordo com as metas estabelecidas no plano, como forma de materializar a política cultural.

§1º O Plano de Cultura deverá ser elaborado pela comunidade universitária, sob coordenação da Pró-



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES - SECS

Reitoria de Extensão e Cultura, após a publicação desta resolução.

§2º O Plano de Cultura será revisto, preferencialmente, por ocasião das elaborações ou revisões do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/UFAL, mediante consulta à comunidade acadêmica.

Capítulo IV - Dos Recursos Orçamentários e das Fontes de Financiamento

Art. 10. A Administração Superior da UFAL reservará rubrica específica para financiamento da cultura, a cada ano orçamentário.

Art. 11. Poderão ser também fontes de financiamento da cultura na UFAL, recursos externos oriundos de:

I - parcerias e/ou convênios com instituições externas de direito público ou privado;

II - submissão de projetos para concorrer a editais de fomento que prevejam recebimento de prêmios ou recursos financeiros;

III – permissão onerosa de uso dos espaços e equipamentos culturais (salas, auditórios, pátios, laboratórios artísticos) para realização de eventos públicos ou privados, conforme normas da Universidade.

IV – captação de recursos e outras formas de incentivo direto.

§1º. Os recursos externos, abordados neste artigo, irão compor fontes de receitas para execução relacionada às metas do Plano de Cultura da Ufal.

§2º. As fontes de receitas, mencionadas no §1º, serão executadas com observância das legislações aplicáveis à Administração Financeira e Orçamentária em âmbito federal, bem como a garantia de mecanismos existentes que permitam auditoria e fiscalização, por órgãos internos e externos de controle.

§3º. A execução dar-se-á da seguinte maneira:

- a) pela conta única da universidade, na fonte de recursos próprios, com registro em centro de custo específico, conforme prazos e normativas para execução do orçamento da união;
- b) mediante a formalização de programa junto à Fundação de Apoio - FUNDEPES, conforme normativo específico.

§4º. A execução orçamentária e financeira obedecerá aos princípios da administração pública.

Art. 12. Os indivíduos ou grupos culturais da Ufal poderão receber pagamentos a exemplo de bolsa, ajuda de custo, pró-labore ou cachê, por apresentações artísticas relacionadas aos programas, projetos e equipamentos culturais da UFAL, respeitando-se as normas patrimoniais e a legislação de pessoal.

Parágrafo Único. Os casos desta natureza deverão ter registro e anuência da Pró-reitoria de Extensão e Cultura - PROEX/UFAL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS SUPERIORES - SECS

Capítulo V - Disposições finais e transitórias

Art. 13. A Política Cultural poderá ser revista periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento dos procedimentos, diretrizes, atribuições e melhoria do alinhamento com a finalidade institucional da Universidade.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura instruirá a minuta de revisão da Política Cultural, asseguradas a participação do Comitê Assessor de Extensão e Cultura e de ampla representação da comunidade acadêmica e da sociedade civil, submetendo-a à análise do Conselho Universitário.

Art. 14. O processo de revisão das diretrizes da Política Cultural será desenvolvido pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e suas instâncias, considerando a necessidade de realização de um diagnóstico cultural da Universidade.

Art. 15. A Universidade deverá dar ampla publicidade e transparência ao conteúdo da Política Cultural e Plano de Cultura, bem como à realização de diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 16. Para o debate de estratégias e o estabelecimento da cooperação entre comunidade acadêmica e a sociedade civil, visando à implementação da Política Cultural da UFAL, deverão ser realizadas Conferência Universitária de Cultura e conferências setoriais, pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e Unidades Acadêmicas/campi fora de sede, respectivamente.

Art. 17. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Ipioca – Centro de Convenções - 10ª Bienal Internacional do Livro de Alagoas, em 15 de agosto de 2023.

PROF. JOSEALDO TONHOLO
PRESIDENTE DO CONSUNI/UFAL

APÊNDICE C: Mapeamento das Políticas de Cultura das universidades federais

UF	Universidades	Setor gestor da cultura	Normativo
AC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)	
AL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)	Política Cultural (aguardando link)
AM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	
AP	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC)	
BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	Plano de Cultura em processo de formalização
BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA (UFOB)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA (UFRB)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	Plano de Cultura
BA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA (UFESB)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)	Política Cultural em processo de formalização
CE	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB)	Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX)	
CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI (UFCA)	Pró-Reitoria de Cultura (Procult)	Plano de Cultura
CE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)	Secretaria de Cultura	
DF	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)	Decanato de Assuntos Comunitários (DAC)	
ES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)	Secretaria de Cultura	
GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
GO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE)	Plano de Cultura em processo de formalização
MA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL-MG)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ (UNIFEI)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF)	Pró-Reitoria de Cultura (Procult)	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	Política Cultural
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS	Pró-reitoria de Cultura	

	GERAIS (UFMG)	(PROCULT)	
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	Política Cultural
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI (UFSJ)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex)	Política de Artes
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	Política Cultural
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC)	Política Cultural em processo de formalização
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI (UFVJM)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	Política Cultural
MG	UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM)	Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEXT)	Política Cultural
MS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX)	
MS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (PROECE)	
MT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)	Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV)	
MT	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONÓPOLIS (UFR)	Secretaria de Assuntos Comunitários (SAC)	
PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA)	Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce)	Política Cultural
PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
PA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ (UNIFESSPA)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis (PROEX)	
PA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA (UFRA)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
PB	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)	Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX)	
PE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASE)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	
PE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AGRESTE DE PERNAMBUCO (UFAPE)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC)	
PE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO (UFRPE)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Cidadania (PROEXC)	
PI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA (UFDPAR)	Pró-Reitoria de Extensão (PREX)	
PI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)	
PR	UNIVERSIDADE FEDERAL DA	Pró-Reitoria de Extensão	Política Cultural em

	INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)	(PROEX)	processo de formalização
PR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	Plano de Cultura
PR	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)	Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC)	Plano de Cultura
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ)	Fórum de Ciência e Cultura	Política Cultural
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
RJ	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	
RN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN)	Núcleo de Arte e Cultura (NAC)	Política Cultural
RN	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
RO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR)	Pró-reitoria de cultura, extensão e assuntos estudantis (PROCEA)	Política Cultural em processo de formalização
RR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA (UFRR)	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Extensão (PRAE)	
RS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE (UFCSPA)	A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEXT)	
RS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA (UNIPAMPA)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXT)	Política Cultural em processo de formalização
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREC)	
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (UFSM)	Pró-Reitoria de Extensão (PRE)	Política Cultural
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)	
RS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	
SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	Política Cultural
SC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)	Secretaria de Cultura, Arte e Esporte (SeCArTE)	
SE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE (UFS)	Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX)	
SP	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	
SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS (UFSCAR)	Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)	
SP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO (UNIFESP)	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC)	Plano de Cultura

TO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT)	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex)	
----	--	---	--

APÊNDICE D: Questionário

1) O que representa a formalização de uma Política Cultural da UFAL? Quais mudanças ou implicações você acredita que essa formalização pode gerar?

2) Considerando que, de algum modo, a UFAL sempre se organizou para sua atuação cultural, por que se resolveu formalizar uma Política Cultural para a UFAL agora?

3) Considerando que as atividades e projetos culturais da UFAL estão sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, como você entende que essa organização influencia a gestão cultural na universidade?

3.1) Avalia que a atual estrutura organizacional e de pessoa da UFAL é adequada à atuação cultural da universidade?

4) Atualmente, a UFAL conta com 8 produtores(as) culturais no seu quadro de servidores técnicos ativos. Esse é o único cargo diretamente ligado à cultura representado na comissão da Portaria 398/2020. Esse contingente é adequado? Qual outro cargo ligado à cultura deveria ter feito parte da comissão?

4.1) Como você avalia a influência desses servidores na gestão cultural da universidade e no processo de formalização da Política Cultural da UFAL?

5) Você identifica que a formalização da Política cultural da Ufal está relacionada a algum acontecimento externo à UFAL?

No caso de Sim - Quais seriam essas conexões?

No caso de Não - Então você avalia que é um processo endógeno, muito particular e isolado da UFAL?

6) A equipe responsável pela formalização da Política Cultural da UFAL se baseou em que para elaborar a minuta?

6.1) Alguma outra universidade serviu de referência para a formalização da Política Cultural da UFAL?

7) Na sua avaliação, o que foi mais relevante ou se destacou em todo esse processo de formalização?

8) Você considera que a Política Cultural implementará mais eficiência para a gestão da cultura na UFAL? Por quê?

9) Você acredita que o fato da UFAL ter uma Política Cultural formalizada lhe confere algum tipo de reconhecimento perante a sociedade?

10) Entende que a formalização da Política Cultural mudou de alguma forma a realidade da gestão da cultura nas universidades que implementaram suas políticas culturais?

No caso de Sim - Como?

No caso de Não - Qual a utilidade dessas formalizações?

10.1) Essa avaliação se baseia em que? Relatórios, artigos científicos, informações, impressões colhidas com pessoas envolvidas na gestão cultural dessas universidades?

11) Percebe alguma troca de informações e experiências entre as universidades para formalizar suas Políticas?

No caso de Sim - Como? Por quais meios?

12) Avalia que a formalização da Política Cultural da UFAL muda a relação da UFAL com o setor cultural e os seus atores?

No caso de Sim - Como?